AUTORES
ALEXANDRE CHINI
MARCELO MORAES CAETANO

TRATADO DE COLOCAÇÃO PRONOMINAL E REGÊNCIA VERBAL E DOIS TEXTOS JURÍDICOS

Alexandre Chini
Marcelo Moraes Caetano

TRATADO DE COLOCAÇÃO PRONOMINAL E REGÊNCIA VERBAL E DOIS TEXTOS JURÍDICOS

Brasília/DF, 2021

Setor de Autarquias Sul - Quadra 5, Lote 1, Bloco M
Brasília – DF CEP: 70070-939

Distribuição: Conselho Federal da OAB – GRE
E-mail: oabeditora@oab.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Biblioteca Arx Tourinho)

C539tc

Chini, Alexandre.

Tratado de colocação pronominal e regência verbal e dois textos jurídicos / Alexandre Chini, Marcelo Moraes Caetano. – Brasília: OAB Editora, 2021.

PDF (xi, 178 p).

ISBN: 978-65-5819-027-1.

1. Língua Portuguesa, gramática. 2. Língua portuguesa, gramática, problemas, exercícios etc. I. Caetano, Marcelo Moraes. II. Título.

CDD: 469.5
CDU: 81’36

Jeverson Leandro Costa, Juacy dos Santos Loura Júnior e Veralice Gonçalves de Souza Veris; **RR**: Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, Dalva Maria Machado e Stélio Dener de Souza Cruz; **SC**: José Sérgio da Silva Cristóvam, Sabine Mara Müller Souto e Tullo Cavallazzi Filho; **SP**: Alice Bianchini, Daniela Campos Liborio e Fernando Calza de Salles Freire; **SE**: Glícia Thaís Salmeron de Miranda, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar e Vitor Lisboa Oliveira; **TO**: Alessandro de Paula Canedo, Cabral Santos Gonçalves e Luiz Tadeu Guardiero Azevedo.

Ex-Presidentes

1. Levi Carneiro (1933/1938) **2.** Fernando de Melo Viana (1938/1944) **3.** Raul Fernandes (1944/1948) **4.** Augusto Pinto Lima (1948) **5.** Odilon de Andrade (1948/1950) **6.** Haroldo Valladão (1950/1952) **7.** Attílio Viváqua (1952/1954) **8.** Miguel Seabra Fagundes (1954/1956) **9.** Nehemias Gueiros (1956/1958) **10.** Alcino de Paula Salazar (1958/1960) **11.** José Eduardo do P. Kelly (1960/1962) **12.** Carlos Povina Cavalcanti (1962/1965) **13.** Themístocles M. Ferreira (1965) **14.** Alberto Barreto de Melo (1965/1967) **15.** Samuel Vital Duarte (1967/1969) **16.** Laudo de Almeida Camargo (1969/1971) **17.** Membro Honorário Vitalício José Cavalcanti Neves (1971/1973) **18.** José Ribeiro de Castro Filho (1973/1975) **19.** Caio Mário da Silva Pereira (1975/1977) **20.** Raymundo Faoro (1977/1979) **21.** Eduardo Seabra Fagundes (1979/1981) **22.** Membro Honorário Vitalício J. Bernardo Cabral (1981/1983) **23.** Mário Sérgio Duarte Garcia (1983/1985) **24.** Hermann Assis Baeta (1985/1987) **25.** Márcio Thomaz Bastos (1987/1989) **26.** Ophir Filgueiras Cavalcante (1989/1991) **27.** Membro Honorário Vitalício Marcello Lavenère Machado (1991/1993) **28.** Membro Honorário Vitalício José Roberto Batochio (1993/1995) **29.** Membro Honorário Vitalício Ernando Uchoa Lima (1995/1998) **30.** Membro Honorário Vitalício Reginaldo Oscar de Castro (1998/2001) **31.** Rubens Approbato Machado (2001/2004) **32.** Membro Honorário Vitalício Roberto Antonio Busato (2004/2007) **33.** Membro Honorário Vitalício Raimundo Cezar Britto Aragão (2007/2010) **34.** Membro Honorário Vitalício Ophir Cavalcante Junior (2010/2013) **35.** Membro Honorário Vitalício Marcus Vinicius Furtado Coêlho (2013/2016) **36.** Membro Honorário Vitalício Claudio Pacheco Prates Lamachia (2016/2019).

Presidentes Seccionais

AC: Erick Venancio Lima do Nascimento; **AL**: Nivaldo Barbosa da Silva Junior; **AP**: Auriney Uchôa de Brito; **AM**: Marco Aurélio de Lima Choy (licenciado); Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (em exercício: 1º.01.2021 a 31.12.2021); **BA**: Fabrício de Castro Oliveira; **CE**: José Erinaldo Dantas Filho; **DF**: Delio Fortes Lins e Silva Junior; **ES**: Jose Carlos Rizk Filho; **GO**: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva; **MA**: Thiago Roberto Morais Diaz; **MT**: Leonardo Pio da Silva Campos; **MS**: Mansour Elias Karmouche; **MG**: Raimundo Candido Junior; **PA**: Alberto Antonio de Albuquerque Campos; **PB**: Paulo Antonio Maia e Silva; **PR**: Cassio Lisandro Telles; **PE**: Bruno de Albuquerque Baptista; **PI**: Celso Barros Coelho Neto; **RJ**: Luciano Bandeira Arantes; **RN**: Aldo de Medeiros Lima Filho; **RS**: Ricardo Ferreira Breier; **RO**: Elton Jose Assis; **RR**: Ednaldo Gomes Vidal; **SC**: Rafael de Assis Horn; **SP**: Caio Augusto Silva dos Santos; **SE**: Inácio José Krauss de Menezes; **TO**: Gedeon Batista Pitaluga Júnior.

Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados – CONCAD

Pedro Zanete Alfonsin	Coordenador Nacional
Aldenize Magalhães Aufiero	Coordenadora CONCAD Norte
Andreia de Araújo Silva	Coordenadora CONCAD Nordeste
Itallo Gustavo de Almeida Leite	Coordenador CONCAD Centro-Oeste
Luis Ricardo Vasques Davanzo	Coordenador CONCAD Sudeste

Presidentes das Caixas de Assistência dos Advogados

AC: Thiago Vinícius Gwozdz Poerch; **AL**: Ednaldo Maiorano de Lima; **AP**: Jorge José Anaice da Silva; **AM**: Aldenize Magalhães Aufiero; **BA**: Luiz Augusto R. de Azevedo Coutinho; **CE**: Luiz Sávio Aguiar Lima; **DF**: Eduardo Uchôa Athayde; **ES**: Aloisio Lira; **GO**: Rodolfo Otávio da Mota Oliveira; **MA**: Diego Carlos Sá dos Santos; **MT**: Itallo Gustavo de Almeida Leite; **MS**: José Armando Cerqueira Amado; **MG**: Luís Cláudio da Silva Chaves; **PA**: Francisco Rodrigues de Freitas; **PB**: Francisco de Assis Almeida e Silva; **PR**: Fabiano Augusto Piazza Baracat; **PE**: Fernando Jardim Ribeiro Lins; **PI**: Andreia de Araújo Silva; **RJ**: Ricardo Oliveira de Menezes; **RN**: Monalissa Dantas Alves da Silva; **RS**: Pedro Zanete Alfonsin; **RO**: Elton Sadi Fulber; **RR**: Ronald Rossi Ferreira; **SC**: Claudia Prudencio; **SP**: Luis Ricardo Vasques Davanzo; **SE**: Hermosa Maria Soares França; **TO**: Sergio Rodrigo do Vale.

Dedico esta obra aos meus queridos filhos: Vitória, Renato e Antônio Cabo Chini.
À minha sempre amada esposa, Ana Paula.
Alexandre Chini

Dedico esta obra à Laisa Nassara Bloomfield, fundamental ao meu itinerário.
Marcelo Moraes Caetano

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE CHINI

Graduado e pós-graduado em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF. Professor da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Membro Titular da Academia Fluminense de Letras (cadeira 50). Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

MARCELO MORAES CAETANO

PhD em Letras pela UERJ e pós-doutorando em antropologia pela Universidade de Copenhague, Dinamarca. Professor adjunto da UERJ, escritor, membro da Academia Brasileira de Filologia (Cadeira 38).

APRESENTAÇÃO

Felipe Santa Cruz*

É com alegria que anuncio a edição deste "Tratado de colocação pronominal e regência verbal e dois textos jurídicos". Na já conhecida faina dos autores Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano, os temas da língua e da linguagem – com ênfase na topografia jurídica desta – se entrelaçam para promover dados e reflexões.

Numa bem-sucedida e indelével parceria na investigação da língua portuguesa e sua contextualização no âmbito jurídico teórico e aplicado, Chini e Caetano trazem mais esta obra de contribuição ao público do direito e a todo o grande público que saiba ser exatamente o direito e sua linguagem os alicerces da sociedade justa.

Desejo êxito a mais esta investida generosa, augurando-lhe pronta recepção e debate no campo intelectual e nos campos de comunicação em geral por onde transite.

---

* Advogado e Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

PREFÁCIO

Nabor Bulhões*

Carlos Drummond de Andrade, em seu poema "Aula de português", presta merecida reverência ao filólogo: "Professor Carlos Góis, ele é quem sabe, e vai desmatando o Amazonas de minha ignorância" -- e o verso continua na epopeia da poesia. O inolvidável poeta alude aqui a um dos grandes nomes da gramaticologia brasileira, autor de um tratado até hoje definitivo sobre sintaxe de colocação pronominal, regências e concordâncias, o carioca Carlos Góis.

Pois como ler é reler, essa obra de caráter tão duradouro é revivida neste excelente "Tratado de colocação pronominal" de Alexandre Chini e Marcelo Moraes Caetano. Já a primeira nota de rodapé da obra remete a uma espécie de epígrafe aqui transcrita na íntegra: "Foi naquela que é - até os dias de hoje - importantíssima obra, *Sintaxe de Construção*, de Carlos Góis (3. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1940, p. 96), que encontramos o esclarecimento subsidiário que trazemos agora à luz: *8 - Chama-se* sínclise *a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos junto ao verbo* (...) *9 - Chama-se* sinclitismo *o conjunto de preceitos (deduzidos dos fatos da língua), que regem a sínclise"*.

No decurso do livro, os autores, de modo quase literário, cuidam de parte significativa da história da língua portuguesa sem descuidar da rigorosa métrica científica com que este livro se avaliza. O livro preenche, também, o que é uma espécie de lacuna na gramaticologia brasileira até os dias de hoje: lança um olhar cuidadoso sobre a literatura modernista do Brasil e, igualmente, sobre a língua escrita ou oral de nível informal praticada em nosso território pátrio, o que lhe confere uma dimensão amplamente social, antropológica e até etnológica.

---

* Advogado (Medalha Rui Barbosa), professor e jurista.

A obra é enriquecida com dois artigos acadêmicos do mais alto nível dialógico, escritos a quatro mãos pelos autores. Um deles versa sobre a linguagem do que se convencionou nomear como "politicamente correto", enquanto o outro trata dos juizados especiais e sua vocação democrática no Sistema de Justiça. Longe de serem estranhos ao seu tema central (tratado de colocação pronominal), os dois capítulos dialogam com o espírito de toda a obra, já que esta, como foi dito, perpassa o ser da linguagem que a condição humana inexoravelmente nos lega.

Dessa forma, o livro encontra seus públicos-alvo naqueles que desejarem conhecer mais a fundo as sutis trilhas da língua portuguesa, lidando com ela a um só tempo com respeito e intimidade. Equação rara que permite que os seguintes versos de Drummond, extraídos do poema com que abro esta apresentação, não sejam uma confrontação, mas antes um convite: "O português são dois; o outro, mistério", vale dizer, o mesmo idioma pode ser empregado em diferentes situações e, *pour cause*, o notável poeta procurou, com essa expressão, como já se disse, revelar o contraste entre marcas de variação de usos da linguagem em situações formais e informais.

INTRODUÇÃO

Com redobrada alegria, completamos mais um trabalho de mergulho na língua portuguesa. Este nosso tratado não pretende esgotar o assunto de tão importante campo da nossa língua. Por isso, precisamos dizer que ele não se encerra com um ponto-final, mas com um ponto e vírgula cuidadosamente assentido como o faria um dos nossos mestres maiores, Machado de Assis.

O texto, como temos empreendido em nossos outros trabalhos, busca o equilíbrio entre a profundidade acadêmico-científica e o frescor comunicacional da nossa língua de todo dia. Intentamos expor de modo prazeroso os itinerários da colocação pronominal, que, no caso do português, consubstancia uma das suas muitas idiossincrasias diante das demais línguas.

Nossa outra meta, entretanto, está em que não prejudiquemos a densidade necessária à empreitada, tentando desatar possíveis laços e nós decorrentes das riquezas de uma língua cujas raízes remontam a mais de dois mil anos, se considerarmos a formação da Lusitânia, Bética e Gallaecia ainda no alvorecer do Império Romano.

Assim, a sintaxe de colocação do pronome – classe gramatical que detém a ingente tarefa de substituir os nomes, reforçando à linguagem sua chancela humana – é abordada por nós neste trabalho. Por nosso viés sempre humanista e antropológico, trazemos o tema sempre de modo que não haja preconceito em relação aos registros divergentes da norma-padrão, seja-o por representarem situações específicas de informalidade, oralidade e distensão, seja-o por promanarem de segmentos sociais que não puderam, ainda, aceder à gramática normativa.

Também apresentamos um trabalho que se envereda em outro aspecto da sintaxe portuguesa, assim como a colocação pronominal: a regência verbal.

Complementamo-lo com dois artigos nossos publicados em revistas jurídicas no Brasil e no exterior, mas ainda inéditos em livros.

Um deles foi intitulado “A linguagem politicamente correta: direito ou dever? De quem?”. Nele, aprofundamo-nos num espaço de debate discursivo e jurídico ainda pedregoso, e cujas bases, por isso mesmo, precisam ser discutidas. Afinal, a forma como nomeamos as coisas, pessoas, hábitos, costumes, ideias etc. é intrínseca ao próprio tecido social, e olhar para ela significa atentar a preconceitos e desajustes que podem ainda implicar os problemas da falta de cidadania jurídica a certos fatos sociais impactados diretamente.

O outro chama-se “Os Juizados Especiais e sua função atemporal de acesso amplo à Justiça”. Aqui, observamos a vocação civilizatória e democrática inscrita no perfil dos Juizados Especiais. Por representarem acesso direto à Justiça, sem necessidade de intermediação, os Juizados solicitam da população em geral o domínio expressivo da língua padrão, o que pressupõe que, cada vez mais, precisa-se sublinhar a importância do acesso de todas as pessoas à gramática normativa explorada com reflexão e abertura.

Desse modo, nossa obra se pauta, mais uma vez, pelo binômio normatividade-reflexão. Sabemos que a língua é um dos maiores patrimônios materiais e imateriais de um povo e reconhecemos, também, que, por isso mesmo, o seu domínio expressivo e impressivo necessita de aprofundamento sempre. Está aí a Justiça mostrando sua face serena e forte ao dialogar diretamente com o povo, nos Juizados Especiais, o que comprova nossa investida neste livro. Está aí, também, e por fim, o incômodo e o júbilo que certas expressões e giros gramaticais causam às pessoas quando expressos de modo não político e não civilizado.

Esperamos contribuir com mais esta obra às questões aqui apresentadas.

SUMÁRIO

PARTE 1

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

SINCLITISMO[1] ou
TOPOLOGIA PRONOMINAL ou
SINTAXE DE ORDEM ou
SINTAXE DE CONSTRUÇÃO ou
SINTAXE DE COLOCAÇÃO

Há muitas conjunturas distintas que concorrem para tais ou quais posições, sendo certo que os fatores fonéticos e sintáticos têm, em grande parte, responsabilidade pela explicação de certas posições preferenciais do pronome, muito embora, é claro, não deva haver preocupação excessiva com uma "bizarra teoria magnética" de colocação pronominal, comparando os pronomes e, por outro lado, os próprios verbos, a verdadeiros ímãs que se atraiam e repilam, conforme lhes estejam os polos, em relação uns aos outros, "atraídos" ou "repelidos"[2].

---

[1] Foi naquela que é – até os dias de hoje – importantíssima obra, *Sintaxe de Construção*, de Carlos Góis (3. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1940, p. 96), que encontramos, depois de terminado nosso trabalho, o esclarecimento subsidiário que trazemos agora à luz: *8 – Chama-se* sínclise *a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos junto ao verbo* (...) *9 – Chama-se* sinclitismo *o conjunto de preceitos (deduzidos dos fatos da língua), que regem a sínclise.*

[2] Em que pese à circunstância inequívoca de ser obra de muitos e de inegáveis méritos, a *Sintaxe de Construção* traz-nos trecho em que tais excessos vêm à luz (usamos a escrita da época, como se perceberá):
"*É o advérbio a palavra,* [*sic* (usava-se separar com vírgula o antecedente do pronome relativo)] *que mais atráe o pronome complemento: para onde quer que se desloque, arrasta-o consigo. No caso de figurarem na frase dois advérbios (um, antepôsto; outro, pospôsto ao verbo), o pronome-complemento acompanhará ao que tiver mais fôrça significativa: Pedro NÃO* te *espera* amanhã – *João* somente *viu*-me ontem."

Destacam-se, também, fatores outros, tais como a *distância* entre o verbo (ou os verbos) e o pronome, a *pausa* que haja entre estes mesmos, a *eufonia*, a *ênfase* que se queira dar a certa parte da frase; tudo isso, é bom frisar, constituindo-se em magnífica idiossincrasia da língua portuguesa, que, com tantas e tão variadas possibilidades, não dá outro resultado senão que uma enorme flexibilidade frasal, abrindo campo a diferenciações estilísticas apreciáveis.

Com tudo isso, devemos lembrar que, obedecendo à ordem direta, e sendo, como vimos, o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, será a sua posição normal a *ênclise*.

Não é por outra razão que o período iniciado por verbo virá com ênclise, embora a linguagem coloquial se mostre um pouco relutante em aceitá-lo, como bem nos demonstram certas frases feitas que pululam na boca dos falantes da língua portuguesa, tanto aqui como nos demais lugares onde esta é falada: *te esconjuro, te arrenego, me melem* etc. Este último exemplo, além de início de período, é, o que igualmente exige ênclise, imperativo (embora o possamos interpretar como oração optativa). O fato é que, em início de período e nos imperativos afirmativos – desde que com sujeito oculto ou posposto –, será a ênclise preferível à próclise.

Assim:

Deitem-*se*.
Deitei-*me*.
Fala-*me* tu.
"Agora *tu*, Calíope, *me* ensina" (Camões, *apud* Carlos Góis, p. 110)

Também é preferível a ênclise ao antepormos ao verbo um artigo, o que o torna ora um substantivo, ora uma oração substantivada (geralmente dentre as subordinadas):

O deitar-*se* foi a melhor escolha.
O amar-*se* e o respeitar-*se* constituem armas de sabedoria.

Exemplos:
"Custa mais trabalho a muitos o tornar-se desgraçados do que a outros fazer-se afortunados." (Marquês de Maricá, *apud* Bechara, 237)
"A ti e ao nobre conde de Portugal e Coimbra pertence o salvar-me." (Alexandre Herculano)
"(...) o filho de Pedro Froilaz lhe proibira o escutá-lo (...)" (Alexandre Herculano)

Observação:
Demos outros exemplos e tratamos ainda desse caso no item que aborda as formas infinitas, na parte I, *infinitivos*, item 4 deste (q.v.).

Não obstante, por vários outros fatores (de que se já falou), localizar-se-á o pronome também naquelas outras duas posições possíveis, não faltando assunto para debate, mormente no que concerne às normas portuguesa e brasileira, diferentes em muitos pontos neste assunto, como em outros.

Os pronomes oblíquos átonos, seja com função de objeto direto, seja com função de objeto indireto [3], poderão estar, em relação ao verbo:

---

[3] Ou, é claro, complemento nominal ou adjunto adverbial ou adjunto adnominal, caso, este último, que muitos grandes gramáticos preferem designar de objeto indireto de posse; etc. No entanto, é ao verbo que se agrega de alguma forma – formas tais que a nós nos cabe por ora analisar judiciosamente – o pronome, girando-lhe, ao verbo, em derredor, independentemente da função sintática que venham a exercer tais pronomes. Sendo, ainda, parte integrante do verbo, nem sequer uma função sintática bem delineada há de desempenhar o pronome.
Exemplos:
Complemento nominal: "Um dia, proclamava o demagogo acadêmico na Praça de Sansão aos poucos ouvintes que *lhe* restaram fiéis, (...)" (Camilo Castelo Branco)
Adjunto adverbial: Veio-*me* grande saudade.
Parte integrante: O gelo derreteu-*se*.
Partícula expletiva: Nós *nos* fomos cedo.
Adjunto adnominal: "E voltando-se para D. Teresa ajoelhou, beijou-*lhe* a mão, e disse (...)." (Alexandre Herculano)

1. antes deste;
2. após este;
3. no meio deste.

Tais posições correspondem, respectivamente, à *próclise*, à *ênclise* e à *mesóclise* [4].

1 REGRAS GERAIS

1. É de rigor a ênclise quando se inicia *período* com verbo:

Exemplo:

Mostrei-lhe.

- Ocorrerá mesóclise se, ainda em início de *período*, estiver o verbo no futuro do presente do indicativo ou no futuro do pretérito também do indicativo:

Exemplos:

Mostrar-lhe-ei
Mostrar-lhe-ia

2. É de rigor a ênclise em imperativos afirmativos se não há explícito o pronome reto ou se o há após o verbo:

Exemplos:

[4] Não nos preocupamos em colacionar exemplos de autores modernistas ou contemporâneos pelo fato de que as regras de colocação, do ponto de vista estritamente normativo-gramatical, muito pouco mudaram desde o início do século XX. Assim, preferimos seguir a tradição histórico-literária da língua portuguesa, unificada que é, neste e em outros pontos, à literatura constante há séculos não só no Brasil como em nosso país patrício. Além disso, os comentários relativos às colocações mais frequentes, inclusive orais, desfazem a suposta lacuna temporal que se poderia evocar como crítica aos excelentes escritores que foram aqui usados como exemplos da colocação pronominal adstrita à Norma Culta.

Acalme-se
Acalma-te tu

- A colocação no Brasil

Antes de tudo por questões de herança linguística – a língua que nos foi legada em maior escala é proveniente antes mais de Gil Vicente do que de Camões –, além de, naturalmente, dever ser levado em conta o fator fonético (pois que no Brasil os pronomes átonos têm certa tonicidade que permite a eles uma autonomia no corpo da frase), é comum que comecemos mesmo períodos ou imperativos com pronome:
Exemplos:

Lhe falaram daquilo?
Me dê isto.
"— Me deixe! gritou Joana agudamente, batendo o pé no chão, os olhos dilatados, o corpo tremendo." (Clarice Lispector)
"*Te* abres em largos braços protetores,
em braços de carinho que os amparam..." (Cruz e Sousa)

3. Poderá ocorrer, além da mesóclise (esta, como vimos, exclusivamente nos dois futuros simples de que falamos), ênclise ou próclise, à escolha do autor, se, anteposto ao verbo, existir o pronome pessoal reto ou outra palavra de natureza nominal, seja um adjetivo, seja um substantivo:
Exemplos:

a) Eu lhe mostrei
b) Eu mostrei-lhe
c) Eu lhe mostrarei
d) Eu mostrar-lhe-ei

"'(...)Tu *me* salvaste e *o* salvaste a ele. Egas ser-*te*-á amigo, irmão, servo...'" (Alexandre Herculano)

Observação 1:
Os casos B e D, repetimos, diferem de seus sucedâneos A e C pela circunstância de estarem estes últimos na ordem inversa.

Observação 2:
Há uns poucos autores, sobretudo entre os mais antigos, que condenam o emprego D, isto é, a mesóclise junto a pronome reto. É, de fato, forma mais correta o emprego C. Observe, contudo, que houve no trecho de Herculano mesóclise apesar do substantivo ("Egas").

Observação 3:
Naturalmente não é lícita, em nenhuma situação, a ênclise junto a verbos nos futuros do presente e do pretérito do indicativo.

Observação 4:
Conforme dito, em vez do pronome "eu", poderiam ter vindo, à testa dos períodos acima, substantivos ou adjetivos, ao lado, estes últimos, de uma palavra de função substantiva, obviamente.

Observação 5:
Quanto ao problema de início de *período* ou porventura de *oração* com obrigatoriedade de ênclise, registramos haver muitos autores que preferem tal conduta tanto naquele primeiro caso como neste último: início de *orações* – mormente se forem estas coordenadas.

Outra não é a razão por que Rocha Lima (p. 450) exemplifica com:
"Criei-o, dei-lhe o meu nome, tornei-o um cidadão útil à sociedade."

Tais autores, contudo, admitem, em geral, iniciar-se oração intercalada com próclise:
Tantas coisas incríveis – *me disse o garoto* – eu as veria num circo.

Um dos princípios diretores dos que condenam a próclise em início de oração parece ser o que evoca a necessidade de ênclise quando haja pausa separando "um elemento capaz de provocar próclise e o verbo (...)" (Cunha-Cintra, p.304)

Assim, é o exemplo aduzido pelos mestres:

"Pouco depois, detiveram-se de novo" (Ferreira de Castro)

É claro que, de fato, havendo pausa entre qualquer palavra, mesmo as que repelem ênclise, e o verbo, poderá vir, junto a este último, de modo normal, a própria ênclise.

O que merece maior discussão é a questão das orações subordinadas, em que, embora separadas das principais por pausa gráfica (e obviamente oral), o que, em tese, evocaria o princípio que vimos de mostrar, referente às pausas (q.v. acima), admite-se, com maior maleabilidade, ora o uso da próclise, ora o da ênclise, segundo, assim parece, queira dar-se maior ênfase a determinados elementos, ou, ainda, segundo se queiram dar tais ou quais ritmos que obedeçam a certos parâmetros – às vezes sobremodo subjetivos (daí a impossibilidade de haver uma "lei intransponível") – de eufonia, fatores estes inegavelmente norteadores da colocação pronominal, e, portanto, de igual estirpe quando da análise justa que se vislumbre empreender.

Assim, será lícito:

a) Ele disse que, apesar de tudo, satisfazia-se com a vida.
b) Ele disse que, apesar de tudo, se satisfazia com a vida.

Quanto aos que condenam a ênclise, dentre as coordenadas, nas alternativas, parece ter para isso contribuído a circunstância de ser a conjunção alternativa mais comum provinda de advérbio – *ora*, havendo, até, aqueles que reconhecem apenas nesta última conjunção o fator de próclise. Assim, por uma homogeneização, rechaçariam também as

conjunções coordenativas a ênclise. Os dois exemplos aduzidos pelos mestres Cunha-Cintra (p.304), adeptos desta tese que vimos de mostrar, são:
Exemplos:

"— Das duas uma: ou as faz ela ou as faço eu." (Sttau Monteiro)
"Maria, ora se atribulava, ora se abonançava" (O. Ribas)

Não são todos os autores que estão de acordo com a tese dos dois mestres, que, entretanto, permanece passível de análise e de consideração. Trazemos exemplos diversos:
Exemplos:

"Desde sempre, ou aceitavam-*no* ou reduziam-*no* a ser ele mesmo." (Clarice Lispector)
"Ora [Cirino] passeava pelo quarto rápida e inquietamente; ora media-*se* com passo lento em muitas direções (...)" (Taunay, *apud* Gladstone Chaves de Melo)

Às vezes, por depender também da eufonia, será o próprio verbo aquilo que determinará a posição do pronome.

No exemplo acima, há certa aliteração (repetição de consoantes) ao se escolher a próclise – /s/ /s/. Se o verbo fosse outro, e outro também o pronome: "me mediam" – /m/ /m/. E assim por diante.

Poderíamos estender os exemplos – te tirou (/t/ /t/), se segurou (/s/ /s/) etc. –, lembrando que o final do verbo, naturalmente (embora seja isto de ocorrência menos comum), também pode como que rejeitar a ênclise em função do próprio contexto fonético geral (desagradável) que se crie acaso. A circunstância mais comum, e de fato não muito eufônica, em que isso ocorrerá será junto a verbos proparoxítonos, pois que se criará um vocábulo fonológico sobredactílico (ou bisesdrúxulo), tão infenso ao gênio da língua portuguesa: *dávamo-nos*, *disséssemos-lhes*.

2 REGRA PARTICULAR: fatores de próclise ou fatores atrativos

A próclise ocorrerá nos seguintes casos:

1. É posição preferível – e mais frequente – em orações em que palavras de sentido de negação estejam juntas ao verbo, se não houver, reiteramos, pausa entre tal palavra e o verbo. Em geral, será essa palavra um pronome ou um advérbio, sendo certo que, mesmo outras (como certas locuções), também possuem o condão de, uma vez tendo o sentido de negação de que se falou, atraírem o pronome átono.

Exemplos:

Nada me desagrada.
Ninguém me disse.
Não me deixo levar por impressões.
Jamais me deram semelhante graça.

São raríssimos, e, ainda assim (ou por isso mesmo), não dignos de cópia os exemplos de grandes escritores em que se infrinja tal regra.

Nos casos em que tenha havido tal infração, há, no mais das vezes, razões de métrica (em versificação), ou, mais raramente ainda, de ritmo poético que se queira imprimir na prosa.

Colacionamos cuidadosamente os exemplos abaixo em que não é obedecido aquele primeiro ditame:

Exemplos:

"*Não* servem-*se* esses vagos ideais
Da fina transparência dos cristais" (Carvalho Júnior)

Além de deslocar um dos acentos intensivos do verso da 2ª para a 3ª sílaba, se se desse guarida à colocação proclítica, como seria de regra exigido, o verso ficaria de certa forma atravancado pela aliteração que se faria (/s/ /s/), aliteração que teria soado ao autor, daí não ter ele operado

a próclise, como uma colisão. A par de tudo isso, criar-se-ia uma situação fonética desagradável com o encontro da nasal “m” (arquifonema nasal /N/) com a vogal “e” com que se inicia o pronome “esses”.
Exemplos:

“ (...) ela nem sabia o que o homem fizera para seu pequeno almoço, e nem olhou-lhe o jeito (...) “ (Clarice Lispector)
“Círculo era trabalho de homem, acabado antes da morte, e nem Deus completá-lo-ia melhor.” (Clarice Lispector)

2. Quando o sujeito for exercido por um pronome indefinido – *todo, tudo, algo, alguém* etc. – ou por locução pronominal indefinida – *cada um, quem quer que, o que quer que* etc.
Exemplos:

Alguém me disse.
Cada um se arroga o quanto quer.

3. Também os pronomes demonstrativos atraem próclise, embora muitos sejam os exemplos literários que contra isso estejam:
Exemplos:

Isto me causa arrepios.
Aquilo me fez rir.
“(...) isto *lhe* provara que esperava alguém, e a falta do alferes-mor que esse alguém era ele.” (Alexandre Herculano)
“Os dentes bateram castanholas, e isto alarmou-o” (Graciliano Ramos)
“Isto aperreou-o” (Graciliano Ramos)
“Isto afervorou-lhe para mais o amor ao estudo.” (Camilo Castelo Branco)

4. Com certos advérbios ou expressões adverbiais precedendo o verbo, desde que entre eles não tenha havido pausa:
Exemplos:

Depois se sentou.

Aqui me sentarei.
Já se foram.
Logo se decidiram.
"Depois se afastou." (Graciliano Ramos)

- Tendo havido pausa, é aconselhável que se opte pela ênclise. Autores há que asseveram mesmo a *imposição* da ênclise na situação a que aludimos:

Exemplos:

Depois, sentou-se.
Aqui, sentar-me-ei.

É muito comum a não subserviência a essa regra, ainda quando não há qualquer pausa gráfica entre o advérbio e o verbo.

Embora não cheguemos a aconselhar que se proceda de igual forma, mostramos alguns exemplos em que tal conduta foi o mecanismo regular da colocação pronominal:

Exemplos:

"— Já lambe-te o pedal a devorante luz" (Teófilo Dias)
"Ultimamente queixava-se mais" (Eça de Queirós)
"Tudo ao redor desse canteiro
Onde sentia-se em pecado" (João Cabral de Melo Neto)
"E este rio de água cega
(...)
Hoje enfeitou-se de estrela." (João Cabral de Melo Neto)
"Depois calou-se [José Amaro]" (José Lins do Rego)
"Ao longe ouvia-se o bater seco do metro do italiano das miudezas." (José Lins do Rego)

"Gostava de ouvi-lo, ali vinha-lhe trazer o tabuleiro do almoço, e ali gostava de ficar, reparando no trabalho, no jeito com que o mestre cortava a sola, (...)" (José Lins do Rego)
"Amanhã comportar-me-ei direito" (Graciliano Ramos)
"De repente alarmou-se: cometia uma falta." (Graciliano Ramos)
"De repente assaltou-o um desejo besta de rir (...)" (Graciliano Ramos)

Observação 1:
A propósito, a fonética não seria capaz, em princípio, de, por si só, oferecer deslinde a este trecho:
Exemplo:
"(...) sabia cozinhar, arrumar a casa e servir com eficiência a senhor só. O senhor só fê-la entrar, meio ressabiado." (Fernando Sabino) –,
em que o só deste último período é adjetivo, como comprova o período anterior, não promovendo, pois, necessidade de próclise, caso que teria ocorrido com um só advérbio (ou mesmo palavra denotativa de exclusão que fosse).
De fato, a circunstância de pertencer à classe dos advérbios ou à dos adjetivos lhe dará, àquele só, graus distintos de tonicidade, o que, de alguma forma, mantém a fonética no topo de certas explicações ou justificações à colocação pronominal.

Observação 2:
Entretanto, o que parece nortear mais definidamente a ênclise neste caso é, como em muitos outros, o *ritmo* que se quer imprimir à oração – ritmo que não se atém apenas à metrificação do verso.
Ilustra-nos o seguinte lanço:
Exemplo:
"Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais." (Clarice Lispector)

Do ponto de vista gramatical, é a ênclise, aqui, contrária a dois princípios:
a) a oração em que figura é em princípio subordinada (adverbial causal), iniciada por conjunção subordinativa (as antigas conjunções de segunda ordem) “porque”, o que pede próclise;
b) o advérbio “agora” é, também, atrativo fonético da próclise.
Apesar de tudo, dado o ritmo poético imprimido ao trecho, seria mero entrave uma próclise aí, já que se lê – como bem se observa pela ausência total de pontuação após os dois pontos – todo ele num só golpe de ar, estando, a isso, mais de acordo a ênclise do que a próclise.

5. É também fator de próclise o pronome (ou o advérbio) relativo:
Exemplos:

A menina *que me* viu já chegou.
Aprendi tudo *quanto me* ensinaram.
Falei a *quem me* deu o presente.

Os escritores românticos, e, de certa forma, também muitos dentre os simbolistas, não tendo ainda bem definidas as regras de colocação pronominal, vacilavam, mormente, no que diz respeito a este item de que vimos tratando: o pronome relativo e o sinclitismo:
Exemplos:
“Ah! eu não sei o sentimento vário
que prende-me a esse cego solitário” (Cruz e Sousa)
“Quisera ser a serpe venenosa
que dá-te medo e dá-te pesadelo” (Cruz e Sousa)
Se acatarmos a métrica como único fator de justificação da ênclise, não teríamos subsídios à elucidação, no mesmo autor, porém em *prosa*, deste meneio:
Exemplos:

"Nessa frescura iodada, nesse ácido e acre salitre vivificante, Eles se perpetuarão, sem mácula, à saúde das tuas águas mucilaginosas *onde* geram-*se* prodígios como de uma luz imortal fecundadora." (Cruz e Sousa)

"São anéis da cadeia, que arrojou-me
Aos pulsos a desgraça, ímpia, sanhuda." (Laurindo Rabelo)

"Ouvi, senhora, o cântico sentido
Do coração que geme e s'estertora
N'ânsia letal que o mata e que o devora,
E que tornou-o assim, triste e descrido." (Augusto dos Anjos)

Já neste passo de Casimiro de Abreu, parece ter-se equivocado o poeta, antes do mais, com a forma do verbo (embora aqui sim seja a métrica fator justificativo):

"E bebo o pranto que banhar-te a tez" –,

Ocorre que o "banhar" pode ter sugerido, a nosso poeta, tratar-se de infinitivo, o que, de regra, como adiante veremos, teria aceito também ênclise. Na verdade, o que há aí é *futuro do subjuntivo*, não se podendo, por essa razão específica, trazer a forma enclítica.

São, essas, questões que nos levam à ainda maior: qual o critério que, em casos de polissemia[5], como os em tela, regula de fato a colocação pronominal?

A resposta é de uma natureza complexa tal, que transcenderia o presente trabalho a tentativa, posto que necessária algures, de elaborá-la.

---

[5] O termo "polissemia" foi escolhido, confessamo-lo, à falta de outros mais precisos. No fundo, podemos falar, em alguns casos – como neste último que abriu caminho a esta nota –, de neutralização mórfica modo-temporal; já no caso analisado em outros locais, em que se discutia o "só" advérbio, e o "só" adjetivo (q.v. itens 4 e 6), poderíamos ter falado em derivação imprópria (conversão), tendo tido, como consequência, enfim, uma polissemia. Como tudo em gramática, cada caso é um caso, devendo, como único que é, ser analisado à luz de razões distintivas e variadas, ainda que haja modelos maiores em que, por diversos prismas, possam-se colocar casos sob uma mesma égide de que se possa colimá-los.

6. Nas orações subordinadas desenvolvidas.
Falamos, naturalmente, também das orações adjetivas, na medida em que são as encetadas por pronomes relativos, que, como vimos, são fator de próclise.

Fico contente *quando me* dizem isso.
Sei *que me* dirão algo.
Há *quem se* dedique ao trabalho e ao estudo.
Não tenho de *que me* esconder. [6]

- Ainda que oculta a conjunção subordinativa (integrante ou adverbial), é de rigor a próclise em tais orações, desde que, repita-se desenvolvidas. Exemplos:

"— Que é que desejas te mande do Rio?" (Afrânio Peixoto, *apud* Cunha-Cintra, p. 302)
"Mas não basta vosso simples testemunho e vosso ar altivo para vos crermos mensageiro do mancebo de Portugal; mensageiro dos ricos-homens, infanções e concelhos que dizeis vos enviaram." (Alexandre Herculano)
" 'Dizei à ilustre prestameira de Bravais, à nobre esposa do alferes-mor de Portugal, que seu marido e senhor lhe ordena se dirija ao mosteiro de Guimarães, (...)'." (Alexandre Herculano)

São muito poucos os exemplos que, como o seguinte de Herculano, saem fora de tal conduta:
"Ninguém respondeu; *porque* D. Teresa ergueu-*se* imediatamente e, fazendo uma leve cortesia aos cavaleiros que se tinham posto em pé, saiu do aposento." (Alexandre Herculano)

[6] Seria aqui igualmente lícita a ênclise, pois que está o verbo, agora sim, no infinitivo. Q.v. item 5, a respeito de verso de Casimiro de Abreu ("E bebo o pranto que banhar-te a tez")

Observação 1:
Se acatarmos este *porque* como uma conjunção coordenativa explicativa, como nos parece mais apropriado (até por causa da longa pausa que o separa), seria o caso de, mais uma vez, perguntarmos: O que rege a topologia pronominal em casos de polissemia em que uma das acepções da palavra rejeita certa colocação ao passo que outra o não rejeita? Pergunta esta feita algures, diga-se em tempo.

Observação 2:
No exemplo que demos em apêndice de análise estilística de João Cabral de Melo Neto (q.v.), abordamos a mesma possibilidade de polissemia conjuncional, onde faz o eu lírico:
Exemplos:
"e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio (...)" –,
sendo mais admissível, se estritamente apegados à gramática estivéssemos, ser esse *porque* a explicação de por que se disse que, acima, a sintaxe não comunica com nenhuma outra (*porque cortou-se a sintaxe desse rio*, isto é, *visto que* etc.). Se se olhar a análise que fizemos, reparar-se-á que, exatamente, é com a possibilidade de outra polissemia (agora entre um *muda* adjetivo e um *muda* verbo) que se pode arrefecer a possibilidade de ser aquele *porque* uma conjunção explicativa, sendo, talvez, em vez disso, a sua homônima perfeita *porque* subordinativa causal.
Foi um lanço de gênio em que, por topologia pronominal, se indagaram problemas atinentes aos ditames às vezes arbitrários que precisam ser feitos em casos demasiado complexos da língua.

7. Nas orações optativas A (que exprimem desejo, quase que em forma de imperativo), nas exclamativas B (lembramos que os pronomes

indefinidos-interrogativos possuem, também, a faculdade de exprimirem como que gestos exclamativos). Daí frases feitas como estas:
Exemplos:

a) Raios o partam!
Bons ventos o levem!
Deus o abençoe!
Que se dane ele!
b) Quantas coisas se fizeram!
“Deus *me* livre de doestar tão honrados burgueses!” (Alexandre Herculano)

8. Nas orações iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos:
Exemplos:

Por que me disseram aquilo?
Quem me disse aquilo?
Como me disseram aquilo?

9. Havendo inversão da ordem, e começando-se a oração com objeto (direto ou indireto) ou com predicativo, é mais comum a próclise.
É este o motivo do conhecido adágio popular:
Exemplos:

Quem ama o feio, bonito *lhe* parece.
O melhor da festa *me* mostraram depois.
Desse tipo de argumento *se* precisa hoje em dia.

É muito comum que haja pausa entre o objeto em prolepse (antecipação) e a oração de que ele faz parte. Em assim sendo, obviamente poder-se-á optar pela ênclise (diga-se a mesma coisa quanto aos objetos e predicativo pleonásticos):
Exemplos:

O melhor da festa, mostraram-*me* depois

Ao meu irmão, dou-*lhe* depois o presente.
Bonita, era-*o* de fato.
"Quais estes eram sabe-*os* já o leitor." (Alexandre Herculano)
"Estas palavras proferia-as um cavaleiro que afastara o reposteiro da entrada da tenda e, cruzando os braços, aí ficara parado. (Alexandre Herculano)

3 A COLOCAÇÃO JUNTO A FORMAS INFINITAS (NOMINAIS) E A LOCUÇÕES VERBAIS

3.1 Infinitivo

1. Conforme já diversas vezes esboçado anteriormente, o infinitivo aceitará ênclise ou próclise, ainda que precedido de negação ou de outras palavras junto às quais mais frequentemente se observa tão só a próclise. Exemplos:

Não dizer-lhe nada foi a saída.
ou
Não lhe dizer nada foi a saída.

Chamou a irmã para mostrar-lhe a casa.
ou
Chamou a irmã para lhe mostrar a casa.

2. Se vier flexionado o infinitivo, e havendo palavra que propicie, antes de tudo foneticamente, a próclise (ou havendo preposição), é a tal posição que se procederá:
Exemplos:

Estávamos a fim de *nos* deitarmos.
Houve entre eles um desejo de *se* deitarem.

“Outra vez, deu-se o caso de *lhe* mandarem um presente de pastéis em rica salva de prata” (Camilo Castelo Branco)

• Não havendo palavra que propicie a próclise, poder-se-á optar pela ênclise ou pela próclise:

Exemplos:

É bom conhecerem-*se* desde já.

ou

É bom *se* conhecerem desde já.

3. Se for o verbo regido pela preposição “a”, estando diretamente a ela ligado, é, também, de rigor a ênclise:

Exemplos:

Comecei a lê-*lo*.

Passei a lê-*lo*.

Estive inclinado a lê-*lo*.

• Quando vem o infinitivo ainda mais substantivado por um artigo, é de regra a próclise, quer venha o infinitivo flexionado, quer não o venha, independentemente:

Exemplos:

O conhecer-*se* é arma eterna de sabedoria.

O amarem-*se* tanto foi o que os salvou.

“Mas fora impossível sequer *o tentá-lo* sem ser descoberto.” (Alexandre Herculano)

“‘(...) Cuidas tu que o amar-te, a ponto de renegar da minha alma, da minha perpétua felicidade, é não o detestar a ele?...’” (Alexandre Herculano)

"O primeiro impulso do seu espírito altivo foi a indignação; mas a vergonha, talvez o temor, lhe embargou o manifestá-la." (Alexandre Herculano)
"— Ignorava parte disso e não me aflige o sabê-lo." (Camilo Castelo Branco)
"O pai de Teresa não embicaria na impureza do sangue do corregedor, se o ajustarem-se os dois filhos em casamento se compadecesse com o ódio de um e o desprezo do outro." (Camilo Castelo Branco)

Observação:
Naturalmente, no caso dos infinitivos flexionados em que haja palavra que atraia próclise, ainda que tenham vindo tais infinitivos regidos de artigo, e estando esta palavra entre o artigo e o infinitivo, dever-se-á dar preferência à próclise. Tal palavra será, normalmente, uma de sentido de negação:
Exemplos:
O não *se* amarem tanto foi o que os salvou.
O nunca *se* amarem tanto foi o que os salvou.

3.1.1 Infinitivo em locução

1. Se vier com um *AUXILIAR* (e, pois, formando locução verbal), serão as seguintes as possibilidades de colocação:
- Se a locução vier no rosto do período, sem pronome ou nome que a anteceda, duas são as possibilidades:
- Ênclise (ou mesóclise) ao auxiliar:

Exemplos:

Tentaram-*me* ajudar.
Tentar-*me*-iam ajudar.

Observação:
A relutância existente em empregar-se tal posição parece advir da falsa impressão de que, enclítico ao verbo auxiliar, é a este que se apega semanticamente o pronome-complemento, e não ao todo semântico constituído, isto sim, pela locução inteira. Assim, em *quis-me dizer*, pode parecer ao aluno que o *me* é complemento de *quis*, espécie de objeto direto deste, e não de *dizer*, de que é objeto indireto. É cuidado, pois, que não merece acolhida, uma vez que se trata, como dissemos, de impressão equivocada.

- Ênclise ao principal:

Exemplo:

Tentaram ajudar-*me*.

Observação:
Ganha foros de cidade, mormente no Brasil, a próclise ao auxiliar. Numa linguagem escrita mais cuidada, seria boa escolha evitá-lo:
Exemplo:
"Tentaram *me* ajudar" *EQUIVALE A* "Tentaram *me-ajudar*" [7]

- Havendo nome ou pronome no início do período:

→ Ênclise ao infinitivo:
Exemplo:

Pedro tentou mostrar-*me* sua casa.

→ Ênclise ao auxiliar:

[7] O hífen neste exemplo indica que, oralmente, é ao corpo do verbo principal (o infinitivo), na qualidade de pronome proclítico deste, que se agrega o pronome átono. Na escrita, contudo, a obedecermos à gramática, não procederemos de semelhante maneira, assim como, de forma alguma, estaria o hífen graficamente colocado aí, pois essa escrita não existe em língua portuguesa, conforme mostra nosso capítulo sobre a grafia do HÍFEN.

Exemplo:

Pedro tentou-*me* mostrar sua casa.

→ Próclise ao auxiliar:

Exemplo:

Pedro *me* tentou mostrar sua casa.

- Naturalmente se restringirá o quadro de alternativas se houver palavra que atraia a próclise.

→ Próclise ao auxiliar:

Exemplo:

Pedro não *me* tentou mostrar sua casa.

→ Ênclise ao principal:

Exemplo:

Pedro não tentou mostrar-*me* sua casa.

- Em locuções com preposição entre o auxiliar e o principal (geralmente será o auxiliar, nesses casos, um auxiliar acurativo, dos tipos *começar a, parar de* etc.):

→ Não havendo nome ou pronome no início do período:

▪ Próclise ao infinitivo:

Exemplo:

Parei de *o* ajudar.

▪ Ênclise ao infinitivo:

Exemplo:

Parei de ajudá-*lo*.

→ Havendo nome ou pronome no início do período:

- Como no subitem *próclise ao infinitivo*:

Exemplo:

Eu parei de *o* ajudar.

- Ainda, como no subitem *ênclise ao principal*:

Exemplo:

Eu parei de ajudá-*lo*.

- Próclise ao auxiliar (pouco usual):

Exemplo:

Eu *o* parei de ajudar.

- Se a preposição for "a", diminuirão as alternativas:

→ Sendo o pronome átono "o" ou "a" (com suas flexões de número), apenas é lícita:

- Se houver nome ou pronome no rosto do período:

Próclise ao verbo auxiliar

Exemplo:

Ele *o* começou a ler.

Ênclise ao verbo principal:

Exemplo:

Ele começou a lê-*lo*.

- Se não houver nome nem pronome, apenas a ênclise ao principal será lícita:

Exemplo:

Começou a lê-*lo*.

→ Sendo o pronome átono, “me”, “te”, “lhe” ou “se”, poder-se-á também recorrer à próclise ao verbo principal:
Exemplos:

Começou a *me* mostrar a casa.
Começou a mostrar-*me* a casa.
etc.

3.2 Gerúndio

1. A regra será, tendo vindo sozinho o gerúndio, a ênclise:
Exemplos:

Ele chegou segurando-*se* nas paredes.
Deu-me um abraço, agradecendo-*me* por tudo.

2. É líquida a próclise também junto a gerúndios com a preposição “em”:
Exemplos:

Em *se* plantando, tudo nascerá.
“Em *se* ela anuviando, em *a* não vendo,
Já se me a luz de tudo anuviava” (João de Deus, *apud* Cunha-Cintra, p. 302)

3. Também se recorrerá à próclise se houver palavra que modifique diretamente o gerúndio, sem que haja pausa entre o verbo e aquela palavra:
Exemplos:

Não *me* deixando falar, como prosseguirei?
Aqui *me* sentando, poderei estudar melhor.

3.2.1 Gerúndio em locução

1. Vindo a locução no rosto do período:

• Ênclise ao principal:

Exemplo:

Foram recolhendo-*se*.

• Ênclise ao auxiliar:

Exemplo:

Foram-*se* recolhendo.

2. Havendo nome ou pronome, além das duas possibilidades acima (item 1), há uma terceira: a próclise ao auxiliar:

Exemplo:

Eles *se* foram recolhendo.

3. Se houver palavra que repila a ênclise, naturalmente será revogado o item 4.2, restando inalterados todos os demais, inclusive o 6:

Exemplos:

Não foram recolhendo-*se*.
Não *se* foram recolhendo.

Observação:

Também é muito frequente, em quaisquer das hipóteses acima, a próclise ao principal, em marca, como mostramos há pouco, de colocação preferida do Brasil:

Exemplo:

Não foram *se recolhendo*.
Eles foram-*se* recolhendo.
Foram *se* recolhendo.

3.3 Particípio

Em nenhuma hipótese virá enclítico ao particípio o pronome, constituindo-se tal conduta em verdadeiro barbarismo.

Assim, como é muito comum que um particípio venha no estatuto de verbo principal (seja de um tempo composto, com auxiliar "haver", seja de uma voz passiva, com auxiliar "ser"), será em próclise ao verbo auxiliar ou em ênclise a este que virá o pronome (tratar-se-á de tal assunto com mais apuro um pouco à frente):

Exemplos:

Tenho-*lhe* dado muitos ensinamentos.
Não *lhe* tenho dado muitos ensinamentos.

Uma vez iniciado o período por particípio, seja este um adjetivo, seja uma oração reduzida, não se usarão os pronomes oblíquos átonos, mas, em vez deles, os tônicos com a respectiva preposição exigida pela regência do verbo (a propósito, preposições há que não aceitam cliticização, devendo, pois, aparecer sempre junto a um pronome tônico, e nunca átono):

Exemplos:

Mostrada *a mim* a casa, comprei-a.
Dados *a ele* os projetos, pôde enfim iniciá-los.

3.3.1 Particípio em locução

1. Iniciando-se o período com a locução, apenas será admitida a ênclise ao auxiliar:

Exemplo:

Tinham-*me* dado as mãos.

2. Havendo nome ou pronome:
- Ênclise ao verbo auxiliar:

Exemplo:

Eles tinham-*me* dado as mãos.

- Próclise ao auxiliar:

Exemplo:

Eles *me* tinham dado as mãos.

Observação:
Assim como ocorre com os demais verbos principais, pode o pronome, na língua falada, antepor-se-lhe, caracterizando, pois, a próclise ao verbo principal. Seria o caso, aqui, de:
Exemplo:
Eles têm *me* dado as mãos.
O mesmo conselho dado às outras formas nominais constituindo locução, damo-lo igualmente aqui.

4 APOSSÍNCLISE

Nos autores portugueses, sobretudo, e em períodos distantes da literatura brasileira, é muito comum encontrar-se a inserção de palavras entre o pronome proclítico e o verbo. A essa posição, dá-se o nome de APOSSÍNCLISE.

O mais comum é a inserção da negativa "não".

Com efeito, achamos esta uma ocasião bastante propícia a duas palavras acerca do que agasalharemos, com o abrigo de Carlos Góis, em sua citada obra *Sintaxe de Colocação*, p 132 e ss., *reforço da próclise*.

Poderá vir, entre o pronome e o verbo, uma palavra inserida, que, assim parece, possui, dentre outros, o condão inegável de enfatizar a circunstância proclítica geral.

1. Como visto há pouco, o mais comum é que se insira o advérbio “não” (q.v. caso 4):
Exemplos:

“(...) em a *não* vendo (...)” (João de Deus)
“Se por inesperado meio a Virgem me *não* salvara (...)” (Alexandre Herculano)
“A tua vida me é cara, e brevemente ela te *não* pertencerá toda a ti.” (Alexandre Herculano)
“Debalde invoca Deus, que o *não* escuta.” (Conde de Monsaraz)
“O de que me *não* penitencio, é do esmero, bem ou mal sucedido, que pus em dar os cuidados que dei à forma, com que nos veio da câmara o projeto.” (Rui Barbosa)
“Como se a *não* tivera merecida” (Camões)
“(...) que os paços de Guimarães vos *não* possam receber como hóspede e amigo.” (Alexandre Herculano)
“A tempo verão se é perdoável o ódio, ou se antes me *não* fora melhor abrir mão desde já de uma história que me pode acarear enojos dos frios julgadores do coração, (...)” (Camilo Castelo Branco)

2. Poderá ocorrer, outrossim, o pronome reto entre o átono e o verbo:
Exemplos:

“Em se *ela* anuviando, (...)” (João de Deus)
“Já lhe *eu* perdoara tudo” (Padre Antônio Vieira, *apud* Carlos Góis)
“O mais audacioso não ousava fitá-la de rosto, quando o *ela* remirava com a luneta, (...)” (Camilo Castelo Branco)
“(...) se lhe *ela* pedia, com meiguices de criança, que não andasse com pessoas mecânicas.” (Camilo Castelo Branco)

3. Um substantivo (ou palavra de função equivalente) pode vir entre o pronome e o verbo:
Exemplos:

"Já se me *a luz* de tudo anuviava." (João de Deus)
"A quem se *o rei* mostrou sincero amigo" (Camões, *apud* Carlos Góis)

Observação:
Houvemos por bem separar em dois casos distintos, um em cada modelo, os de número 2 e 3, seguindo conduta diferente da esposada por grandes filólogos, como, por exemplo, Carlos Góis, segundo quem o exemplo de Camões de que nos aproveitamos para ilustrarmos o caso 3 (q.v), veio para servir de ilustração (na p. 132 da obra citada) a caso em que "o pronome precede ao verbo e ao sujeito". O que ocorreu foi uma diferença de abordagem, já que Carlos Góis enfoca o assunto como que olhando pelo lado do pronome, isto é, onde estaria este. Já nós observamos segundo o lado da palavra que entre o pronome e o verbo (e outras palavras) se insere, criando o aparente divórcio que, como achamos por bem elucidar, não passa de diferença metodológica. Aliás, a partir deste caso 4 que virá, adotamos o enfoque de Carlos Góis, tendo o pronome como ponto de partida aos enunciados.

4. O pronome poderá vir antes do verbo e do advérbio (neste caso está, naturalmente, incluído o nº1):
Exemplos:

Isso já *me* então era importante. [8]
"O capitão que já *lhe* então convinha" (Camões, *apud* Carlos Góis)

5. Vem o pronome antes do verbo, do advérbio e do próprio sujeito (a mesma observação feita no caso 4 acerca do caso 1):
Exemplos:

Se *os* eu agora ajudar, estarei agindo mal. [9]

---

[8] Repare-se que foi o pronome "atraído" por outro advérbio: "já", o que justifica sua aposição aí.
[9] A conjunção subordinativa "se" é o que, agora, "atrai" o pronome. Repare que a forma "ajudar" não é infinitivo, e sim futuro do subjuntivo, o que não aceita, aqui, "ajudá-los".

"Bastavam poucas regras, se as eu aqui pusera" (João de Lucena, *apud* Carlos Góis)
"Para se não tornar suspeitoso, depois de sair junto ao cubelo da couraça (...)" (Alexandre Herculano)

6. O pronome vem antes do verbo, do sujeito e do objeto direto:
Exemplos:

Caso *me* isto ele mande, agradeço contrito.
"Se me isto o céu concede" (Camões, *apud* Carlos Góis)

7. Como desdobramento do caso 6, há um outro em que o verbo virá antes do verbo, do sujeito, do objeto direto e de um advérbio:
Exemplo:

Caso *me* isto ele agora mande, agradeço contrito.

EXERCÍCIOS COMPLEMENTARES

01. (TRT-RJ/Access) A substituição do termo grifado por um pronome pessoal está correta, de acordo com o nível culto, em:

a) Cantaremos todas as canções.
   Cantaremo-las

b) Peço-te que não respondas aos mais velhos.
   Peço-te que não os respondas.

c) Nós encontramos nossos amigos na reunião.
   Nós encontramos-os na reunião.

d) Põe a cama no quarto.
   Põe-na no quarto.

e) Vamos comprar os livros na cidade.
   Vamos comprar-los na cidade.

Os pronomes assumem as formas no(s), na(s) quando ligados a um verbo terminado em ditongo nasal. Gabarito: D

02. (Auditor Fiscal do Tesouro Nacional/ESAF) Indique o período que apresenta colocação pronominal contrária às regras da norma padrão.

a) Causou-lhe decepção a reação inesperada da irmã, embora não lhe ficasse querendo mal por isso.

b) Ai! Nem me quero lembrar dos dias em que andavam se agredindo sem quê nem porquê!

c) Ninguém dirigiu-se ao chefe, em ocasiões como aquela, dando-se ares de tanta importância!

d) Depois de algum tempo, os amigos se reencontraram, muitos sem nem o terem desejado.

e) Nunca lhe darei tanto dinheiro, que o faça tornar-se um beberrão.

Emprega-se, preferivelmente, a posição proclítica nas orações que contêm palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa. Gabarito: C

03. (Atendente Judiciário/TRT/ESAF) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de pronomes.
a) José, espere-me um pouco; eu quero ir consigo à audiência.
b) Ele não mim informou da presença do juiz eleitoral na cerimônia.
c) A mim me parece que a constituição deve ser referendada por um plebiscito.
d) Lembro-me de ti a todo momento; sinto uma profunda saudade de você.
e) Já recebi o recado de que aqueles processos são para mim despachar.
A próclise é mais frequente em construções estruturadas na ordem inversa ou em orações que se iniciam com objetos, tanto direto quanto indireto, ou com predicativo. Gabarito: C

04. (Conselho de Justiça Federal/ESAF) Marque a alternativa em que há erro quanto à colocação de pronome oblíquo átono.
a) Para Josefa, que encorajou-me a repetir estas histórias, ofereço este livro.
b) Pedro arriou o feixe de lenha, voltou-se para os filhos e sorriu.
c) Infelizmente, não lhe foi possível dominar as divagações.
d) As linhas irregulares da costura tumultuaram-se no avesso da roupa.
e) O esgotamento, confundiu-se com a fome, ia envolvendo o velho lenhador.
Emprega-se a próclise quando o verbo vem precedido por um pronome relativo. Gabarito: A

05. (TRT/FESP) "Já o mesmo não se pode dizer de um serviço de bondes"
Das alterações feitas na frase acima, aquela em que a colocação do pronome átono sublinhado contraria a norma culta do português contemporâneo do Brasil é:
a) Já o mesmo não se haveria de dizer de um serviço de bonde.
b) Já o mesmo não estaria se dizendo de um serviço de bonde.
c) Já o mesmo não deveria-se dizer de um serviço de bonde.
d) Já o mesmo não poderia dizer-se de um serviço de bonde.
e) Já o mesmo não teria se dito de um serviço de bonde.

A posição enclítica é ilícita junto ao verbo auxiliar, pois antes dele há um advérbio de negação. Gabarito: C

06. (Agente Administrativo/TRT/Access) Na passagem “De repente, foi assaltada por um adolescente, que a roubou ... ” o pronome pessoal oblíquo está em posição proclítica.
Segundo a norma culta, esta é a colocação correta, porque:
a) a oração é iniciada por palavra interrogativa
b) há uma palavra de valor negativo na frase
c) o verbo não está no futuro do presente
d) a oração é subordinada desenvolvida
e) há um advérbio antes do pronome
A próclise é obrigatória em orações subordinadas desenvolvidas, pois seus conectivos, ainda que implícitos, atraem o pronome átono. Gabarito: D

07. (Taquígrafo/TRF/UFRJ) Considerando a substituição da expressão grifada por um pronome oblíquo e as alterações propostas para a forma de tratamento do trecho a seguir, a opção em que a frase está correta é:
“Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.” (SAINT-EXUPÉRY)
a) Foi o tempo que perdeste com tua rosa que a fez tão importante.
b) Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fê-la tão importante.
c) Foi o tempo que perdestes com vossa rosa que fê-la tão importante.
d) Foi o tempo que você perdeu com sua rosa que fê-la tão importante.
e) Foi o tempo que você perdeu com tua rosa que a fez tão importante.
Emprega-se a próclise em verbos seguidos de pronomes relativos. Gabarito: A

08. (Taquígrafo/TRF/UFRJ) Das afirmações abaixo, referentes ao pronome “lo”, grifado no trecho abaixo, a que se pode considerar FALSA é:

"Uns cães viram um couro mergulhado num rio. Como fora da água seria mais fácil comê-lo, começaram a beber água a fim de esvaziar o rio. Contudo, estouraram e morreram, por excesso de líquido no estômago, antes de alcançar o que desejavam." (Da fábula *Os cães famintos*, de Fedro)

a) quando o verbo termina em "r", não se emprega o pronome oblíquo enclítico o nem no (e respectivos femininos e plurais), e sim lo, la, los, las;

b) antes dos pronomes oblíquos enclíticos lo, la, los, e las, o "r" final do verbo é eliminado;

c) sempre que se elimina o "r" final do verbo, em contacto com lo e seus femininos e plurais, a última vogal do verbo recebe acento gráfico.

d) O pronome exerce a função de objeto direto;

e) Os pronomes oblíquos, nas formas lo, no (e respectivos femininos e plurais), nunca ocupam a posição proclítica.

O acento gráfico só recairá junto à última vogal do verbo se as regras de acentuação o exigir. Gabarito: C

09. (Taquígrafo/TRF/UFRJ) Considerando o emprego e a colocação dos pronomes, a frase com erro é:

a) Sem mais para o momento, subscrevemo-nos com elevada consideração;

b) Em nome da transparência, informamo-lo do ocorrido;

c) Fi-lo porque foi necessário;

d) Amamo-vos mais que a nós mesmos;

e) Comunicamos-lhes que o carregamento chegará quatro horas mais tarde, em virtude de um acidente na linha férrea.

"Amamos-vos mais do que a nós mesmos." Não se omite o -s final da desinência número-pessoal do verbo quando seguido pelo pronome vos. Gabarito: D

10. (Execução de Mandados/TRF/UFRJ) A opção em que é facultativa a colocação proclítica ou enclítica do pronome grifado é:

a) “A perpetuação ou aquisição da cultura é um processo social e não biológico, razão pela qual se usa, às vezes, o termo herança social em lugar de cultura”;
b) “A existência da cultura liga-se a necessidades especificamente humanas”;
c) “Como se faz esse pudim?”;
d) “A única mensagem positiva é que até 1995 o banco dava prejuízo, o que confirma o que já se sabia!” (Cartas dos Leitores, *Jornal do Brasil*, 30/07/1997.);
e) “É quase unânime a opinião de que se praticou uma injustiça na concessão de uma remuneração, por toda vida, de R$ 11.000,00/mês, em função de sete meses de trabalho.” (Idem, 01/08/1997.)
Palavras de natureza nominal antepostas ao verbo admitem, facultativamente, ênclise ou próclise. Gabarito: B

11. (Auxiliar Judiciário/Corregedoria Geral da Justiça/UFRJ) O item em que o antecedente do pronome relativo está corretamente indicado é:
a) Agora mesmo está nas telas uma risonha Regina Duarte grata à confiança **que** a população deposita nos Correios. (que – Regina Duarte);
b) O festival de autocongratulação consumiu boa parte dos 120 milhões de reais **que** o governo (só a administração direta) gastou no ano passado. (que – festival);
c) Há muitas comparações **que** não deixam dúvidas sobre o que produz melhores resultados. (que – muitas);
d) ‘... ou muito menos para anunciar a existência de uma Ouvidoria **que** acolhe queixas da população contra barbaridades policiais? (que – Ouvidoria):
e) Basta dar uma espiada no panorama nacional, em **que** pululam temas para campanhas ... (que – espiada).
“...ou muito menos para anunciar a existência de uma Ouvidoria.” “[uma ouvidoria] acolhe queixas da população contra barbaridades policiais?”. Gabarito: D

12. (Escrevente Técnico Judiciário/TJ-SP/Empasial) Onde o pronome está erradamente empregado?
a) fez + o = fê-lo;
b) diríamos + o = di-lo-íamos;
c) pondes + o + ponde-lo;
d) tem + no = tem-no;
e) diríeis + o = diríei-lo
A posição enclítica é ilícita junto a verbos no futuro do pretérito do indicativo. Gabarito: E

13. (Agente Administrativo/TRT/Access) Se substituirmos as palavras sublinhadas em:
1. “ ... com a aprovação dos que presenciaram a cena ...”
2. “ ... a violência começa a gerar expectativas ...”
por pronomes pessoais, as substituições corretas, de acordo com a norma culta, estarão na seguinte alternativa:
a) com a aprovação dos que presenciaram-na/a violência começa a as gerar.
b) com a aprovação dos que a presenciaram/a violência começa a gerar-lhes.
c) com a aprovação dos que presenciaram ela/a violência começa a gerar elas.
d) com a aprovação dos que a presenciaram/a violência começa a gerá-las.
e) com a aprovação dos que a presenciaram/a violência começa a gerar-las.
A conjunção integrante que atrai o pronome e forma oblíqua las se justifica pela terminação em r, que deverá ser omitida, do verbo gerar. Gabarito: D

14. (Atendente Judiciário/TRT/ACCESS) De acordo com a norma culta, há ERRO no emprego do pronome sublinhado em:
a) Isto não é trabalho para eu fazer.
b) Mandei-o entrar.
c) O tempo traz consigo o esquecimento.
d) Ao avarento não lhe peço nada.

e) Vossa Excelência conseguiu realizar todos os vossos propósitos.
Apesar do pronome *Vosso* se referir a quem se fala, seus verbos e seus pronomes deverão vir sempre em terceira pessoa: "Vossa Excelência conseguiu realizar todos os seus propósitos." Gabarito: E

15. (Auxiliar Judiciário/Tribunal de Alçada Cível/FESP) Está incorreto o emprego do pronome em:
a) Deixarão a encomenda com nós mesmos.
b) A mim não me convém este jogo.
c) Isto é tarefa para eu fazer rápido.
d) Desejamos para si o melhor.
"Desejamos para ti/você o melhor". O pronome pessoal oblíquo tônico si é de emprego unicamente reflexivo. Gabarito: D

16. (Auxiliar Judiciário/Tribunal de Alçada Cível/FESP)
"Deram-me, ontem, um novo endereço da loja."
"As referências desta loja não foram boas."
O pronome relativo que estabelece uma relação sintática entre os dois períodos, transformando-os num só, é:
a) que
b) cujas
c) quais
d) as quais
"Deram-me, ontem, um novo endereço da loja cujas referências não foram boas." Emprega-se o pronome relativo *cujo* por se tratar de uma ideia de posse. Gabarito: B

17. (Oficial de Justiça Avaliador/TRT/ACCESS) De acordo com a norma culta, há ERRO no uso do pronome pessoal sublinhado em:
a) Nada houve entre eu e você.
b) Empreste o livro para eu ler.

c) É hora de eles voltarem.
d) Deixe-os entrar.
e) Basta-me a terra.
“Nada houve entre *mim* e você.” A preposição entre rege o pronome oblíquo. Gabarito: A

18. (Oficial de Justiça Avaliador/TRT/Access) De acordo com a norma culta, está INCORRETA a colocação do pronome pessoal átono em:
a) Sempre a desejou como madrinha.
b) Quando o chamaram, ficou nervoso.
c) Ninguém lhe informou o resultado.
d) Recusou o prêmio que ofereceram-lhe.
e) Os alunos não o procuraram depois da aula.
Emprega-se próclise em verbos seguidos de pronomes relativos. Gabarito: D

19. (Auxiliar Judiciário/TRT/ACCESS) De acordo com a norma culta, só há ERRO na colocação do pronome em:
a) Que a terra lhes seja leve!
b) Expliquei-lhe o motivo das férias.
c) Companheiros, escutai-me!
d) Lembrarei-me de alguns belos dias.
e) Nunca se adivinharia nela um anseio.
O futuro do presente do indicativo não admite ênclise. Gabarito: D

20. (Auxiliar Judiciário/Tribunal de Alçada Criminal/FESP) Nas passagens do texto, fez-se ao lado outra colocação dos pronomes pessoais, sublinhando-os. A passagem em que o deslocamento não se acha previsto pela norma culta é:
a) “A miséria se politizaria, passando a ...”/A miséria politizar-se-ia, passando a ...

b) “ ... numa forma de mantê-la e preservá-la.”/numa forma de a manter e a preservar
c) “ ... passa a servi-la, convertendo-se, ele próprio ...”/passa a servi-la, se convertendo, ele próprio ...
d) “Não há interesse em erradicá-las”/Não há interesse em as erradicar.
e) “... uma vez que estes pró-homens da miséria do povo não querem resolvê-la.”/uma vez que estes pró-homens da miséria do povo não a querem resolver.
Em caso de gerúndio, se este vier sozinho, usa-se a ênclise. Gabarito: C

21. (Auxiliar Judiciário/Tribunal de Alçada Criminal/FESP) Das alternativas abaixo, a que contém erro na substituição do que está sublinhado pelo respectivo pronome pessoal, mantida a mesma colocação, é:
a) “Na favela, tal como está organizada, reproduz-se semelhante estrutura.”/reproduz-se ela;
b) “A favela, em seu arcabouço constituinte, reproduz o sistema de produção.”/reprodu-lo;
c) “De seus becos e labirintos emergem os poderosos.”/emergem-los;
d) “ ... uma vez que tal medida implicaria transformações sociais lesivas ao egoísmo do *establishment* ...”/implicá-las-ia;
e) “Os poderes vigentes entregam a favela a Zaca.”/entregam-lha.
O ditongo nasal “em” exige a adaptação fonética de OS em NOS, e não em LOS. Gabarito: C

22. (Auxiliar Judiciário/Corregedoria Geral da Justiça/FESP) “... temo que ela possa servir mais como bandeira política ...”
Transformando-se a expressão verbal da passagem acima e acrescentando-se o pronome oblíquo “lhe”, a construção inaceitável segundo a norma culta brasileira é:
a) ... que ela devesse-lhe poder servir
b) ... que ela devesse poder-lhe servir

c) ... que ela devesse poder servir-lhe
d) ... que ela lhe devesse poder servir
e) ... que ela devesse poder lhe servir
Em casos de locução, quando entre dois verbos, o pronome deverá ser enclítico ao auxiliar. Gabarito: E

23. (Técnico Judiciário/TJ-RJ/Escola de Administração Dos Servidores da Justiça) "... permitindo aos súditos de Sua Majestade Britânica ..." Que forma de tratamento abaixo está corretamente abreviada?
a) Vossas Majestades – V. MM.
b) Sua Senhoria – S. S.
c) Vossa Magnificência – V. M.
d) Vossa Alteza – V. Alt.
e) Vossa Excelência – V. Exª
Vossa Majestade – V.M / Sua Senhoria – S.S.ª / Vossa Magnificência – V. Mag.ª / Vossa Alteza – V.A. Gabarito: E

24. (Técnico em Radiologia/FESP) Marque a opção cuja colocação do pronome sublinhado obedece à norma culta.
a) As universidades já têm cursos especiais para alunos de Terceira Idade que se querem reciclar.
b) A diferença para as turmas convencionais é uma só: ninguém submete-se a provas e exames.
c) Os meninos nunca deram-se a oportunidade de cantar coisa mais elaborada.
d) Se pode correr 100 metros em cinco segundo quando se é um atleta.
e) Farão-se as garantias da pesquisa para que os resultados sejam bons.
Emprega-se próclise em verbos seguidos de pronomes relativos. Gabarito: A

25. (Atendente Judiciário/Tribunal de Alçada Criminal/FESP) Nas passagens abaixo, aquela em que o pronome sublinhado admite outra colocação na frase, segundo a norma culta, é:
a) "Criou-se entre nós a idéia equivocada de que um homem só está bem vestido ..."
b) "Os defensores incondicionais do terno se esquecem de que sua elegância fica seriamente comprometida ..."
c) "Não se trata de uma apologia às bermudas ..."
d) "Venham justamente de quem, no exercício de suas atividades diárias, se vê obrigado a usar as togas ..."
e) "Abaixo a gravata, essa argola no beiço dos que se dizem civilizados."
É facultativo o uso da próclise ou da ênclise em orações que, anteposto ao verbo, haja uma palavra de natureza nominal. Gabarito: B

26. (Técnico Judiciário/TRE/FESP) O pronome lhe tem valor possessivo na seguinte alternativa:
a) João lhe pediu desculpas.
b) Admiro-lhe a inteligência penetrante.
c) O porteiro entregou-lhe as cartas do inquilino.
d) Depois da ameaça, o funcionário obedeceu-lhe.
e) O chefe deu-lhe instruções precisas sobre o projeto.
Dependendo da construção, o pronome oblíquo átono *lhe* pode assumir valor possessivo. "Admiro-lhe [= a sua] a inteligência penetrante.". Gabarito: B

27. (Técnico Judiciário/TRE/FESP) De acordo com a norma culta, há erro na colocação do pronome sublinhado na seguinte alternativa:
a) A paz lhes seja concedida.
b) O júri vai entregar-lhe o prêmio amanhã.
c) Não lembrarei-me nunca do que você disse.
d) Eu já tinha lido aqueles livros que me deram.
e) O professor disse-nos que não haveria mais tempo.

Há erro por dois motivos: o futuro do presente do indicativo não admite ênclise e advérbios de negação atraem o pronome. Gabarito: C

28. (Agente de Administração Universitária/UERJ) É comum o uso de abreviaturas ao endereçar-se a correspondência oficial.
Considerando-se o endereçamento:
Exmº. Sr.
Dr. João de Souza
DD. Procurador Geral ...
devemos entender o "DD." Como
a) douto
b) distinto
c) digníssimo
d) destinatário
e) decodificador
DD. é a fórmula de cabeçalho destinada exclusivamente para o tratamento digníssimo, que se refere a cargos transitórios e de dignidade hierárquica. Gabarito: C

29. (Técnico Judiciário/TRE-MG) Assinale a opção em que a colocação do pronome oblíquo está INCORRETA quanto à norma culta da língua:
a) Não pude dar-lhe os cumprimentos, por estar fora da cidade.
b) Agora tem-se dado muito apoio técnico ao pequeno empresário.
c) Ter-lhe-íamos pedido ajuda, se o víssemos antes do resultado.
d) Como me propiciou momentos agradáveis, fui bastante paciente.
e) Quem o levará a tomar decisões tão importantes para o País?
O advérbio de tempo agora, quando não seguido de pausa, atrai o pronome. Gabarito: B

30. (Fiscal de ICMS/Santa Catarina/Covepe) Assinale a alternativa onde o pronome pessoal está empregado corretamente:
a) Para mim, viajar de avião é um suplício;

b) Este é um problema para mim resolver;
c) Entre eu e tu não há mais nada;
d) A questão deve ser resolvida por eu e você.
O pronome oblíquo foi devidamente empregado por se tratar de uma antecipação do objeto indireto livre de opinião. Gabarito: A

31. (Fiscal de ICMS/Santa Catarina/Covepe) Coloque o pronome no final, no espaço correto.
1. Jamais _____ esqueço _____ de você. (me)
2. O rapaz _____ levantando _____ fez uma pergunta. (se)
3. _____ devolve _____ o livro que te emprestei. (me)
4. Estou a _____ contar _____ uma coisa importante. (lhe)
5. Gostaria de saber quem _____ contou _____ tal fato. (te)
A colocação adequada, de cima para baixo, é a seguinte:
a) me esqueço, se levantando, me devolve, contar-lhe, te contou;
b) esqueço-me, levantando-me, devolve-me, lhe contar, te contou;
c) me esqueço, levantando-se, devolve-me, contar-lhe, te contou;
d) me esqueço, levantando-se, devolve-me, contar-lhe, contou-te;
e) esqueço-me, se levantando, me devolve, contar-lhe, contou-te.
1. Colocação proclítica é preferível quando seguida de palavras negativas.
2. Neste caso, tanto a próclise quanto a ênclise seriam possíveis.
3. Oração iniciada por verbo exige ênclise.
4. Verbo principal de locução no infinito.
5. Orações subordinadas desenvolvidas requerem próclise. Gabarito: C

32. (Auxiliar Judiciário/TRE-MG) Assinale a opção em que a colocação do pronome sublinhado esteja correta, segundo o registro escrito culto:
a) Os vizinhos haviam pedido-me muita atenção ao atravessar a rua.
b) Mesmo considerando que éramos famosos, ninguém veio receber-nos.
c) Fariam-me um grande favor não contando as novidades a meus pais.
d) Pelo que pudemos entender, ninguém vai-nos denunciar ao delegado.
e) O aluno logo interessou-se pelo assunto, assim que a argüição começou.

A posição proclítica é preferível nas orações que contêm palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa. Gabarito: B

33. (Atendente Judiciário/Tribunal de Alçada Cível/FESP) O pronome relativo foi usado erradamente na seguinte frase:
a) Reconheceu as lojas, a qual lhe indicaram.
b) Vê-lo feliz e radiante é tudo quanto desejo.
c) Saberei hoje a sala onde farei prova.
d) Senti, na hora, o que aconteceu.
Reconheceu as lojas, as quais lhe indicaram. Gabarito: A

34. (Taquígrafo Legislativo/Câmara Municipal-RJ) Em: "É consenso nacional a necessidade de levar a educação formal e não formal a todos os brasileiros. O que se discute é como, em situação tão adversa, fazer isso: através de que meios e quais objetivos e propostas educacionais viabilizar primeiro." O pronome sublinhado refere-se a um elemento presente anteriormente no texto: "... levar a educação formal e não formal a todos os brasileiros". Diz-se que, nesse caso, o pronome tem valor dêitico.
Em que item a seguir, a palavra sublinhada não tem esse mesmo valor?
a) "É consenso nacional a necessidade de levar a educação formal e não formal a todos os brasileiros. O que se discute é como, em situação tão adversa, fazer isso: através de que meios e quais objetivos e propostas educacionais viabilizar primeiro. Os meios de comunicação e as novas tecnologias da informação, sem dúvida têm um papel a desempenhar aí."
b) "Assim como o relógio e a máquina a vapor mudaram a vida das pessoas nos séculos XVII e XVIII, alterando completamente a relação que elas tinham com o tempo, ..."
c) "Assim como o relógio e a máquina a vapor mudaram a vida das pessoas nos séculos XVII e XVIII, alterando completamente a relação que elas tinham com o tempo, interferindo na organização de seus afazeres diários, ..."

d) “As salas de aula estão cheias de crianças e jovens que passam boa parte de seu tempo em contacto com mundos diversos que chegam a eles através dos noticiários ...”
e) “Não há receitas mágicas que respondam e indiquem a fórmula para resolver tais questões. No entanto, acumulou-se certa experiência para sabermos quais caminhos não deveriam ser tomados.”
O substituto de pronome demonstrativo tal é um elemento anafórico, pois retoma algo já expresso dentro do próprio discurso. Gabarito: E

35. (Fundação João Goulart/Câmara Municipal-RJ) O emprego do pronome de tratamento está correto em:
a) Sua Meritíssima, Professor Carlos Silva, Reitor da Universidade do Estado X, não poderá comparecer à próxima sessão plenária.
b) Sua Eminência, o Papa Paulo VI, encontrava-se acamado no último fim de semana.
c) Sua Senhoria Reverendíssima, o Cardeal de Ouro Preto, nos visitará no próximo Domingo.
d) Sua Excelência, o Presidente da Fundação João Goulart, participou da mesa redonda de ontem.
e) Suas Excelências Reverendíssimas, o Bispo de Santarém e o Arcebispo de Recife, aguardam o início da cerimônia no Salão Grená.
Emprega-se o pronome de tratamento *Sua Excelência Reverendíssima* quando se faz referências a bispos e a arcebispos. Gabarito: E

36. (Fiscal de Tributos/Prefeitura Municipal de Itaboraí/FESP) Observe a frase abaixo:
Se é para _____ falar o que penso, creio que a escolha deve ser feita entre _____ e _____.
Segundo a norma culta, os pronomes que completam adequadamente as lacunas são, respectivamente:
a) eu / mim e ti
b) eu / mim e tu

c) mim / eu e tu
d) mim / eu e ti
e) eu / eu e tu
Emprega-se, na função de sujeito, os pronomes pessoais retos e a preposição entre rege a forma oblíqua do pronome. Gabarito: A

37. (Agente Fiscal de Rendas/São Paulo/Vunesp) Assinale a alternativa em que o emprego do pronome relativo “onde” obedece aos princípios da língua culta escrita.
a) Os fonemas de uma língua costumam ser representados por uma série de sinais gráficos denominados letras, onde o conjunto delas forma a palavra.
b) Todos ficam aflitos no momento da apuração, onde será conhecida a escola campeã.
c) Foi discutida a pequena carga horária de aulas de Cálculo e Física, onde todos concordaram e desejam mais aulas.
d) Não se pode ferir um direito constitucional onde visa a garantir a educação pública e gratuita para todos.
e) Não se descobriu o esconderijo onde os seqüestradores o deixaram durante esses meses todos.
Onde indica ideia de lugar. Gabarito: E

38. (Agente Administrativo/Telerj/Cesgranrio) Assinale a opção em que o emprego dos pronomes pessoais está de acordo com a norma culta da língua.
a) Entre o chefe e eu há confiança mútua.
b) Para mim vencer na empresa é fundamental.
c) Vim falar consigo sobre o debate de amanhã.
d) Já lhe avisei do ocorrido na empresa.
e) Esta linha telefônica vai de mim a ti.
Preposições essenciais pedem o pronome em sua forma oblíqua tônica. Gabarito: E

39. (Agente Administrativo/Telerj/Cesgranrio) Marque a opção INCORRETA quanto à colocação pronominal:

a) Seria-nos conveniente assinar o acordo hoje.

b) Nada se fez por ele.

c) Vocês podem dizer-me a verdade.

d) Amanhã, contar-lhe-ei as novidades.

e) Quando a viu vencer, desmaiou.

Ser-nos-ia conveniente assinar o acordo hoje. A impossibilidade de próclise em início de oração e de ênclise no futuro do pretérito fez da mesóclise a única construção possível. Gabarito: A

40. (Nível Médio/Petrobras/Cesgranrio) Assinale a opção em que o pronome pessoal está mal empregado, de acordo com a norma culta da língua.

a) O erro foi mandá-los à passeata estudantil.

b) Tudo que lhe servia de inspiração, desapareceu.

c) Faltou-te uma nova oportunidade para entendê-lo.

d) Nada agrada-lhe quando está de mau humor.

e) A custo, apoiando-se na defesa de seu ponto de vista, conseguiu o emprego.

Emprega-se, preferivelmente, a posição proclítica nas orações que contêm palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa. Gabarito: D

41. (Auxiliar Judiciário/TRF/FCC) _________ as novas condições exigidas pelo programador, antes que outros __________.

a) expusemos-lhes – o fizessem

b) expusemo-lhes – fizessem-no

c) expusemos-lhes – fizessem-o

d) expusemo-lhes – fizessem-lo

e) expusemo-lhes – o fizessem

Não se omite o “-s” final da desinência número-pessoal do verbo quando seguido pelo pronome *lhe*, e ocorre próclise quando o sujeito é exercido por um pronome indefinido. Gabarito: A

42. (Analista Legislativo/Câmara dos Deputados/CEFOR) É construção pronominal condenável pela norma culta da língua:
a) É necessário que os indivíduos compreendam a si mesmos.
b) Comunicação é o entendimento dos indivíduos entre si mesmos.
c) Os indivíduos devem se entender consigo próprios.
d) É imperioso que nos comuniquemos conosco mesmos.
e) O homem deve ser capaz de dialogar consigo próprio.
O pronome oblíquo tônico foi empregado duplamente na oração, o que a tornou redundante. Gabarito: D

43. (Taquígrafo de Debates/Câmara dos Deputados/UNB) Indique a alternativa em que os vocábulos preenchem corretamente as lacunas do fragmento de texto:
Entre ______ ir com vocês ou ficar na floresta, escolho a segunda opção – disse o urubu ao canário – já que entre ______ e os canários não há afinidades. Ainda assim, quando partires, leva ______ a certeza de que, para ______, decidir não foi tarefa das mais fáceis.
a) eu / mim / com você / mim;
b) eu / eu / com você / eu;
c) mim / eu / contigo / eu;
d) mim / mim / com você / eu;
e) eu / mim / contigo / mim.
1. Emprega-se, na função de sujeito, o pronome pessoal reto.
2. Preposições essenciais pedem o pronome em sua forma oblíqua tônica.
3. Pronome oblíquo tônico referente à segunda pessoa do singular.
4. Preposições essenciais pedem o pronome em sua forma oblíqua tônica.
Gabarito: E

44. (Assessor Técnico Parlamentar/Câmara Municipal-RJ/UFRJ) A frase em que NÃO se observou uma recomendação referente à colocação dos pronomes oblíquos átonos é:
a) Sempre pareceu-nos que esse projeto não teria êxito;

b) Os dois marujos que ficaram no Brasil nunca se tornaram índios.
c) Naquele momento, iniciou-se o povoamento do Brasil.
d) A consideração com que me trataram foi para mim o ponto alto da reunião.
e) Os falantes do português se tornaram maioria no litoral brasileiro.
Certos advérbios, quando não seguidos de pausa, atraem o pronome. Gabarito: A

45. (Assessor Técnico Parlamentar/Câmara Municipal-RJ/UFRJ) A colocação proclítica ou enclítica do pronome oblíquo é facultativa na frase:
a) Essa medida nos proporcionou uma qualidade de vida melhor.
b) Abrigaremos nessa casa as pessoas que se encontrarem em apuros.
c) Não se poupariam esforços nesse sentido.
d) Atravessaram por entre as árvores, sem que ninguém se desse conta disso.
e) “ ... certa auréola que te faz divina!” (Cruz e Souza).
É facultativo o uso da próclise ou da ênclise, ou até mesmo da mesóclise caso o tempo verbal a permita, em orações em que, anteposto ao verbo, haja uma palavra de natureza nominal. Gabarito: A

46. (Assistente Administrativo/Câmara Municipal-RJ/ UFRJ) Observando as recomendações quanto à colocação dos pronomes oblíquos átonos, pode-se afirmar que está correta a frase:
a) O dinheiro que entreguei-lhe era meu.
b) No curso de Pedagogia estudaria-se provavelmente História da Educação.
c) Nunca engamo-nos a esse respeito.
d) Em tempos de vagas magras, compra-se o indispensável.
e) Caso procurem-me, diga que viajei.
O emprego pronominal enclítico é preferível em casos de imperativos afirmativos quando houver sujeito oculto ou posposto. Gabarito: E

47. (Redator Revisor/Câmara Municipal-RJ/UFRJ) Consoante as normas da língua culta vigente, o pronome átono está colocado com ERRO em:
a) As reuniões tornavam-se eventos de grande repercussão.
b) As reuniões se tornavam eventos de grande repercussão.
c) As reuniões se tornariam eventos de grande repercussão.
d) As reuniões tornariam-se eventos de grande repercussão.
e) As reuniões tornar-se-ão eventos de grande repercussão.
Verbos no futuro do pretérito não admitem ênclise. Gabarito: D

48. (Oficial de Justiça Avaliador/Corregedoria Geral de Justiça/UFRJ) *atiram-se-vos*, *acusam-no* são formas corretas de uso de pronomes; em que item a seguir o uso do pronome não obedece às normas vigentes?
a) Ter-lhe-iam falado a meu respeito?
b) Tenho prevenido-o várias vezes;
c) Quem nos dará razão?
d) Nunca nos diriam inverdades;
e) Haviam-no procurado por toda a parte.
O pronome deve vir enclítico ao verbo auxiliar de uma locução no particípio quando em início de períodos: "Tenho-o prevenido várias vezes". Gabarito: B

49. (Técnico Judiciário Juramentado/Corregedoria Geral de Justiça/UFRJ) Assinale a correspondência de tratamento / pessoa equivocada:
a) Vossa Magnificência – reitores de universidades;
b) Vossa Alteza – príncipes;
c) Vossa Santidade – bispos;
d) Vossa Eminência – cardeais;
e) Vossa Excelência – altas autoridades civis.
Vossa Santidade é o pronome de tratamento cerimonioso destinado ao papa. Gabarito: C

50. (Atividades Notariais e de Registro/Corregedoria Geral de Justiça/UFRJ) *planejá-la* é uma forma verbal com pronome enclítico; a forma que assumiria esse mesmo verbo no futuro do presente do indicativo com pronome mesoclítico, seria:
a) planeja-la-á;
b) planejá-la-á;
c) planejá-la-ia;
d) planejá-la-a;
e) planejar-la-á.
Para se obter a mesóclise, deve-se empregar à forma planejá-la a terminação de terceira pessoa do verbo haver - há - gerando, assim, uma palavra composta: *planejá-la-á*. Gabarito: B

51. (Técnico Judiciário/Tribunal de Alçada Criminal/UFRJ) Assinale dentre as alternativas apresentadas a seguir o único deslocamento do pronome átono que seria considerado incorreto segundo os gramáticos normativos tradicionais.
a) "[...] ou o que se determine pelo uso outorgado." (Art. 1250)
[...] ou o que determine-se pelo uso outorgado.
b) "[...] não podendo usá-la senão de acordo com o contrato, [...]" (Art. 1251)
[...] não a podendo usar senão de acordo com o contrato, [...]
c) "[...], ainda que se possa atribuir a caso fortuito, [...]" (Art. 1253)
[...], ainda que possa atribuir-se a caso fortuito, [...]
d) "Se o menor, estando ausente essa pessoa, se viu obrigado a contrair [...]" (Art. 1260, II)
Se o menor, estando ausente essa pessoa, viu-se obrigado a contrair [...]
e) "[...]. Mas, em tal caso, a execução do credor não lhes poderá ultrapassar [...]" (Art. 1260, III)
[...]. Mas, em tal caso, a execução do credor não poderá ultrapassar-lhes [...]
Emprega-se próclise em verbos seguidos de pronomes relativos. Gabarito: A

52. (Técnico Judiciário/Tribunal de Alçada Criminal/UFRJ) Alguns termos desfrutam de certa flexibilidade posicional no interior das construções de que participam. Levando em conta as estruturas presentes nos textos de Machado de Assis, assinale dentre as alternativas a seguir aquela em que o deslocamento não é recomendado pelos gramáticos normativos tradicionais.
a) "que vos deram" / que deram-vos;
b) "gosto de conhecer-vos" / gosto de vos conhecer;
c) "recebi e agradeço-vos /recebi e vos agradeço;
d) "a mim entregue" / entregue a mim;
e) "incumbiu-me" / me incumbiu.
Emprega-se próclise em verbos seguidos de conectivo de subordinação. Gabarito: A

53. (Analista Judiciário/TRT/UFRJ) A frase em que, segundo o uso culto escrito, são lícitas tanto a próclise quanto a ênclise do pronome oblíquo átono é:
a) "afoga-se o corpo em álcool e gordura";
b) "no ato de se empanturrar à mesa";
c) "Mudemos nós e o Natal";
d) "Aquele que se fez pão e vinho";
e) "Deixemo-nos, como Maria, engravidar".
É facultativo o uso da próclise ou da ênclise em orações que, anteposto ao verbo, haja uma palavra de natureza nominal. Gabarito: B

54. (Sem Especialidade/TRF/UFRJ) De acordo com a norma culta, o resultado da substituição do termo grifado no trecho a seguir por um pronome oblíquo seria: "Vi e suportei os sofrimentos das tropas e não posso mais contribuir para prolongar esses sofrimentos:
a) para prolongá-los;
b) para lhes prolongar;
c) para prolongar eles;

d) para prolonga-los;
e) para prolongar-lhes.
Emprega-se a forma oblíqua *los* por conta da terminação em "r", que será omitida ao se juntar ao pronome, do verbo prolongar. Gabarito: A

55. (Oficial de Justiça/São Paulo/Empasial) Indique a colocação indevida do pronome oblíquo:
a) Vou-te vendo.
b) Não convidar-te-ei desta vez.
c) Dais-vos clemência.
d) Aqui, trabalha-se.
e) Dize-lo primeiramente.
A posição proclítica é preferível em orações que contêm palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa. Gabarito: B

56. (Oficial de Justiça/São Paulo/Empasial) Sobre os pronomes de tratamento é errado dizer que:
a) são certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais;
b) levam o verbo para a 3ª pessoa, embora designem a pessoa a quem se fala (isto é, a 2ª);
c) não admitem artigo (conseqüentemente crase), exceto Senhor, Senhora e Senhorita;
d) exigem o pronome na 3ª pessoa do singular, bem como adjetivo e particípio concordando com o sexo da pessoa;
e) deve-se empregar Vossa para a pessoa de quem se fala, e Sua para a pessoa com quem se fala.
Emprega-se *Sua* para a pessoa de quem se fala e *Vossa* para a pessoa com quem se fala. Gabarito: E

57. (Técnico Judiciário/STJ/UNB) Assinale a opção em que há erro de colocação pronominal, de acordo com a norma culta.

a) A primeira refere-se aos atuais mecanismos públicos e particulares.
b) São os elementos essenciais da vida, os quais não têm-nos dado a desejada segurança.
c) Consiste em nossa fraqueza de opormo-nos a uma espécie de movimento neo-feudal.
d) A sociedade mostra-se perplexa com seu ajuste à eletrônica.
e) O Estado não se mostra apto para encontrar soluções.
Emprega-se, preferivelmente, a posição proclítica nas orações que contêm palavra negativa quando entre ela e o verbo não há pausa. Gabarito: B

58. (Nível Técnico/Concentração: Administrativa/MPU/UNB) Observe o fragmento:
"Mas o que me leva a crer no desaparecimento do bem-te-vi são as mudanças que começo a observar na sua voz. O ano passado, aqui nas mangueiras dos meus simpáticos vizinhos, apareceu um bem-te-vi caprichoso, muito moderno, que se recusava a articular as três sílabas tradicionais do seu nome. Limitava-se a gritar: ' ... te vi! ... te vi! ... ' com a maior irreverência gramatical."
Cecília Meireles
Em "Limitava-se a gritar: ' ... te vi! ... te vi! ... ' com a maior irreverência gramatical.", a autora refere-se:
a) ao uso da linguagem coloquial;
b) ao uso indevido da pontuação;
c) à colocação do pronome em próclise;
d) à colocação do pronome em ênclise;
e) à articulação incorreta do bem-te-vi.
É obrigatória a colocação enclítica em período iniciado por verbo. Gabarito: C

59. (Escrevente Técnico Judiciário/TJ-SP/Empasial) Enumere a segunda coluna de acordo com a abreviatura da forma de tratamento adequada:
1.V. Exª Rev.ma ( ) reitor de universidade

2. V. Mag.a (   ) papa
3. V. Em.a (   ) bispo e cardeal
4. V. S. (   ) cardeal
a) 1 – 4 – 3 – 2;
b) 2 – 4 – 1 – 3;
c) 3 – 4 – 2 – 1;
d) 4 – 2 – 3 – 1;
e) 2 – 4 – 3 – 1.
Pronomes de tratamento cerimoniosos devem ser corretamente atribuídos a determinadas pessoas, dependendo do seu cargo ou título, como forma de distinção e respeito. Gabarito: E

60. (Técnico em Assuntos Educacionais/MED/UNB) "De fato, o poder deste cargo é tamanho que será difícil encontrar um brasileiro adulto que não se tenha posto no seu lugar e vestido a camisa para imaginar como seria a sua seleção... "
Roberto da Matta.
Ensaios de sociologia interativa. 1986.
Em "que não se tenha posto no seu lugar", há a próclise devido à existência de pronome átono
a) iniciando período.
b) em oração subordinada com verbo flexionado.
c) em oração iniciada por palavra exclamativa.
d) em expressões cristalizadas de cunho popular.
e) em oração com verbo modificado, sem pausa, por advérbio.
Emprega-se próclise em verbos seguidos de pronomes relativos. Gabarito: B

Gabarito

01. D
02. C
03. C
04. A
05. C
06. D
07. A
08. C
09. D
10. B
11. D
12. E
13. D
14. E
15. D
16. B
17. A
18. D
19. D
20. C
21. C
22. E
23. E
24. A
25. B
26. B
27. C
28. C
29. B
30. A
31. C

32. B
33. A
34. E
35. E
36. A
37. E
38. E
39. A
40. D
41. A
42. D
43. E
44. A
45. A
46. E
47. D
48. B
49. C
50. B
51. A
52. A
53. B
54. A
55. B
56. E
57. B
58. C
59. E
60. B

PARTE 2

REGÊNCIA VERBAL

PEQUENO DICIONÁRIO DE VERBOS E SUAS REGÊNCIAS

ABDICAR

1. Com o sentido de abrir mão de um cargo ou autoridade de que se achava investido (geralmente intransitivo):
O imperador *abdicou* duas vezes.
"Esta câmara, que duas vezes *abdicou*, delegando aos ministros o voto do imposto" (Rui)
"Por que não *abdicou* a majestade, por que não deixou de ser rainha?" (Vieira)
"Os reis *abdicam* e fogem disfarçados" (João Francisco Lisboa)
"Dom João de Bragança *abdicaria n*o filho" (Camilo Castelo Branco)
"Havendo *abdicado* a coroa *em* seu filho mais velho" (Herculano)

> *Observação*:
> A preposição *em* é, aqui, marca de adjunto adverbial (de favor), podendo, pois, estar junta ao emprego transitivo ou ao intransitivo do verbo em tela.

2. Com o sentido de desistir de algo, abrir mão, em geral voluntariamente:
Uma mãe não sabe *abdicar*.
É preciso *abdicar a razão*.
É preciso *abdicar da razão*.
É preciso *se abdicar d*a razão.
"Muito custa ao coração *abdicar*!" (Camilo Castelo Branco)
"Os (povos) que *abdicam* a liberdade, os que se enfraquecem pela discórdia." (Rui)
"Todos *se abdicaram d*esta honra e liberdade." (Manuel Bernardes)
"Suposto que nunca os príncipes *se abdicassem de* seu exercício" (Herculano)

3. Com o sentido de renunciar, em geral, repita-se, voluntariamente (poder, autoridade, cargo, dignidade):
A rainha *abdicou* a coroa.
"César cogitava em coagir Augusto a *abdicar* a coroa" (Camilo Castelo Branco)

ABRAÇAR
1. No sentido de envolver, cingir com os braços (e, neste caso, pode, por extensão metafórica, transmitir a ideia de *circundar*).
Abracei-a.
Abracei-me a / com / em / contra uma dama.
Abraçamo-nos um ao outro.
Morros *abraçavam* a cidade.
"O mais velho *abraçou*-a, beijou-a e subiu para o seu berço de palha." (Coelho Neto)
"As lagrimas lhe alimpa, e accendido
Na face a beija e *abraça* o collo puro." (Camões)
"Quando melhorou, *abraçou-se à* menina." (Camilo Castelo Branco)
"*Abraçaram-se*, mas foi um abraçar sem gosto, sem força." (Machado de Assis)
"Ao sair o enterro, *abraçou-se a*o caixão aflita." (Machado de Assis)
"Antoninha *abraçava-se n*o tio." (Camilo Castelo Branco)
"Ricardina *abraçou-se* palpitante de ternura *contra* o seio da mãe." (Camilo Castelo Branco)
"*Abraçou-se n*ela, desorientada como que disputando-a (a criança) a alguém." (Jucá)
"O rio *abraça* a cidade em toda a volta" (Aulete)

2. Sentido de *entrelaçar-se com*:
A filha *se* abraçou *com* a mãe.
"Coríamos a *abraçar-nos com* ela" (Herculano)
"Os álamos *se abraçam co'* as videiras" (Roquete)
"Abraçando-os e *abraçando-se com* eles" (Vieira)

3. Sentido de esposar, adotar, seguir uma causa, uma ideia:
Todos *abraçamos* o mesmo ideal.
"A população *abraçou* a causa da ordem civil." (Rui)
"Martim Eicha, que, submetido pelo conde Henrique, *abraçara* o cristianismo." (Herculano)
"Desde que, porém, esposastes o meu trabalho, *abraçando-o por* vosso, não seria decente furtar-me ao dever de justificá-lo contra os seus impugnadores." (Rui)

Observação:
Neste último trecho, a expressão *por vosso* é predicativo do objeto (direto) "o", substituto de "o meu trabalho" (=considerando-o vosso, como se fosse vosso etc.). É, portanto, o verbo "abraçar", aqui, o que se chamou outrora de verbo transobjetivo, isto é, aquele que, além da exigência de um complemento, requer, também, um predicativo a esse complemento.

ACONSELHAR
1. Dar conselhos:
"Cada fausto acareia as simpatias de um diabo invisível, que o *aconselha* até a hora definitiva." (Camilo Castelo Branco)
"Há duas coisas que *aconselham* a observância das leis comuns da guerra." (J. F. Lisboa)

2. Recomendar algo, indicando-lhe as vantagens e conveniências:
Aconselhei umas boas férias!
Aconselhei que fosses ao diretor.
"Jamais *aconselharia* o emprego de um recurso que ele viu falhar em suas próprias mãos." (Machado de Assis)

3. Dar conselho, persuadir (objeto direto de pessoa com oração antecedida de preposição):

"*Aconselhei*-o *a* que respondesse." (Mário Barreto)
"*Aconselhei*-o *a* viajar." (Aurélio)
"Ia ele ter-se com sua mãe, e pedia-lhe que *aconselhasse* o pai *a* passar a loja, e remediar-se com o bastante que já tinham para viverem em decente mediania." (Camilo Castelo Branco)
"*Aconselhando*-o *para* que se dirigisse a Pedro." (Alexandre Herculano)

4. Recomendar, prescrever, indicar (objeto indireto de pessoa; objeto direto de coisa):
Não *lhe aconselho* tal reação.
que reaja assim
reagir assim.
"*Aconselho a*os enojados ... a cataplasma angélica de uma rapariga patriarcal." (Camilo Castelo Branco)
"O médico *aconselhou-lhe* um regime alimentício especial" (Aurélio)
"*Aconselho a*os meus alunos que não escrupuleiem jamais em usar o sinal de crase em tais locuções." (Sá Nunes)
"Rompia em exclamações contra a mulher que *lhe aconselhara* maior publicidade à sua desonra." (Camilo Castelo Branco)

5. Ainda outro giro possível deste verbo é omitir-se a preposição e utilizar objeto direto de pessoa, patenteando-se embora cruzamento dos passos 3 e 4:
Aconselhei-o *a* que fizesse os deveres. (3)
Aconselhei-lhe que fizesse os deveres. (4)
Aconselhei-o que fizesse os deveres. (3X4)
"*Aconselharam*-no que intentasse ação judiciária contra os sócios" (Mário Barreto)

Observação:
Em decorrência da possibilidade do cruzamento – endossado pela norma culta – que viemos de mostrar, parece-nos, apenas por amor

ao debate, um tanto ou quanto difícil a classificação sintática dos seguintes pronomes átonos nos trechos coletados e abaixo expostos:
a) "Cristo aconselha-nos que deponhamos os afetos da terra." (Antônio de Sá)
b) "Ninguém numa tal noite me aconselhe que me empregue, nem mesmo desamarre." (Odorico Mendes)
c) "Não me leveis a mal que eu recuse admirar as vossas luzes, e ouse aconselhar-vos que andeis menos seguros de vós mesmos." (J. F. Lisboa) –, em que, obviamente, ver-se-á a possibilidade de haver, em cada um deles, *objeto direto* ou *objeto indireto*.

6. Dar conselhos (emprego intransitivo):
O melhor, às vezes, é não aconselhar.
"Quem *aconselha* participa do ato praticado." (R. da Silva)
"Não merece menos quem bem e fielmente *aconselha*, que quem animosamente peleja." (João de Barros)

7. Pedir ou tomar conselhos (pronominal):
Prefiro *me* aconselhar *com* o senhor.
"*C*'os principais senhores *se aconselha.*" (Camões)
"Não sabe *aconselhar-se n*o que deve fazer em tal afronta." (Stringari)
"E depois de *se aconselharem sobre* o caso." (idem)

AGRADAR
1. Ser aprazível, causar prazer, deleitar (transitivo indireto):
O seu gesto *agradou a*os colegas.
"Eu não hei de trocar as datas à minha vida só para *agradar à*s pessoas que não amam histórias velhas." (Machado de Assis)
"Disposições testamentárias que não *agradaram à* família de meu marido." (Filinto Elísio)
"Porfiar contendas por simples amor próprio é puerilidade, que nos não seduz, e que *a* S. Exa. também não há de *agradar.*" (Rui Barbosa)

2. Contentar, satisfazer:
Toda a mobília *lhe agradou* de imediato.
"O interior do casarão *agrada-lhe* também, com a sua disposição apalaçada." (Eça de Queirós)

3. Afagar, acariciar, fazer agrados em alguém:
A mãe não para de *agradar* o filho.
"Tinhô caiu em si, arrependeu-se e procurou *agradar* o filho." (R. de Queirós)
"Quando cresci e tentei *agradá*-la, recebeu-me suspeitosa e hostil." (Graciliano Ramos)

Observação:
Na linguagem dos séculos XVI e XVII – assim nos ensina Rocha Lima –, o verbo *agradar* podia ser usado, nas acepções 1 e 2, como transitivo indireto ou direto (*agradá-lo*).

4. Ser agradável, suscitar complacência (emprego intransitivo):
Pobre do homem que viva em função de *agradar*!
"Que moças boas, adivinhando que a melhor forma de *agradar* era não ser triste!..." (José Américo de Almeida)
"Hoje ... ninguém há que não cuide do corpo para *agradar*." (João do Rio)
"A peça havia um mês em cena, *agradara* em cheio" (Antero de Figueiredo)
"Tornou; e como ainda *agradou* mais, todos os bens do invejoso lhe forma decretados." (Rui Barbosa)

5. Afeiçoar-se, apegar-se, simpatizar:
O rapaz *se agradou d*a moça.
Pouco *me agradei de* sua atitude.
"*Agradou-se* muito *de* Zadig." (Filinto Elísio)
"...quem sabe se ela não *se agradaria de* algum desses bolos, esquecendo-se de mim?..." (Raul Pompéia)

"E que só fica em paz se lhe resiste
O amado coração, e que *se agrada*
Mais *d*a eterna aventura em que persiste
Que *d*e uma vida mal-aventurada." (Vinícius de Morais)

AGRADECER

1. Demonstrar gratidão:

*Agradeci a*os meus pais o presente.

"Calisto levantou-se, *agradecendo à* providência a chegada de um ancião respeitável que se aproximava dele..." (Camilo Castelo Branco)

"Rubião foi *agradecer* a notícia *a*o Camacho." (Machado de Assis)

Observação:
Também se utiliza frequentemente o posvérbio *por*:
Agradeço pela boa vontade.

2. Retribuir (às vezes ao lado da preposição *com*):

Agradeceu a atitude lisonjeira *a*o colega *com* um breve sorriso.

"—Também eu esperava este momento para *agradecer-lhe* os cuidados e desvelos que dispensou a Aurélia..." (José de Alencar)

"Despedi-o, porém, *agradecendo-lhe* o zelo." (Filinto Elísio)

"Dito isto, espreitou-me os olhos, mas creio que não lhe disseram nada, ou só *agradeceram* a boa intenção." (Machado de Assis)

"Era a mulher dele; creio que me descobriu de dentro, e veio *agradecer-me com* a presença o favor que eu fazia ao marido." (Machado de Assis)

3. Demonstrar gratidão (emprego intransitivo):

Saber *agradecer* é também uma virtude.

"ela ergueu-se muito vexada, sacudiu-se, *agradeceu* e enfiou pela rua próxima." (Machado de Assis)

Observação:
O verbo *agradecer* não admite oração objetiva direta desenvolvida, devendo-nos preocupar, pois, com colocá-las sempre na forma reduzida (ainda que precedida do artigo *o*):
Assim, não se dirá:
*Agradeci-lhes *que tivessem vindo*.
Mas, em lugar disso:
Agradeci-lhes (o) *terem vindo*.

AJUDAR

1. No seu sentido habitual – *prestar socorro, ajuda, auxiliar* –, é, modernamente, transitivo direto:
Ajudarei meu pai.
"Estes são os aduladores que (...) aplaudem o que não deveram aplaudir, e *ajudam* o que deveram estorvar." (Padre Antônio Vieira)
"Lenita *ajudou* o Barbosa nos seus aprestos de viagem." (Júlio Ribeiro)
"Viu-se convidado pelos governadores do reino a assistir a suas deliberações e a *ajudá*-los com seu conselho." (Rebelo da Silva)

No uso moderno, conforme falamos acima, é este verbo, se seu complemento for um SUBSTANTIVO, exclusivamente transitivo direto, sendo, portanto, suas formas clíticas *o, a, os, as.* Ainda que alguns autores queiram antepor ao objeto direto uma preposição *a*, o que servirá de ênfase ou realce àquele complemento (que será, pois, um objeto direto preposicional), ainda assim deverá ser sua forma cliticizada *o, a, os, as.* Q.v. nosso capítulo de sintaxe, III, "Dos complementos verbais", item 2, "Objeto direto", subitem 2.1.3, "Objeto direto preposicional".
Assim, por exemplo:
Preciso *ajudar* *a* meus pais.
(o.d. prepos.)
Preciso *ajudá-los*.

A mesma coisa ocorre com o verbo *atender* (q.v.), em que a preposição antes do complemento não faz desse um objeto indireto (*atendeu o* / *ao* aluno = *atendeu-o*).

Por Rocha Lima (GN, 420), retiramos, da pena de Camões, este emprego, hoje desusado, repetimos, do verbo em pauta, – emprego transitivo *indireto*:

"(...) vê-se em pressa
Veloso sem que alguém *lhe* ali *ajudasse*."

Em outros grandes autores, vemos, igualmente, o emprego ainda transitivo indireto:

"A expedição (...) foi a que interveio na destruição e não a que *ajudou à* conquista." (Alexandre Herculano)

Repetimos, na esteira de grandes mestres, não ser este emprego o aconselhável hodiernamente.

2. Se vier seguido de infinitivo (outro torneio extremamente comum a dar-se ao verbo), haverá regência da preposição *a*.

• Sendo o infinitivo verbo *transitivo*, será o verbo *ajudar*, então, transitivo direto ou indireto em relação a seus complementos expressos por substantivos:

Ajudei-o a comprar sua casa.
(O.D.)
Ajudei-lhe a comprar sua casa.
(O.I.)

"Este sacerdote, que timbrava de engenheiro, viria outra vez *ajudar* os nossos *a* repelir os estrangeiros." (Camilo Castelo Branco)

"A trigueirinha estudou a sua lição, e o rei *ajudou-lhe* a pronunciar os ditongos." (Camilo Castelo Branco)

"*Ajudei-lhe* a pôr o selo e despedimo-nos." (Machado de Assis)

• Se for o infinitivo um verbo intransitivo, recomendam-nos os mestres que façamos acompanhar um objeto direto.

Ajudei-o a viver.
"*Deus* o *ajudará a* comprar mais." (Camilo Castelo Branco)
"(...) e a *ajudou a* sair do seu sepulcro." (Eça de Queirós)

ASPIRAR

1. Equivalente a respirar, inspirar, sorver, absorver (transitivo direto):
Aspiremos o ar puro, tão raro e tão necessário.
"Egas *aspirava* o perfume de seus cabelos." (Alexandre Herculano)
"Marina *aspirou* o ar da noitinha: cheirava a folhas secas queimadas." (Érico Veríssimo)
"Percorrera aquela mesma vereda, *aspirara* aquele mesmo vapor (...)" (Lygia Fagundes Telles)
"*Aspirando* o frescor do deu vestido..." (C. Pessanha)
"Sob os pés a terra estava fofa, Ana *aspirava*-a com delícia." (Clarice Lispector)
"Mal que *aspiras* o que efundo, já deliras." (Castilho)
"Enquanto se *aspiram* as narcóticas exalações de um bom cigarro." (Garrett)
"E Egas, porque era ele, parecia *aspirar* o ruído longínquo dos ginetes de Afonso Henriques precipitando-se para os muros e Guimarães (...)" (Alexandre Herculano)

• Neste mesmo sentido, poderá o verbo assumir a forma intransitiva.
O rapaz *aspirava* dificultosamente.
"*Aspirava* com ânsia, como se aquele ambiente tépido não bastasse a saciá-lo." (Herculano)

• Em vez do sentido de inalar, pode ter o verbo também o de exalar, recender, sendo transitivo direto ou intransitivo:
As flores úmidas costumam *aspirar* perfumes únicos.
"*Aspirar* fragrância, suavidade, cheiro." (Aulete)
"As auras *aspiram* brandamente." (Constâncio)

2. No sentido de pretender obter algo é transitivo indireto (1) (com as preposições *a* (2) e, mais raramente, *para*):
Todos nós já *aspiramos a* algo que não nos pertencia.
"E dizia de coração que era a maior dignidade *a* que podia *aspirar*." (Machado de Assis)
"Que *a* tão altas empresas *aspirava*." (Camões)
"Não penso que ela *aspirasse a* algum legado." (Camilo Castelo Branco)
"A barata e eu *aspiramos a* uma paz que não pode ser nossa (...)" (Clarice Lispector)
"Sua vigilância exasperava-me, no íntimo, fazendo-me *aspirar*, com ânsia, *à* libertação." (Cyro dos Anjos)
"*Aspiro para* a felicidade com uma desconhecida ânsia." (Pinheiro Chagas)
"(...) *aspirando para* um ideal indefinido." (Oliveira Martins)
"*Aspiramos a* uma terra pacífica." (C. Drummond de Andrade)
"*Aspiro a* livrar-me dessa fraqueza." (3) (L. Bittencourt)

Observação 1:
Ainda que condenado pelos gramáticos, vem-se dando, não tão raramente, preferência ao regime direto:
"Ele sente, ele a *aspira*, ele deseja
A grande zona da imortal bonança." (Cruz e Sousa)
"Oh! o que eu não *aspirava*, no titanismo das minhas ânsias de moço, para o meu país." (G. Amado)

Observação 2:
Este verbo, a exemplo de alguns outros, não admite o pronome *lhe*, senão sim as formas *a ele(s)*, *a ela(s)*. Assim: *Aspiro a*o cargo = *aspiro a ele*.
"Não podendo ser dele, Flavio Paiva, Armando não podia *aspirar a ela* [Vanda]." (Octavio de Faria)

"Mas o prêmio os faz diretamente bons com a deliberação de *aspirarem a ele*." (Stringari)
"E a mim, que *aspiro a ele*, a mim, que o amo,
Que anseio por mais vida e maior brilho,
Há de negar-me o termo deste anseio?" (Antero de Quental)
"Os grandes têm a qualidade vital da carne, e, não só toleram o atonal, como *a ele aspiram*." (Clarice Lispector)

Observação 3:
Ao ser usado com um infinitivo, o verbo *aspirar* pode prescindir da preposição com que timbra seu emprego transitivo indireto. Assim dispõe, por exemplo, Napoleão Mendes de Almeida (GMLP, par. 683):

3. Há, posto que pouco corrente hoje em dia, o sentido de favorecer, sendo, então, transitivo direto:
Espero que Deus *aspire* sua empreitada.
"Imploramos favor que nos guiasse,
E que nossos começos *aspirasse*." (Camões)

4. Por fim, é digno de nota o emprego do verbo com o sentido de proferir um som de maneira gutural:
"Em algumas línguas *aspira*-se* o *h*." (Aulete)

Observação:
Este *se* é apenas pronome apassivador, pelo que se percebe que o verbo, nesta acepção, é transitivo direto, aceitando mais comumente a voz passiva, como o é no caso em tela.

ASSISTIR

1. No sentido de presenciar ou de comparecer, é transitivo *indireto*:
Assisti duas vezes *a*o filme.

"*Assisti* a algumas touradas" (A. F. Schmidt)
"É como se o povo *assistisse a* um ofício divino." (Alexandre Herculano)
"(...) E a natureza *assiste*
Na mesma solidão e na mesma hora triste,
À agonia do herói e *à* agonia da tarde." (Olavo Bilac)
"E eu *assistira*, dia e noite, *a* esta agonia." (Camilo Castelo Branco)
"Só a menina estava perto e *assistiu a* tudo estarrecida." (Clarice Lispector)
"Trajava ainda o vestuário esplêndido com que *assistira a*o banquete (...)" (Alexandre Herculano)

Nesta acepção, embora sendo, como vimos, transitivo indireto, o verbo não aceita o pronome *lhe*, mas sim as formas tônicas *a ele*, *a ela*, *a eles*, *a elas*.
"Lá vão os frades celebrar um auto! Não serei eu que *assista a ele*." (Alexandre Herculano)
"Segundo o costume, o vencedor nestes jogos guerreiros tinha de receber um prêmio das mãos da principal personagem que *assistia a* eles." (Alexandre Herculano)
"Aparentemente, apenas a aborrecia perder a missa dos domingos, sendo-lhe penoso vir da roça para *assistir a ela*." (Cyro dos Anjos)
"Não é propósito nosso descrevermos uma corrida de touros. Todos têm *assistido a elas* e sabem de memória o que o espetáculo oferece de notável." (Rebelo da Silva)

Observação:
Embora nesta acepção deva ser usado com objeto indireto, usar-se-á sem prejuízo a voz passiva, tendo o que era originariamente o objeto indireto como sujeito desta voz:

V. A. – *Assisti à* missa.
V. P. – A missa foi *assistida* por mim.
"O ofício religioso não era *assistido* pela maioria dos homens." (C. Drummond de Andrade)
Há, em alguns compêndios gramaticais, menção à acepção de que falamos sendo empregada, contudo, com um objeto direto:
"Trata-se de um filme *que* eu *assistia*." (Clarice Lispector) – (Por: Trata-se de um filme *a que* eu *assistia*.)
"Mas não mostres a tua decadência
Ao mundo que *assistiu* teu esplendor!" (Raul de Leoni)

2. No sentido de favorecer, caber direito a alguém (transitivo indireto):
Esta razão não *assiste a*o pai, senão *a*o filho.
"(...) o direito que *assiste a*o autor de ligar o nome a todos os produtos intelectuais." (Rui Barbosa)
"*A*o dono da loja *assiste* razão de gabar-se, como o fez, por sua iniciativa." (C. Drummond de Andrade)

Nesta acepção, aceita o pronome átono *lhe*:
"Que direito *lhe assistia* de julgar Jacinto?" (U. Tavares Rodrigues)
"Que direito *lhe assistia* de arriscar assim a vida do próximo?" (C. Drummond de Andrade)

3. No sentido de acompanhar, dar assistência, prestar socorro (transitivo direto ou indireto):
"Deus bom, que *assiste* os coitados." (Cyro dos Anjos)
"Enquanto conservou (Sansão) os cabelos, *assistiu*-o Deus." (Vieira)
"Fazer competência de quem mais há de *assistir* o príncipe." (Vieira)
"Quem *assistiu a*o primeiro Imperador na obra de criar a nacionalidade brasileira?" (Latino Coelho)

"Organizaram-se congregações de homens e mulheres para *assistir a*os doentes, *a*os presos, *a*os réus da justiça humana." (Camilo Castelo Branco)
"Não se pode duvidar que *assiste* Deus *a*os que em palavra e obra são pregadores apostólicos." (Frei Luís de Sousa)

Dessarte, poder-se-ão usar os pronomes *o*, *a*, *os*, *as*, ou *lhe*, *lhes*, indiferentemente (sendo esta última, sem dúvida, a predominante nos clássicos):
"Continuarei a *assisti*-la com a discrição requerida pela sua sensibilidade." (J. Paço d'Arcos)
"O sacerdote que *lhe assistia* na hora do trespasse..." (Rui Barbosa)
"Eu mesmo em pessoa *lhe assistirei* por enfermeiro e médico." (Bernardes)
"O dono da casa era um padre, que *lhe assistiu* com muita caridade." (Camilo Castelo Branco)

Observação:
Neste emprego, obviamente aceitar-se-á a voz passiva:
"O encarregado *era assistido* por dois homens de bordo, um deles de olhos muito brancos." (B. Lopes)
"E ali ficava, animando-o a seu modo, enquanto punha em ordem o quarto, *assistida* pelo cão, que se acomodava ao lado da cama." (Josué Montello)

4. No sentido de morar, permanecer (1) (intransitivo com locativo iniciado por preposição *em*):
Pedro *assistiu* por anos *na* cidade pequena.
"Dois daqueles *assistiam no* termo de Vila Nova da Rainha." (A. Arinos)
"— Vocês estão *assistindo* por aqui, *n*este começo de Gerais?" (Guimarães Rosa)
"Onde o poeta *assiste*, não há 'cocks'
autógrafos, badalos, gravações." (C. Drummond de Andrade)

ATENDER

1. Com o sentido de acatar, deferir, ou ainda de receber em casa, ou em outro local, será transitivo direto:
Não costumo *atender* os alunos em minha casa.
"O Senhor não *atendeu* a oração do pecador." (Camilo Castelo Branco)

Naturalmente se construirá sem embaraço a voz passiva:
"As súplicas de Fernando a Isabel foram atendidas em Roma." (Alexandre Herculano)

2. Com o sentido – o mais usual de todos – de prestar atenção a algo, será transitivo indireto, com preposição *a*:
Atenderei a vocês assim que possível.
"Ainda uma vez, nobre dama, *atendei às* súplicas do velho bucelário que tenta salvar-nos." (Alexandre Herculano)

Observação:
Num e noutro caso, isto é, quer se escolha a regência direta, quer a indireta, o complemento pronome referente a pessoa será, SEMPRE, na forma objetiva direta:
Assim:
Atendi os alunos ou
*Atendi a*os alunos –,
mas:
Atendi-os.
(Q.v. verbo *ajudar*)
"Uma senhora, muito pálida, veio *atendê*-lo em chinelos." (Aníbal Machado)
"Não querem que el-rei o *atenda* –dizia o prior." (Alexandre Herculano)
Há, contudo, casos esparsos em que tal constatação é infringida:
"Até vos merecerem, um dia, a bênção de *lhes atenderdes*." (Rui Barbosa)

3. Há ainda uma terceira possibilidade, que é a de utilizarem-se as preposições *em* e *para*, quando significa "*atentar, concentrar a atenção em*" (Rocha Lima, 424)
Atendendo em detalhes, nunca chegaremos a um consenso.
"Não há coragem que seja demais, se *atendermos n*as provações do tempo de guerra." (Rui Barbosa)
"Bastava, entretanto, *atender para* essas afecções orgânicas." (Francisco de Castro)

4. Por fim, a possibilidade que, a despeito de colacionada em inúmeras obras de porte, parece-nos de pouco giro – o emprego intransitivo do verbo, com o sentido de estar atento:
Deus *atende* nas alturas.
"Sem o temor, com a espada de Marte *atende*." (Morais)

CASAR
1. Com o significado de ligação por meio de casamento, é intransitivo, ou transitivo indireto (preposição com), podendo, em ambos os casos, apresentar pronome reflexivo:
A menina *casou* cedo.
A menina *casou-se* cedo.
A menina *casou*(-se) *com* um soldado.
"Quando ela *casara*, eu estava na Europa." (Machado de Assis)
"No princípio de 1869, voltou Vilela da província, onde *casara com* uma dama formosa e tonta." (Machado de Assis)
"O tempo faria o resto, não contando que cada um casava e iria com a mulher para o seu lado." (Machado de Assis)

Observação:
Damos aqui o que supomos ser a predicação originária de tal verbo: intransitivo. Em exemplos como:

"Titia não a quer casar antes dos vinte." (Machado de Assis)
"Chamou-o a rainha, deu-lhe um dote e ordenou ao capelão que os casasse." (Camilo Castelo Branco) –,
vemos os objetos diretos como provenientes do emprego factitivo do verbo "casar", em que ganha o sentido de promoção de um casamento, fazer que se unam duas pessoas. O próprio emprego transitivo indireto, acima exposto, não deve ser resultado de outra coisa que não o adjunto adverbial de companhia, encetado pela preposição que, hoje, enceta o mesmo objeto indireto; qual seja *com*. No desdobramento dessa hipótese, vem, como consequência, o emprego transitivo direto e indireto:
A mãe casou a filha com um soldado.
(obj. dir.) (obj. indir.)
"Encheu-se de ciúmes dela, e *casou*-a *com* um eunuco." (Mário Barreto)
Pediu ao vigário de Santa Maria que o *casasse com* Josefa." (Camilo Castelo Branco)
"Coa matéria convém casar o estilo." (Bocage)

2. Na acepção pura de ligar (sem sê-lo por casamento), aliar, combinar, é transitivo direto e indireto, este com as preposições *a* ou *com*:
Tentei *casar* o útil *a*o (*com* o) agradável.
"Tal maneira de vida... não se casava exatamente com a regra monástica." (Alexandre Herculano)
"Quatro velas de cera alumiavam-no lugubremente, *casando*-se os seus clarões *a*os últimos clarões do dia." (Júlio Ribeiro)

CHAMAR

1. Clamar, dando sinal a alguém que se aproxime ou preste atenção:
Já o *chamei* não sei quantas vezes.
"velha cabocla, mãe da morena, chegando a casa esbaforida, *chamou a filha*." (C. Neto)
"Teria passado uma hora quando tornou a *chamá*-lo." (Alexandre Herculano)

"A serviçal amiga pediu a um cavalheiro que *chamasse* o indicado Mesquita." (Camilo Castelo Branco)

Com esta mesma acepção, poder-se-á empregar o verbo *chamar* com objeto direto de pessoa e preposições *a*, *para* ou, mais raramente, *sobre* e *em*, antecedendo o lugar a que se chama, a pessoa a quem se chama, ou mesmo aquilo para que se chama:
Chamei-o algumas vezes *à* (*a*) minha casa *para* o jantar.
"*Chamei*-o *a* mim, e o infante, olhando-me fito, esteve um momento parado." (C. Neto)
"O meu pensamento é *chamar a*o Brasil o meu querido mestre, logo que a sua ida seja bem prosperada" (Camilo Castelo Branco)
"Atravessava as horas vagarosas, levantando-se amolentado, quando o *chamavam para* as refeições" (Camilo Castelo Branco)
"O campanário só *chamava para* a oração e *para* as festas um povo que se não via." (Castilho)
"como estadista incorreu em erros capitais e *chamou sobre* si imensa reponsabilidade." (Latino Coelho)
"*Chamar sobre* alguém as bênçãos do céu." (Aulete)
"Num assomo levantou os olhos para o céu, *chamando em* seu socorro Nosso Senhor Jesus." (C. Neto)

Ainda com a mesma acepção de dar sinal para que se aproxime, dizendo o nome ou sinalizando de alguma forma, empregar-se-á o verbo em questão de maneira intransitiva, ou se utilizará o posvérbio *por*:
— *Chamou*? — perguntou a menina – Você vive mesmo *chamando por* mim.
"Sozinha, a ruim da gralha, a passear na areia, a chuva anda a *chamar* com voz roufenha e cheia" (Castilho)
"A primeira coisa que me lembrou foi *chamar por* meu pai ou *por* minha irmã." (Alexandre Herculano)

"Vieram apressados portadores com a liteira buscar a filha, *por* quem a moribunda *chamava* com incessantes brados." (Camilo Castelo Branco)

2. Exigir
Não é possível que não saibas *chamar* o que te é de direito!
"Tão nefando crime *chama* todo o rigor das leis." (Aulete)

3. Dar nome ou atribuir qualificação a alguém ou a algo (neste caso, exigirá predicativo do objeto):
São 4 as construções aqui lícitas:
Chamei Paulo covarde. (= *Chamei*-o covarde);
Chamei Paulo *de* covarde (= *Chamei*-o *de* covarde);
Chamei a Paulo covarde (= *Chamei-lhe* covarde);
Chamei a Paulo *de* covarde (= *Chamei-lhe de* covarde).
"É isto o que Civile *chama* a sua primeira morte, o seu primeiro enterro e a sua primeira ressurreição." (Camilo Castelo Branco)
"(...) e por disfarce *chama*-o reino dos céus." (Porto Alegre)
"*Chamão**, segundo as leis que ali seguião,
Huns Mafamede, e os outros Sanctiago" (Camões – **Chamam*)
"Eu, que *chamava de* amor a minha esperança de amor." (Clarice Lispector)
"As coisas sabem tanto as coisas que *a* isto... *a* isto *chamarei de* perdão." (Clarice Lispector)
"*Chamarão* uns *a* isso orgulho; *chamar-lhe-ão* outros vaidade" (Alexandre Herculano)
"(...) e perdia-se na imensidade do que foi o nada *a* que *chamam* passado." (Alexandre Herculano)
"O espanhol, o jesuíta, os do outro lado quanta vez *o chamaram de* bandido." (Cassiano Ricardo)

4. Ter nome (pronominal com predicativo do sujeito):
A menina *se chama* Helena.

"E disse *chamar-se* Siva." (C. Neto)
"A bruxaria era o que hoje *se chama* a vocação." (Rebelo da Silva)

CRER

O verbo, como quase todos os da língua, é de largo uso, tendo adquirido, certamente por conta de tal circunstância, grande variedade de empregos, de que trataremos.

1. Acreditar, ter na conta de verdadeiro (ou falso, quando se tratar de complemento em forma de oração). Pode ser transitivo direto, tanto para o termo simples (objeto direto) quanto para o objeto oracional (oração subordinada substantiva objetiva direta), ligando-se esta à oração principal apenas pela integrante "que".
Creio as coisas que me disseste.
Creio que tudo seja mentira.
"Mas não se quis manifestar senão aos que o *criam* e amavam." (Padre Antônio Vieira)
"(...)
crer tudo enfim – que nunca louvarei
o capitão que diga "Não cuidei". (Camões)
"Temo e *creio* que qualquer tempo curto seja." (Camões)

No exemplo abaixo, utilizado também como ilustração para a questão da variabilidade quanto à predicação dos verbos (q.v. nosso capítulo de análise sintática dos termos do período simples), há, mais uma vez o dizemos, emprego do verbo "crer" na voz passiva (v. 1 e 2), o que pressupõe tenha sido ele utilizado como transitivo direto, havendo, no arremate do poema (v. 3), emprego deste mesmo verbo com sua regência indireta (q.v. nº 2 abaixo), o que não aceitaria, antes do mais, a voz passiva pouco antes agasalhada.
1. "Cousas há i que passam sem ser *cridas*,
2. E cousas *cridas* há sem ser passadas,

3. Mas o melhor de tudo é *crer em* Cristo." (Camões)

No seguinte passo de Antônio Vieira, empregam-se as duas predicações, com variação semântica, conforme veremos no nº 2 abaixo, sutilíssima:
"Não *criam em* Cristo porque não *criam* a sua divindade." (Padre Antônio Vieira)

- Como transitivo direto, poderá exigir anexo predicativo ao objeto.

Não o(1) *creio* capaz(2) de tamanhas mesquinharias.
(1) Objeto direto.
(2) Predicativo do objeto direto.
"A larga história do seu desditoso amor, que o mundo *cria* retribuído e feliz." (Alexandre Herculano)

2. Com sentido próximo ao de 1, somado a este a ideia de "ter confiança em algo ou alguém", o verbo poderá, ainda, ser transitivo indireto, com preposições *em* ou *a* (neste último caso com sentido específico de "dar crédito"):
Creia em minhas palavras.
Não pude *crer a* meus próprios ouvidos.
(= "Não *lhe* pude crer")
"É preciso *crer em* alguma coisa para ser grande." (Almeida Garrett)
"Porque se vós *crêsseis a* Moisés, certamente *me creríeis* também *a* mim." (Figueiredo)
"E dizia que se não fazia obras de seu padre, *lhe* não *cressem*." (Fr. Tomé)

Mais uma vez, Vieira nos dá exemplo em que, paralelamente, põe em cotejo formas distintas de predicação verbal:
"*Crer em* Cristo é crer *n*ele; *crer a* Cristo é *crê*-lo (1) *a ele*." (Padre Antônio Vieira)
(1) Pronome vicário.

3. No sentido de professar crença, é intransitivo.
É preciso *crer* para viver.
"Os que padecem têm uma grande necessidade de *crer*." (Aulete)
4. No sentido de fiar-se, confiar demasiadamente em algo, será pronominal e transitivo indireto, com preposição *de*.
Não *se creia de* tantas provas de benquerença...
"Porque sabe quem erra quem *se crê de* seu pérfido adversário." (Camões)

CUSTAR

1. No sentido de "ser difícil a alguém", o verbo *exige* oração reduzida de infinitivo (exercendo função de sujeito), oração esta que, a propósito, não raro vem precedida de preposição *a* ou de artigo:
Custou-me fazer isto.
Custou-me *o* fazer isto.
Custou-me a fazer isto.

Deve-se evitar, assim, o seguinte giro, comum nos mais diversos meios:
Eu custei a fazer isto –, embora não faltem razões de cunho sintático, estilístico e sobretudo expressivo que o abonem sobremaneira (leia-se Rocha Lima, ob. cit., 427, ainda Raimundo Barbadinho Neto, Antologia de Textos do Modernismo, 15).

Colacionamos exemplos em que isto ocorre:
"— (...) Sofremos muito com a morte do Zuza. *Custei* a me conformar." (Josué Montello)
"*Custa*-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era." (Machado de Assis)
"Agora mesmo, *custava*-me responder alguma coisa, mas enfim contei-lhe o motivo da minha ausência." (Graciliano Ramos)
"Bem me lembrava o quanto me *custava* persegui-lo." (Fernando Sabino)
"(...) Como *lhe custasse* mentir tanto, acrescentou rindo." (Clarice Lispector)

"Meu sono é tão nebuloso, tão viscoso (...), que *me custa* o indizível ter de me arrastar desse brejo ancestral para as obrigações do mundo urbano". (Paulo Mendes Campos)

Observação:
A expressão "o indizível" é, posto que substantiva, adjunto adverbial (de preço). Tal expressão adverbializada, e com a mesma circunstância, aparece, também, em expressão do tipo "Isto vale ouro". Q.v., abaixo, a acepção 2 deste verbete em que estamos (CUSTAR).
"Ó Ninfa, a mais fermosa do Oceano,
Já que minha presença não te agrada,
Que *te custava* ter-me neste engano
Ou fosse monte, nuvem, sonho ou nada?"(Camões, *Lus.*)
"*Custou-me a* deixar meu pai." (Camilo Castelo Branco)
"Atônitos, *custava-lhes a* crer o que presenciavam, ignorando o que se passara no jardim pênsil." (Alexandre Herculano)

2. No sentido de "ter como preço", pede adjunto adverbial indicando este preço, e pode apresentar objeto indireto:
A casa (*lhe*) *custará* mil e poucos reais de aluguel.
"*Custou-me* toda esta brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos." (Lima Barreto)
"(...) uma sentinela, que *custa* milhares de milhões." (Latino Coelho)

3. Com o sentido, do nº 2 derivado, de "acarretar consequências (geralmente desagradáveis)", costuma ser transitivo direto e indireto:
A audácia custou ao pai muitos momentos de pânico.
"Esta obrigação *custou-lhe* lágrimas (...)" (Camilo Castelo Branco)
"(...) a história, cuja narrativa *custaria à* envergonhada viúva muitas penas." (Camilo Castelo Branco)

Remetemos o leitor mais interessado à obra *Antologia de Textos do Modernismo*, de Raimundo Barbadinho Neto (Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1982, p. 15 e ss.), onde o autor nos colaciona inúmeros casos em que o complemento do verbo "custar" é, embora sendo emprego pouco comum (segundo ele próprio, autor, assevera), "um substantivo ou equivalente não oracional de substantivo" (ob. cit.).

Trazemos alguns exemplos, escolhidos por nós sem critério:

Fez uma pausa como se muito lhe custasse o que ia dizer [Jorge Amado, Tereza Batista Cansada de Guerra. São Paulo, Martins, 1972. p.290] (Obs.: De fato o complemento do verbo é, aqui, o pronome "o", e "que ia dizer" é, em relação a este pronome, oração adjetiva.)

Pode-se avaliar o quanto lhe custou o brutal transplante. (Cyro dos Anjos. A Menina do Sobrado. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979. p. 352) *Custava-lhe muito o silêncio, embaraçava-o, um peso enorme no peito.* (Autran Dourado. Tempo de Amar. 3. ed. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1975, p. 76). Aumentamos seu rol com estes trechos:

1) "Certas impressões *custam* a se apagar." (Érico Veríssimo).

2) "O que me *custa a* crer é que a alma dos homens tenha um destino imorredouro." (Tasso da Silveira).

Quanto à forma mais difundida "custei a chegar" (em que o verbo "custar" pode ser encarado como auxiliar acurativo), Raimundo B. Neto aponta ter tal construção advindo da aproximação com a outra "demorei a chegar". O autor adentra em outros meneios interessantíssimos dos empregos possíveis, mesmo literariamente, deste verbo, pelo quê, novamente, aconselhamos o leitor a recorrer à tal obra citada.

O verbo aceita ainda um emprego intransitivo (como o caso 2, não pedindo, ora, adjunto adverbial de preço), com o sentido de "demorar", "ser penoso":

Ah, isso ainda *custa*...

Custou mas saiu.

O bloco do *Custa*-mas-sai... etc.

DEPARAR

Significando, sempre, fazer aparecer algo repentinamente, o verbo admite, contudo – segundo os estudiosos profundos da língua – três construções:

1. "O hoteleiro *deparou-me* um refresco", isto é – proporcionou-me;
2. "Ao hoteleiro *deparou*-se um refresco", isto é – apresentou-se-lhe aos olhos;
3. "O hoteleiro *deparou com* um refresco", isto é – deu com um refresco (O. Mota, *Lições de português*, 315/16, *apud* Francisco Fernandes, 187)

Somamos uma quarta possibilidade: deparar-*se com* algo: emprego pronominal, que, embora não previsto em muitas das obras consultadas, vem ganhando, por sem dúvida, foros de cidade. Trata-se, muito provavelmente, de cruzamento entre as construções nº 1 e nº 2, tão interligadas por si sós no que tange às "afetividades" que podem encerrar.

Observação 1:
Parece-nos, este, caso de Voz Afetiva, cf. Vendryes (Le Langage), em construções em que se "privilegia" ora o sujeito de uma ação em face do objeto desta (como é o caso nº 2), ora o *sujeito afetivo* (termo nosso), que é o em que se torna aquilo que fora, há pouco, o objeto a que nos referimos (como é o caso nº 3). É difícil, por exemplo, ser assertivo ao se dizer que se trata, o caso nº 2, de voz passiva (sintética, cujo sujeito real seria, pois, "um refresco"), ou reflexiva (fossilizada); daí vermos, nesse tipo de *possibilidade* que alguns verbos apresentam, uma Voz Afetiva, em que, repetimos, dá-se ênfase ora a um termo, ora a outro. Lembramos que o exemplo nº 1 permanece fora do âmbito de tal discussão.

Não é do escopo do presente trabalho a discussão concernente à natureza verdadeira do pronome *se*, que nos parece, embora, antes parte integrante do verbo do que, propriamente, pronome reflexivo. Estendemos, aliás, este comentário de rodapé à construção nº 2 acima, esta sim, inequivocamente, pronominal – e previsível.

No capítulo de "Verbo e seus complementos", no subitem "Sobre verbos transitivos", Rocha Lima (343) faz-nos observação importante:

> Quando um verbo transitivo se pronominaliza, o seu objeto direto se faz reger de preposição, tomando a FORMA de complemento relativo: Admirar o talento de alguém / admirar-se do talento de alguém; aproveitar as circunstâncias / aproveitar-se das circunstâncias; semelhar um anjo / semelhar-se a um anjo.

Somamos: servir algo / servir-se de algo etc.

Pelo que se depreende do restante do comentário – sempre elucidativo –, podemos considerar o *com* adjungido ao verbo *deparar*, com pronome ou sem ele, um mero posvérbio, que é, como sabemos, uma preposição de relação livre para com o verbo a que e adere, na medida em que é, este verbo, transitivo direto, não exigindo, de per si, uma preposição a ligá-lo a seu complemento.

Por fim, mas não de menor relevância, salientamos a diferença semântica notória quando da colocação do pronome junto ao verbo, reafirmando não nos ser tão importante (tampouco clara) a distinção entre termos, aqui, pronome reflexivo ou parte integrante do verbo ou, em último caso, mesmo partícula expletiva. Certo é que se deveria, para se obterem respostas mais seguras, proceder a um estudo de verbo por verbo, pois, aqui, como o mais das vezes, cada caso é um caso.

"Qual é o santo que *depara* as coisas perdidas?" (Vieira)

"O observador *depara* perspectivas que seguem num crescendo de grandezas soberanas." (Euclides da Cunha)

"E pedia ao padre Santo Antônio, com muitas lágrimas, que *lhe deparasse* a cabra perdida." (Camilo Castelo Branco)

A construção *deparar*(*-se*) *com* é, por muitos, apontada como não tão boa, sendo considerada uma construção proveniente de analogia, graças ao valor de oposição, contraste, choque que pode assumir a

preposição *com*. É o diagnóstico, por exemplo, dado por rocha Lima para o caso em questão. Diz o Mestre: *Deparar com é construção analógica, empregada ao lado da construção melhor* – deparar-se algo a alguém:
Deparou-se-me um cenário novo e maravilhoso.
Depara-se-lhes amplo campo de pesquisas.

Mas trouxemos exemplo que abonem tal construção, visto ser ela, de fato, assaz utilizada:
"Abri *Os Lusíadas* à ventura, *deparei com* o canto IV e pus-me a ler." (Almeida Garrett)
"Vinha ela descuidosa, passando ali por acaso, e de repente *depara com* o quadro ofensivo". (Raquel de Queirós)
"(...) eu não entrava ali, e meu espanto vinha de *deparar com* um quarto inteiramente limpo." (Clarice Lispector)
"Quando *com* o leito meu *deparo* ebúrneo." (Filinto)
"E *deparou-se com* um jovem forte, alto, de grande beleza." (Clarice Lispector)
Trazemos, alfim, a possibilidade pronominal, abonada literariamente:
"Ainda até ao presente *se* não havia *deparado* livro tão útil e cabal como este é." (Castilho)
"Nada *se* me *depara*, que autorize o asserto" (Rui Barbosa)

ENSINAR

1. Dar instrução (deve-se, na língua oral, dar preferência ao objeto direto de coisa – ainda que o seja em forma de oração – e indireto de pessoa):
Ensinei-lhe o ofício.
"Mande *ensinar-lhe* medicina." (Machado de Assis)
"Ordenou a um criado que *lhe ensinasse* o caminho." (Camilo Castelo Branco)
"*Ensinou-lhe* que a semente do mamoninho-bravo, socada, macerada em aguardente, cega, enlouquece, mata." (Júlio Ribeiro)
"E eu *lhe ensinei* a pura alegria." (Luandino Vieira)
"Se *lhe ensinassem* um ofício, podia fazer um pedaço." (José Lins do Rego)

"Era apenas uma vaga esperança de ainda ver Dulce,...de lhe dizer tudo quanto o ciúme e a desesperação *lhe ensinassem*." (Alexandre Herculano)

• Se se cala a coisa ensinada, é comum aparecer como *objeto direto* a pessoa a quem se ensina:
Parei de *ensinar* o desinteressado.
Passou a vida *ensinando* o filho.

Observação:
O emprego deste verbo no gerúndio, com o objeto direto de coisa ou sem ele, transmite a ideia subsidiária de "pregação", ou, nas palavras de Francisco Fernandes (o. cit. p. 288), de "repetir como quem ensina": "*A*os montes *ensinando e às* ervinhas o nome que no peito escrito tinhas." (Camões)
"Para *ensinar* homens infiéis e bárbaros, ainda que é muito necessária a sabedoria, é muito mais necessário o amor." (Vieira)
"Jesus Cristo veio ao mundo *ensinar* os homens." (Camilo Castelo Branco)
"Uma moça formada de anel no dedo podia *ensinar* as meninas até o curso secundário." (José Lins do Rego)

• Se, contudo, aquela coisa que se ensina vier como oração reduzida de infinitivo e precedida de preposição *a*, ficará a pessoa, a quem se ensina, em objeto direto ou indireto:
Ensinei-o a = INFINITIVO
Ensinei-lhe a + INFINITIVO (Obs.: este é um dos raros casos em que há dois objetos indiretos: um de pessoa, um de coisa)
"Em vão *ensinara-lhe a* proteger os animais das pragas e dos vendavais." (Nélida Piñon)
"Tinha de o convencer, de o *ensinar a* ver claro." (U. Tavares Rodrigues)
"O empenho de *ensinar* os juízes *a* interpretar leis." (Rui Barbosa)
"*Ensina*-o *a* converter cada espinho em flor." (Camilo Castelo Branco)

"Esparta *ensinava a*o adolescente *a* morrer pela glória." (L. Coelho)
"Ela mesma *lhe* ensinou *a* ler mal, como ela sabia – e *a* coser e bordar." (Machado de Assis)
"O Espírito Santo o *ensinava a* recrear os outros religiosos." (Bernardes)
"*Ensinou* o primeiro rei português *a* ser honrado." (Camilo Castelo Branco)

2. No sentido de *domesticar*, *castigar*, *amestrar*, *brigar* etc. é usado preferentemente com objeto direto de pessoa.
"A tarimba é que viria *ensiná*-lo." (Machado de Assis)
"Era seu luxo montá-lo na vila, exibindo-o em dias de feira no apuro da maestria com que o mandara *ensinar*." (Alves Redol)
"Espera aí que eu te *ensino*." (Castilho)

3. Instruir, doutrinar, dar ensinamentos (intransitivo):
"E de novo se pôs (Cristo) a *ensinar* à beira do mar, e se ajuntaram à roda dele tantas gentes..." (Figueiredo)
"Na vossa terra não há quem *ensine*." (F. Namora)
"Como mestra, a vida *ensina* mal." (O. Soares)
"Sei que a igreja *ensina* sobre o culto dos santos." (Alexandre Herculano)

Observação:
Quanto à intransitividade do verbo *ensinar* nesta última frase, classificar-se-á "sobre o culto dos santos" como adjunto adverbial de assunto. Veja-se, a este respeito, Rocha Lima, ob. cit., p. 258, de onde retiramos os exemplos abaixo:
Assunto: Falar da vida alheia.
(...)
Assunto: O conferencista dissertou sobre febre amarela. Conversamos a respeito de literatura.
Poderá, ainda, calar-se o objeto direto de coisa ou o indireto de pessoa:

O pai *ensinava* Matemática.
Não cansava de *ensinar a*o amigo.
Obs.: note que em relação ao emprego deste último enunciado, com objeto indireto de pessoa e objeto direto de coisa silenciado, há um paralelo de construção indicado no item 1.1 (q.v.), onde, aí, ao calar-se a coisa ensinada, dá-se preferência ao objeto *direto* de pessoa. Os dois empregos são, pois, lícitos.
"Não basta o que a vida *ensina*." (O. Soares)
"Tu deves *ensinar* o que eu hei de fazer." (Almada Negreiros)
"Pode ser mesmo que em alguma ocasião *lhe* tivesse *ensinado* mal..." (Machado de Assis)
"Foi ao lado do motorista para *lhe ensinar*." (Almada Negreiros)

ESQUECER

1. Adquirindo o sentido de sair da memória, será:

• Transitivo direto:
O homem *esquece* o que lhe convém.
"A gente não *esquece* nunca a terra em que nasceu." (Machado de Assis)
"Eu não *esqueço* o bem que ele me fez." (Castro Soromenho)
"Hoje (o Nogueira) *esqueceu* o latim e é um bom advogado." (Graciliano Ramos)
"Ó mulinha, ainda bem que não *esqueceste* o antigo dono." (Aníbal Machado)

• Transitivo indireto, acompanhado, outrossim, do pronome reflexivo *se*:
O homem *se esquece do* que lhe convém.
"Hoje os príncipes, na embriaguez dos banquetes, *esqueceram-se d*as tradições de avós." (Alexandre Herculano)
"Tendo de lutar para obter melhoria de situação, foi-*se esquecendo d*os deveres religiosos." (C. Drummond de Andrade)
"Diabo: o Barbaças *esquecia-se de* deixar as rações na manjedoura." (F. Namora)

"*Esquecendo*-se *de* que naquele momento era d. Henriqueta da Boa-Vista, cruzou a sala em passo natural." (Graciliano ramos)

Observação:
Se o objeto indireto vier em forma de oração, é lícito que se suprima o pronome reflexivo: O homem *esquece de* fazer o que lhe convém. "Não *esqueçamos*, meus amigos, como portugueses, de fazer votos pelo ilustrado monarca." (Eça de Queirós)
"(...) e achou-se-lhe a faca ensangüentada, que por um incrível descuido Rui *esquecera de* lavar ou deitar fora." (Machado de Assis). "Ah, sim, *esqueci de* confessar quando a vi." (Nélida Piñon). É também de largo uso a elipse da preposição (de) no emprego pronominal se vier o objeto indireto em forma de oração: *O homem se esquece o* (em vez de *do*) *que é bom.*
Obs.: os três exemplos aduzidos por Cunha-Cintra são reproduções, nos livros de onde provêm, de falas de personagens: "– Toma esta chave, e não *te esqueça* que o seu poder é sobrenatural." (G. Amado); "– Um homem acostuma-se a tudo, sim, a tudo, até a *esquecer-se* que é um homem..." (Castro Soromenho); "– *Esquece-se* que não tenho outra companhia..." (Alves Redol).
Se não vier, contudo, em forma de oração, não é raro que se encontrem exemplos que, indo de certa forma de encontro à opinião da maioria dos gramáticos, apresentem elipse do pronome reflexivo *se*. Seria o caso de *O homem esquece do* (em vez de *o*) *que lhe convém*. "Guima *esquece de* tudo, e se deixa ir no doce acalanto dessa toada tão bela." (Jorge Amado)

• Exemplo, talvez, do que Vendryes chamou "voz afetiva", este terceiro emprego faz dos objetos (quer direto, quer indireto) sujeitos:
O homem *esquece* as coisas boas.
O homem *se esquece d*as coisas boas.

Ocorrem os cruzamentos, resultando em:
(1) As coisas boas *esquecem a*o homem.
(2) Das coisas boas esquecem *a*o homem.

Todos exemplos de uso tão correto quanto, há de se convir, literário.
"Nunca *me esqueceu* o seminário." (Machado de Assis)
"E o pior é que *me esqueceu* tudo, valha-me Deus!" (J. Régio)
"*Esqueceu-lhe* o pequeno problema, que o levara ao gabinete." (Cyro dos Anjos)

O cruzamento (2) acima é ainda menos frequente do que o (1), costumando aparecer, ainda, mais comumente sob forma de oração:
"Esquecera-lhe de perguntar a morada do Fonseca, para o caso de se demorar a resposta." (Machado de Assis)
"Não *lhes esqueça de* regarem o passeio adiante da porta." (Almeida Garrett)

Observação:
Já a interpretação de João Ribeiro (*in* Seleta Clássica, *apud* Rocha Lima, 431) é um tanto diversa: Na construção *esqueci-me*, vê o mestre João Ribeiro a predominância afetiva da ideia de que "pareço culpado do esquecimento". Em *esqueceu-me*, por outro lado, sobrepujaria aquela noção esta outra: a de que "o esquecimento foi involuntário". Rocha Lima estende o comentário de João Ribeiro aos matizes do verbo *lembrar* (q.v) – "*lembrei-me* ('em que há propósito ou esforço de lembrar) e *lembrou-me* (em que a lembrança é como casual e não procurada')" (ob. cit.). Encerra-se o estudo, aqui parafraseado, com exemplo de João Ribeiro: "A mulheres *lembra* o que *esqueceu* ao diabo." (= As mulheres *se lembram do* que o diabo *esqueceu*).

INCOMODAR
1. Molestar, causar incômodo, importunar (pode-se utilizar a preposição *com*, indicando aquilo com que se incomoda alguém):

Antônio *incomodava* Pedro (*com* futilidades).
"As mãos, sobre tudo, *incomodavam*-no." (Alexandre Herculano)
"*incomodava* o santo, quando picava a febre amarela, *com* rogos e promessas (Camilo Castelo Branco)
"incomodava-o, porém, a própria inércia." (Camilo Castelo Branco)
Evite-se, pois, dizer *incomodar-lhe.*

2. Causar incômodo a si mesmo (emprego pronominal, às vezes com preposições *a* ou *com*)
Pouco *me incomodo com* tais besteiras.
"Dispenso: não *se incomode*." (Castilho)
"não é provável que *se incomodasse a* vir aqui só para me dar notícias." (Rebelo da Silva)
"Escusavam de *se incomodar a* dizer que não." (Garrett)
"Não aprendemos do passado, não *nos incomodamos com* o presente, não cogitamos no futuro." (Rui Barbosa)
"Sr. Pereira, disse Cirino recostando-se a uma sólida marquesa, não *se incomode comigo* de maneira alguma." (V. de Taunay)

INFORMAR

1. Com o sentido de dar conhecimento de alguma coisa a alguém, é transitivo direto e indireto, podendo ser construído com objeto indireto de coisa e objeto direto de pessoa (caso mais comum) ou, ao invés disso, com objeto indireto de pessoa e objeto direto de coisa. Com efeito, este último caso é mais comum quando o objeto direto aparece em forma de oração. Naquele primeiro caso, o objeto indireto (de coisa) se fará com as preposições *de* ou *sobre*, ou, ainda, com certas locuções prepositivas, como *acerca de, a respeito de* etc.:
Informamos os alunos *da* / *sobre a* / *acerca da* prova
*Informamos a*os alunos a prova.

Devemos, pois, evitar o cruzamento "*Informamos a*os alunos *d*a prova."

Em sua obra Sintaxe de Regência, Carlos Góis expõe:
"*Informou*-a *d*o lugar – ou – *informou-lhe* o lugar."
"Esta circunstância impede-nos de *informar* o leitor *sobre* o que o mundo tem de vir a saber a respeito do tendeiro." (Júlio Dinis)
"Logo *informei d*isso o velho barão (...)." (Lima Barreto)
"Encomendou el-rei Dom João o Terceiro a S. Francisco Xavier o *informasse d*o estado da Índia por via de seu companheiro." (Padre Antônio Vieira)
"Apenas *lhe informaram* que os bens de Domingos Leite haviam sido confiscados." (Camilo Castelo Branco)
"O governo *informou a*os representantes que o país está em paz." (S. Bueno)

2. Quando possui o sentido de pôr-se a par de algo, o verbo é reflexivo, vindo acompanhado das preposições *com* ou *de*:
*Informei-me d*aquele assunto *com* meus colegas.
"*Informou-se com* o contador d'Argote e ficou sem saber a serventia da mesa." (Camilo Castelo Branco)
"Gente das imediações chegava a cavalo para *se informar d*o acontecido." (Aníbal Machado)
"Lhe vá mostrar a terra, onde *se informe d*a Índia, e onde a gente se reforme." (Camões)

3. Pode ainda possuir o sentido de dar notícias sobre algo, ou, ainda, de dar parecer, sendo, então, transitivo direto:
É preciso *informar* este requerimento.
Este jornal não *informou* devidamente o público.
"Não mais *informar* processos, não mais preocupar-se com o nome e a cara do futuro ministro." (Aníbal Machado)
"Ataxerxes *informa* que nunca [Juanita aprendera dança]." (Aníbal Machado)
"As mãos *informem* o coração com obras." (Padre Antônio Vieira)

INTERESSAR

1. Na acepção que lhe é mais comum, "ser de interesse de", "importar a" etc., o verbo tanto poderá ser usado como transitivo direto como indireto:
Interessou-o ficar aqui.
Interessou-lhe ficar aqui.
"Mas o alcance da lição *interessa* diretamente os outros países." (Rui Barbosa)
"*Interessavam*-no as miudezas daquela metamorfose." (Camilo Castelo Branco)
"Nada os *interessa.*" (Euclides da Cunha)
"Pensei que os *interessasse* estar ao corrente disto." (C. de Oliveira)
"E eu escutei que talvez a transação *lhe interessasse.*" (Graciliano Ramos)
"Ele percebeu então que falara demais, a ponto de *interessá*-la, e olhou-a rapidamente de lado." (Clarice Lispector)

2. Usar-se-á com objeto indireto, com preposição *em*, no sentido de "'ter interesse', 'tirar utilidade, lucro ou proveito'" (cf. Cunha-Cintra, 516):
Você não *interessa em* que as coisas continuem assim.
"O rei *interessava em* que os concelhos fossem poderosos e livres." (Alexandre Herculano)

3. Será transitivo direto e indireto, iniciada, esta última regência, pela preposição *em*, nos seguintes casos:
• Dar parte em negócios ou em lucros a alguém:
Interessaram-me *n*esta firma.
"*Interessei*-o *n*esta empresa." (Mário de Sousa Lima)
"*Interessar* alguém *n*um negócio." (Caldas Aulete)
"Interessei meu irmão na charutaria." (Antenor Nascentes)

• Atrair o interesse de alguém para algo, provocando-lhe curiosidade, caso em que, além da preposição *em*, ocorre, amiúde, mas junta às formas reflexas, a preposição *por*:

Interessá-la-*ei n*este tipo de empreitada.
Interessar-me-*ei n*este / *por* este tipo de empreitada.
"A princípio tentara *interessá*-lo *n*os problemas sociais que o entusiasmavam." (Castro Soromenho)
"Josefina, é verdade que nunca se aproximou de mim para me *interessar n*os seus enigmas." (A. Bessa Luís)
"Como quem o queria *interessar n*o perdão e conservação de coisa sua." (Padre AntônioVieira)
"*Interesso*-me *em* aspirar todos os aromas que recendem das essências angélicas." (Camilo Castelo Branco)
"Porque *me interesso n*a sorte desse quase desconhecido." (Idem)
"Antônia *interessava-se n*estes estudos e era considerada como um portento de inteligência pelo padre." (Idem)
"Zazá não se *interessava* muito *pelo* futebol." (Ribeiro Couto)
"Vieram os que deveras se *interessavam por* você e *por* nós." (Machado de Assis)

Observação:
Repare que não é bom giro a regência *interessar-se com alguém* (*ou com algo*), vista com certa frequência.

4. Há uma acepção, posto que desusada, de "alcançar", "ferir":
Foi com intuito de *interessar* o braço que ele desferiu tal golpe.
"O golpe *interessou*-lhe a carótida, o pulmão, os intestinos." (E. Ribeiro)
"A facada interessou o pulmão direito." (Caldas Aulete)

LEMBRAR
1. No sentido de evocar à memória, recordar-se, é de uso o emprego transitivo direto, quer seja na acepção de que (1) alguma coisa traz outra à lembrança, quer seja na de que (2) alguém se lembra de algo:
(1) A neblina *lembrava* Londres.

(2) *Lembrei* você com muito afeto.
"O monte *lembrava* um lençol esburacado" (A. Ribeiro)
"A esposa *lembra* uma gravura antiga (...) " (Érico Veríssimo)
"Tiroteios vivos, que *lembravam* combates." (Euclides da Cunha)
"*Lembro*-a hoje, com os seus cabelos brancos..." (A. F. Schmidt)
"*Lembrei* dias de ventania, sóis de correrias." (Luandino Vieira)
"As mãos esculturais, de ebúrnea transparência,
de divina feitura e de divino encanto,
lembram flores sutis de sonhadora essência
da etérea languidez e de etéreo quebranto." (Cruz e Sousa)

2. No sentido de fazer (alguém) recordar algo, construir-se-á com objeto direto e indireto:
Lembro a ela (*lhe*) que o mundo acaba.
suas obrigações.
"*Lembro-lhe* o cumprimento de sua promessa." (Aulete)
"Para me *lembrar a*o senhor? Para *lembrá*-lo *a* mim? Nosso entendimento se tornou tão fácil que dispensa a operação da lembrança." (C. D. de Andrade)

3. Com o sentido mais usual, o de vir à memória, admite, como o verbo "esquecer" (q.v), posto que deste levemente distinto aqui e ali, três construções:
(1) *Lembro*-me *d*esse acontecimento.
(2) *Lembra*-me esse acontecimento.
(3) *Lembra*-me *d*esse acontecimento.
Em que vale a análise sintática:
(1) Sujeito: eu (voz reflexiva)
Objeto indireto: desse acontecimento
(2) Sujeito: esse acontecimento
Objeto indireto: me
(3) Sujeito: desse acontecimento

Objeto indireto: me

"— Já não se *lembra de mim*, naturalmente." (M. Lopes)

"Eu me *lembro d*os pés de pinha." (Rubem Braga)

"*Lembra*-te, Belmiro, *de* que essas bodas são impossíveis." (C. dos Anjos)

"O filme já não *me lembra*." (V. Ferreira)

"Voltei depois que ela entrou em casa, e só muito abaixo é que *me lembrou* de ver as horas." (Machado de Assis)

"*Lembra-me d*isso, nem era possível esquecer coisa de tanto porte." (Camilo Castelo Branco)

"Quero contar como *me lembrou* de pôr aquelas palavras na boca de Telmo Pais." (Almeida Garrett)

"A primeira coisa que *me lembrou* foi chamar por meu pai e por minha irmã." (Alexandre Herculano)

"Aí, um socavão triste, *de* que mais tarde *me lembrei* ao ver subterrâneos em folhetins (...)" (Graciliano Ramos)

Observação 1:

A construção "*lembro de* você" é tida como viciosa, sendo, pois, vitanda num registro formal, servindo, contudo, seja de reprodução da fala, seja de meio de expressão num registro informal: "*Lembrava do* negro velho Macário que fora escravo do capitão Tomás e que morrera servindo na casa." (J. L. do Rego, *apud* Cunha-Cintra, 519)

Observação 2:

Sujeito precedido de preposição, a qual, por razões fonéticas, se funde ao artigo daquele. Não há, pois, qualquer razão para se estranhar o fato, assim como deve ocorrer com "Chegou a hora *da* (de a) onça beber água." (q.v. Bechara, ob. cit.)

Observação 3:
Nas construções em que o objeto indireto seja exercido por uma oração, poderá, sem prejuízo, ocorrer omissão da preposição (de): Lembro-me que ele virá. "Bem me *lembro* que ainda eu mesmo alcancei a casa de Dona Rosinha (...)." (A. F. Schmidt, *apud* Cunha-Cintra, ob. cit., 604). "*Lembrou*-se que teria de passar junto de três ou quatro casas conhecidas." (F. Namora)

Observação 4:
Parece interessante a análise sintática nesse período. A oração reduzida [chamar por meu pai e por minha irmã] não funciona como sujeito da oração principal [A primeira coisa que me lembrou foi], mas, em vez disso, como predicativo desta. Fica a ressalva a fim de que se coteje esta função com a outra sobremodo mais corriqueira, qual seja a de sujeito. (Se bem que tal sujeito não seja, em geral, exercido por oração, senão por substantivo, pronome etc. Caso este não seguido, por fim, pelo emprego (3) – *lembrou-me de* fazer isso –, em que há conspícua contaminação entre "*lembrei-me de* fazer" e "*lembrou-me* fazer"; com efeito, esta última oração reduzida sublinhada ([fazer]) é sujeito da principal [lembrou-me], ilustrando o porquê de termos sentido necessidade em decompor sintaticamente o exemplo de Herculano acima que abriu campo a toda esta discussão. Também conforme Francisco Fernandes, ob. cit., 403, "Da contaminação das expressões LEMBRO-ME DE TER VISTO e LEMBRA-ME TER VISTO resulta LEMBRA-ME DE TER VISTO" – observação, a propósito, de Mário Barreto, agasalhada na obra acima aludida.

MORAR
1. É, por via de regra, intransitivo, com o adjunto adverbial de lugar construído, geralmente, com a preposição *em*:
Mora sozinho *na* Rua Machado de Assis.

“Morava só; tinha um escravo da mesma idade que ele, e cria da casa do pai.” (Machado de Assis)
“morava *na* rua da Madalena.” (Eça de Queirós)
“A paz e a serenidade moram *na* alma do justo.” (Constâncio)

• Ainda empregado intransitivamente, poderá vir o adjunto adverbial de lugar encetado por outras preposições ou locuções prepositivas – *sobre, entre, em meio a, por cima de* etc. –, inclusiva, se em contato com nome feminino, a preposição *a*, que, fundindo-se com o artigo daquele nome feminino, fará resultar a crase.

Observação:
É este emprego condenado por grandes gramáticos atualmente. Sobretudo os que, como Rocha Lima, veem no uso de tal preposição uma ultracorreção proveniente da analogia do uso da mesma preposição em situações tais como *estar à janela, sentar-se à mesa* etc. Lembremos que apenas aparecerá esta tal preposição (*a*) junto a nomes femininos, ficando os masculinos restritos à preposição *em*.

Morei muito tempo *à* Rua Machado de Assis, *entre* muitas casas.
“Vou ver um doente que *mora à* beira do rio.” (Camilo Castelo Branco)
“*Morava* Elias mui descansado *sobre* as ribeiras do rio Carith.” (Padre Antônio Vieira)
“Os animais que *entre* eles *moram*.” (Camões)

OBEDECER
1. Executar ordens, portar-se ou conduzir-se de acordo com certas determinações (pode o verbo ser *intransitivo* ou *transitivo indireto*; neste último caso, com preposição *a*):
Obedecerei, porque costumo *obedecer a*os mais velhos.
A colheita *obedece à* chuva.

"Mas o ministro assegurou que não *obedeceria*; não *obedeceu*." (Rui Barbosa)
"A porta *obedeceu a*o impulso." (Aulete)
"Uns *obedeceram*, outros se rebelaram." (Vieira)
"Desculpa, Tomázia, que eu devo *obedecer a*o meu amigo." (Camilo Castelo Branco)
"Muitas mercês vos devo, senhor conde, que me obrigam a *obedecer-vos*." (Alexandre Herculano)
"Quando o conde de Trava, *obedecendo* às ordens que lhe transmitira o capelão-mor (...)" (Alexandre Herculano)

Observação:
Quando o objeto se refere a uma coisa – como o foi em "ordens" – costumava vir em objeto direto, como fez Camões (Lus., IV, 47: 5-8):

> Ajunta-se a inimiga multidão
> Das soberbas e varias gentes d'ella
> Desde Caliz ao alto Perineu,
> Que tudo ao Rei Fernando obedeceo.

Note-se que, por haver objeto indireto de pessoa ("ao Rei Fernando"), o objeto direto de coisa como que se tornou, ao menos virtualmente, obrigatório.
"Os animais que habitam seu domínio, são forçados a *obedecer-lhe* e a formar-lhe séquito." (Paranapiacaba)
"Já *lhe obedece* a terra num momento." (Camões)
"*A* Rei não *obedece* nem consente." (Id.)
"Que porque no salgado mar nasceu,
Das águas o poder *lhe obedecia*." (Id.)
"E vós também, ó terras transtaganas, afamadas co'o dom da flava Ceres, *obedeceis às* forças mais que humanas, entregando-lhe os muros e os poderes." (Id.)

"Assim Vênus propôs e o filho iníquo para *lhe obedecer* já se apercebe." (Id.)
"Já *lhe obedece* toda a Estremadura." (Id.)

Observação:
Não se deve usar o verbo como transitivo direto, ainda que exemplos haja que o contrariem, e ainda que assim o pudesse ser nos séculos pregressos, como o era nos séculos XVI e XVII (q.v. VERBETE: *agradar*, acima)
"Tudo o que o Senhor tem falado, faremos e *obedeceremos*" (Almeida)
"Que Deus e que Senhor é esse para que o *obedeça*?" (Vieira)
"Nem a Deus se podem perguntar os porquês: *obedecê*-los sim, muda e cegamente." (Id.)
"Não só ofendiam a Antônio, mas o *obedeciam* e reverenciavam." (Id.)

Observação:
Repare-se, também, na preposição *a* antecedendo o antropônimo Antônio, onde, dada a predicação transitiva direta do verbo *ofender* (q.v. VERBETE: *ofender*, abaixo), esperar-se-ia ausência de qualquer preposição – trata-se, aqui, de objeto direto preposicional; sem contar, por outro lado, a ausência da mesma preposição em tela no local em que, agora, seria ela esperada, mercê da regência do verbo (ora *obedecer*).
Note-se, contudo, que, não obstante a condenação que permanece quanto ao emprego transitivo direto do verbo, a construção em voz passiva é universalmente aceita, mesmo nos padrões mais estritos da norma culta:
A determinação precisa ser *obedecida*.
"Fazem com que sejam *obedecidas* as leis." (Mário Barreto)
"'Vai, apresenta isto ao meu vílico, e serás obedecido em tudo.'" (Alexandre Herculano)

Observação:
Quanto à regência, o verbo *desobedecer* segue as mesmas diretrizes de *obedecer*, sendo-lhe, contudo – está claro –, antônimo.

OFENDER
1. Conquistar, ferir ou tomar em combate (serão objeto direto tanto a coisa como a pessoa ofendida).
A golpes de maça, *ofendiam* os muros do castelo.
"O lugar *que* a cada um coube em sorte para defender ou *ofender*, esse sustentou pelejando ou cobriu morrendo." (Frei Luiz de Sousa)
"andavam ilesas sobre as águas, não lhes* ofendendo estas nem os vestidos." (Bernardes)

Observação:
Este *lhes* é apenas substituto do pronome possessivo: "(...) não ofendendo estas nem os vestidos *delas*" (ou *daquelas*, em relação ao sujeito da oração anterior, evidentemente feminino e plural graças à concordância do adjetivo *ilesas*).

2. Fazer uma ofensa, prejudicar:
"*ofendiam* a justiça, danificavam as fortunas e corrompiam a religião." (Alexandre Herculano)
"Eu não vim aqui *ofendê*-lo, e V.Sa. recebe-me dum modo que eu não mereço." (Camilo Castelo Branco)

3. Dar-se por ofendido, horrorizar-se com algo (emprego pronominal, às vezes com as preposições *com* e *de*):
Nunca *me ofendo com* este tipo de bobagem.
"Se copiava da índole dos aldeões, e não adoçava o retrato, a crítica *ofendia-se*, condenando o esboço como sórdido e desprezível." (Rebelo da Silva)
"*Ofendiam-se com* os gracejos" (Laudelino Freire)

“Como é de crer, o embaixador achava que el-rei teria razão de *se ofender do* procedimento do papa.” (Alexandre Herculano)

PAGAR

1. Satisfazer, saldar:
Pagarei feliz esta dívida.
“*Pagaria* todas as dívidas do sogro.” (Camilo Castelo Branco)
“o colono *pagaria* de bom grado qualquer taxa que se lhe exigisse pelo benefício.” (Alexandre Herculano)

Também poderá aparecer o posvérbio *por*, até mesmo junto a artigos definidos ou indefinidos:
Pagarás caro *por* (*pela*) tua impertinência –, onde parece haver embutida a ideia de circunstância adverbial de *causa*.

Se se fizer referência à pessoa a quem se pagou algo, esta deverá ser objeto indireto, vindo precedida da preposição *a*:
Pagarei o imposto *a*o dono da casa.
“E *pagárão** seus annos d’este geito
À triste Libitina seu direito...” (Camões – *pagaram)
“Naturalmente, os contribuintes tinham escrupulizado de *pagar* os direitos reais *a* um judeu, *a* um herege encarcerado pelos inquisidores.” (Id.)
“Encomendaste a festa; *paga a*os músicos” (Rebelo da Silva)
“e como podia um atrevido instalar-se em seus domínios, abrir casa, sem *lhe pagar* foro?” (C. Neto)
“Então pensava lá consigo como uma boa punhalada pagaria a dívida do truão ao nobre senhor!” (Alexandre Herculano)

Embora questionados pela norma culta, encontrar-se-ão, também, passos literários em que à pessoa a quem se paga algo se fará alusão *sem* a preposição *a*, sendo a tal pessoa remunerada, pois, um *objeto direto*:

"O algoz é abominável pela brutalidade de seu papel, ...mas é uma vítima da sociedade, que o gradua, que o *paga*" (Rui Barbosa)

Aliás, a despeito de haver, em princípio, exigência, num falar mais cuidado, da preposição *a* antes da pessoa gratificada, pode-se utilizar esta mesma pessoa, ainda que objeto indireto da voz ativa, como um *sujeito* da passiva, seja esta pronominal, seja analítica (caso mais complexo):
i) *Paguei a*os funcionários –
ao lado de:
ii) Os funcionários *foram pagos* por mim.
iii) *Pagaram*-se os funcionários.

Se se quiser manter o objeto indireto de pessoa na voz passiva, claro está que haverá outra construção nesta, outra forma de concordância verbal:
iv) *Pagou*-se *a*os funcionários – compare-a com a sentença iii acima.

No entanto, vale a ressalva, o fato de um objeto indireto poder, ocasionalmente, ser sujeito de voz passiva analítica não seria em princípio igualmente ensejador de aquele objeto indireto proceder como sujeito de uma voz passiva pronominal, caso em que, pois, dever-se-ia preferir a construção iv à iii.

3. Satisfazer o valor de algo por meio de alguma coisa (emprega-se com as preposições *com*, *em*, *por*):
Como eu poderia *pagar* o aluguel *a*o proprietário? *com* um sorriso? *em* dinheiro? ou *pela* amizade que julgávamos haver entre nós?
"Eram noutro tempo os príncipes que *pagavam com* as migalhas dos seus banquetes os cantos..." (Latino Coelho)

"todos estes serviços produtivos, *com* que o escravo *pagava a*o senhor o benefício da vida e o valor da subsistência, eram exercidos sob o influxo animador do azorrague." (Latino Coelho)
"Conferir ao devedor o direito de *pagar em* certa espécie de moeda, o mesmo é que impor ao credor a obrigação de a receber." (Rui Barbosa)
"E podeis *pagar-lhe* a dor *pela* dor, a infâmia *com* a infâmia? (Rebelo da Silva)

Observação:
A preposição *com* parece, neste caso, tirante à ideia subjacente de sacrifício, esforço ao se pagar algo:
"*Pagou com* o sangue a glória deste feito." (Aulete)

4. Indenizar-se, (sobre)viver de algo (emprego pronominal com preposição *de* – pouco usada esta construção atualmente):
Esperas que eu *me pague de* vento?!
"*Pagou-se* jovialmente a velha *d*os afagos da sua mentira." (Camilo Castelo Branco)

5. Expiar, ressarcir:
Estava *pagando* um desleixo antigo.
"quando não, *pagarás* a negligência tua vendo a prole sair de perto remendada." (Castilho)
O mesmo que se disse no 1° caso, quanto à utilização do posvérbio *por*, diga-se aqui:
Estava *pagando por* um desleixo antigo, e não *por* algo que tivesse feito hoje.

PARECER
1. Apresentar determinada aparência. Pede, neste caso, predicativo, sendo o verbo "parecer" um verbo de ligação (que poderá apresentar objeto indireto, dativo de opinião):
O homem (*me*) parece cansado.

"A um lado a imensa majestade do Tejo em sua maior extensão e poder, que ali mais *parece* um pequeno mar." (Garrett)

2. O emprego intransitivo (que também poderá apresentar objeto indireto) é exclusivo das construções em que o sujeito é uma oração, seja ela desenvolvida, seja ela reduzida:
Parece (*-me*) | que o homem voltou.
Parece (*-me*) | ter voltado o homem.

↓

SUJEITO (oração subordinada substantiva subjetiva)

É construção extremamente comum aquela em que o sujeito da oração subordinada subjetiva vem antes da oração principal; neste caso, o verbo "parecer", do tipo:
O homem | *parece-me* | que voltou.
O homem | *parece-me* | ter voltado. (Veja a análise feita acima, que não se altera aqui.)
"As palavras que ele disse *parece* que saíam de uma alma que ia ser julgada por Deus." (Camilo Castelo Branco)
"(...) e a cadelinha *parece* que reconheceu o médico, porque trocou os latidos em festas." (Machado de Assis)
"*Parece-me* que o escrúpulo é a chave que abre a porta por onde a inocência há de escapar-se." (Camilo Castelo Branco)

No caso das orações reduzidas (de infinitivo), se houver de fato tal construção, ficará o verbo "parecer" na 3ª pessoa do singular (pois que é verbo unipessoal, neste caso), flexionando-se naturalmente o infinitivo da oração subordinada, se assim for necessário, quer tenha vindo o sujeito da oração subordinada em prolepse, quer não o tenha vindo, indiferentemente:

Parece | fugirem os homens.
Os homens |*parece*| fugirem
"De cujo manto as vagas *parece* roçarem ainda com respeito a fímbia do *Adamastor*." (Sousa da Silveira)

Poderá vir o verbo *parecer* reduzido de gerúndio, constituindo oração adverbial modal ou adjetiva, conforme se ligue, respectivamente, a uma outra oração ou a um substantivo. Nesses casos, poderá o verbo *parecer* funcionar como mero verbo de ligação ou, em vez disso, trazer consigo ouro verbo em forma infinita. Foi este último caso o esposado por Machado de Assis, neste seu trecho:

"Margarida caiu numa cadeira *parecendo* chorar."

3. Em construção de sentido semelhante ao do caso 2, formará o verbo "parecer", neste de que trataremos agora, uma locução verbal com um verbo principal no infinitivo, cabendo ao verbo "parecer", portanto, o estatuto de verbo auxiliar. Neste caso, sendo, como dissemos, "parecer" um verbo auxiliar, é a ele que caberão as flexões de número e pessoa:
Os homens *parecem* fugir.
(Compare com o caso de "os homens *parece* fugirem".)

Aqui, neste caso 3, há um todo semântico inanalisável em partes, havendo, dessa forma, tão somente uma oração.
"Se espancas os cães da vinha, *pareces* ser também ladrão." (Mário Barreto)

4. Com o sentido de apresentar semelhança com alguém ou algo, o verbo é pronominal, aceitando as preposições *com* ou *a*:
Ele *se parece com* / *a*o pai.
"Mas os naufrágios do coração *parecem-se a*os do mar." (Camilo Castelo Branco)

"Mais *se parecem com* aqueles desventurados que viviam nas trevas da idolatria." (Mário Barreto)

Observação:
É contaminação sintática formações do tipo *Eles parecem fazerem...* Epiphanio da Silva Dias, em sua *Syntaxe Historica portuguesa*, no apêndice à sintaxe (p. 336, par. 482, *Contaminação Syntactica*), dá-nos como exemplo:
... parecem | Que nunca brando pêntem conhecérão [*sic*, deve ter sido falha tipográfica o acento agudo em *conhecérão*; quem checar a edição de *Os Lusíadas* deste mesmo Autor entenderá por que o dizemos; q.v. nosso capítulo de acentuação gráfica] *(Lus., VI, 17); a construcção regular* parecem nunca brando pêntem ter conhecido, *e a construcção também regular* parece que nunca brando pêntem conheceram, *fundidas irregularmente, deram:* parecem nunca brando pêntem conhecêrão [aqui nos parece regular, com acento circunflexo, como está, o *conhecêrão*].

PEDIR

1. Solicitar (em geral de forma polida). Tem alguns empregos possíveis, dentre os quais:
a) *Pedir* algo.
b) *Pedir* algo *a* alguém.
c) *Pedir a alguém* (= lhe) que faça algo (Obs.: Pode calar-se a conjunção *que*: "...pediu-lhe o guiasse à sua pousada.", Alexandre Herculano)
d) *Pedir* licença (autorização, vênia, concessão) *a* alguém *para* fazer algo.

Este último emprego merece uma pausa, como que reflexão gramatical a ele concernente.

Em primeiro lugar, poderá calar-se o substantivo "licença" e/ou o objeto indireto (que, como se vê, refere-se, aqui, a uma pessoa). Em

ocorrendo a tal elipse do substantivo *licença* (ou um de seus correspondentes terminológicos), suprido que esteja, naturalmente, pelo sentido unívoco que venha fomentado por um contexto, a preposição *para* será totalmente lícita, referindo-se, contudo, ao sujeito do verbo *pedir*, não podendo aludir a um "outro sujeito" do verbo *fazer*, o que faria da preposição em tela um como elemento de subordinação obrigatório do verbo *pedir*, como se lhe fizesse parte do regime.

Assim, não se dirá gramaticalmente *pedi para saírem* ou *pedi para que saíssem* ou, enfim, *pedi saírem* em vez de pedi-lhes (ou a eles) que saíssem. E ainda se frise o seguinte: em *pedi-lhe para sair*, há, tão só, do ponto de vista gramatical, uma interpretação possível; qual seja *eu* pedi (licença) para *eu mesmo* sair.

Se se quiser utilizar sujeito diferente do verbo *pedir* junto ao outro verbo do período, poder-se-á utilizar, como se mostrou acima, o emprego c).

É de notar que muitos célebres filólogos aceitam a construção condenada pela gramática, justificando-a como procedente mesmo do latim (Epifânio Dias); ou veem, nela, cruzamento sintático (Carlos Góis).

Evanildo Bechara crê ter havido contágio das noções de objeto direto e de adverbial de fim, lembrando que tais formas condensadas são numerosas e têm curso relativamente livre na língua (adotamos o termo já de há muito consagrado "anfilogismo"): "*atirar o livro* e *atirar com o livro* (condensação da noção de objeto direto com a de adverbial de instrumento), *olhar os campos* e *olhar para os campos* (do objeto direto e adjunto adverbial de direção, de lugar) (...), onde o pensamento não considera apenas o objeto, mas encarece uma circunstância concomitante na realização da ação expressa pelo verbo." (Lições de Português pela Análise Sintática, Padrão, 15. ed., Rio de Janeiro, 1992, p. 177, rodapé).

Francisco Fernandes (Dicionário de Verbos e Regimes, Ed. Globo, 4. ed., Porto Alegre, 1969, p. 453) faz a seguinte ressalva: "PEDIR PARA – A maioria dos gramáticos tacha de viciosa a construção *pedir para fazer alguma coisa* – em lugar de *pedir para que*

faça alguma coisa; e somente admitem *pedir para* quando for possível subentender entre o verbo *pedir* e a preposição *para* uma das palavras *licença, permissão, autorização, vênia*, etc.” Em princípio, não compartilhamos da opinião do Autor no que toca àquela última construção, tida por ele como a correta para substituir a não correta (do ponto de vista da norma culta, é sempre prudente lembrar).

Dessarte, fica válido o que se disse no começo: *pedi (licença a alguém) para sair*, – isto é, *eu* peço para *eu* sair; *pedi-lhe que saísse*, – isto é, *eu* peço *a ele* que *ele* saia. Evite-se, pois: *pedi-lhe para sair* no intuito de dizer que o pedido é no sentido de que *alguém* (que não o próprio que pediu) saia; ou *pedi sair* e *pedi para que saísse* em qualquer situação.

No entanto, a respeito deste último emprego (abonado por Francisco Fernandes, em relação ao qual manifestamos há pouco discordância), endossado por quanto dizia Evanildo Bechara no que tange ao contágio de objetos e circunstâncias adverbiais, poder-se-á compreender, por exemplo em *pedi para que fôssemos*, um posvérbio (*para*), acumulando na frase as noções de objeto direto (que é a função da oração encetada pela conjunção integrante *que*) e adverbial de fim. É muito corrente esse tipo de contágio, como mostrava Evanildo Bechara, e, para exemplificarmos, mostraríamos a expressão *fiz que ele viesse* ao lado de *fiz <u>com</u> que ele viesse* (q.v. nosso capítulo de sintaxe, parte III, item 2, OBS.: 2, ambas corretas gramaticalmente, onde se percebe, nesta, talvez, a circunstância adverbial de meio, concomitante com o mero objeto direto.

Como quer que seja, permanecemos, repita-se, no quanto ficou dito primeiramente, vendo, contudo, na alternativa de Francisco Fernandes, uma forma de oração objetiva direta com posvérbio.

No intuito de melhor visualizar o assunto, não deixaremos de mostrar, adiante, passos de ilustres autores em que se utilizam também construções ora questionadas.

Observação 2:

O autor é citado na obra de Bechara a que aludimos aqui. Na lição XXII de sua Sintaxe de Regência (5. ed., RJ, 1948, p. 123), Carlos Góis mostra-nos, no subitem 3, o caso de *pedir* inserido, primeiramente (no que, como já mostramos, estamos de acordo), num dos "Casos determinados por *Elipse* [a da palavra *licença*]" , e, depois, admite, no cruzamento das duas formas (com elipse do objeto direto "licença" de um lado e sem esta elipse de outro), aquela de que teria provindo a expressão *pedir para* em que o verbo "rege" a preposição, não sendo mais sentida esta, pois, como uma que inicia o adjunto adverbial de fim, senão como "o próprio objeto direto!" (ob. cit., 124). Os exemplos do autor, considerados por ele objeto direto, foram por nós também debatidos algures: "Pediu *para* ficar por – pediu ficar – ou pediu que ficasse. Pediu *para* não ser preso – por – pediu que o não prendessem" (id. ib.). Como mostramos, trata-se, a nosso ver, de situações totalmente distintas em:

(1) *pediu para não ser preso*, X pede a Y que não o prenda (ao próprio X), o que chamaremos paradigma "X-Y"; ao passo que em

(2) *pediu que o não prendessem*, X pede a Y (ou a um objeto que será sujeito indeterminado da outra oração) que não prenda Z, outra pessoa, alheia ao eixo "quem pede – a quem se pede", ou, em outra interpretação possível, a ele próprio, X; desta ou daquela forma, são situações diferentes. Observe que aqui o paradigma se *pode* ampliar a "X-Y-Z".

O mesmo se diga quanto ao primeiro exemplo levantado (*Pediu para ficar*), em que este se coloca no paradigma "X-Y", com as outras ressalvas, ainda, de que *pediu ficar* não nos parece boa alternativa, e *pediu que ficasse* se encaixa melhor no paradigma "X-Y-Z". Assim, quanto à utilização do *para* como posvérbio antecedendo um objeto direto, esposaremos a tese de Francisco Fernandes, mostrada linhas abaixo daquela em que figura o asterisco que abriu campo a este debate.

Observação 3:
Epifânio Dias, em sua Sintaxe Histórica, par. 347, obs. 2, diz: "Em lugar de *fazer que* – também se diz *fazer com que*", exemplificando: "*E o amor faz, com que esta [memoria] se despeje e fique totalmente solitaria de lembranças de creaturas (Chagas, 194)*". Esta observação foi utilizada no nosso capítulo de sintaxe, ilustrando o estudo dos posvérbios.

Observação 4:
O *para*, não raro, toma um dos meneios que lhe são mais peculiares, qual seja o de indicar *finalidade*. Dessarte, em muitos casos como: (1) "À noite fecho as portas, sento-me à mesa da sala de jantar, a munheca emperrada, o pensamento vadio longe do artigo que me *pediram para* o jornal." (Graciliano ramos, Angústia, São Paulo, Círculo do Livro, 1987, p. 15). (2) "– esperto, esse padre Armando: não acaba a torre, para continuar *pedindo* ao povo *para* as obras da Matriz." (Josué Montello, Vidas Apagadas. *In:* O Melhor do Conto Brasileiro, 9. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1995).

"Deste Deus-homem, alto e infinito, os livros que tu *pedes* não trazia." (Camões)
"Estou de joelhos diante de vós, Senhor, *pedindo* misericórdia." (Garrett)
"Asilo e proteção *pede a*os estranhos." (Porto Alegre)
"Eu retive-a, *pedi-lhe* que ficasse, que esquecesse." (Machado de Assis)
"Dito isto, *peço* licença para ir um dia destes expor-lhe um trabalho..." (Machado de Assis)
"E porque tudo note e tudo veja, *a*o capitão *pedia* que dê mostras." (Camões)
"Voltemo-nos para o Senhor, *pedindo-lhe* que nos esforce e nos alumie neste passo." (Rebelo da Silva)
"(...) e as duas senhoras despediram-se dos rapazes, *pedindo-lhes* que as fossem ver." (Machado de Assis)
"(...) e a primeira coisa que fez [a viúva Margarida] foi escrever a Mendonça, *pedindo-lhe* que fosse lá à casa." (Machado de Assis)

“Se me fosse possível falar, *pedir-lhe-ia* que me deixasse.” (Graciliano Ramos)
“Sofia novamente *pediu a* Rubião que advertisse na inconveniência de trem assim.” (Machado de Assis)
“Encerra em ti tua tristeza inteira / E *pede* humildemente *a* Deus que a faça / Tua doce e constante companheira...” (Manuel Bandeira)
“todos os dias sua madrinha a mandava rezar e *pedir à* Virgem que as livrasse do saque.” (Camilo Castelo Branco)
“– Eu e Glória *pedimos a* Deus que não nos desse outro filho.” (Josué Montello)
“(...) e *pediu a* Deus um trabalho pequeno ou longo de mais (...)” (Graciliano Ramos)
“Sentiu-se tão outro do que fora até então, que logo animosamente *pediu para* argumentar com os mais sabedores e adiantados.” (J. F. Lisboa)
“*Pediu a*o governo *para* usar uma comenda estrangeira.” (Laudelino Freire)
“O menino dirige-se ao mestre e *pede-lhe para* sair.” (Nóbrega, Estudos de Português, *apud* Francisco Fernandes, ob. cit.)
“Padre Antônio... *pediu para* ficar só comigo.” (Camilo Castelo Branco)
“(...) antes que a alegria que o mouro mostrou ao vê-lo se revelasse por sinais que gerassem desconfianças, *pediu-lhe** o guiasse à sua pousada.” (Alexandre Herculano) (*Há, aqui, elipse da conjunção integrante *que*)

Alguns exemplos que vão ao encontro do emprego que, acima, se pedia evitar:
“Ao fim desse tempo, ela pretextou um livro, que estava em cima das músicas, e *pediu-me para* dizer se o conhecia.” (Machado de Assis)
“Um mouro viera aí *pedir a* sua reverência *para* ir ver uma pobre mulher que se morria.” (Alexandre Herculano)
“Lembrei-me se ele vinha convidar-me para fundarmos um jornal em Landim, ou se viria *pedir-me para* o propor sócio correspondente da Academia Real das Ciências.” (Camilo Castelo Branco)
“Um amigo *pediu-me para* eu expor ao público as minhas ideias acerca do esperanto.” (G. Viana)

2. Exigir, demandar (emprega-se o verbo *pedir*, pois, como um eufemismo):
O estudo *pede* abnegação e renúncias.
"Esse negócio *pede* segredo, prudência, atividade." (Constâncio)
"Corpo que está *pedindo* cama – ou rede, que é melhor." (A. Amaral)
"A peixeira *pede* cinco tostões por cada linguado." (C. Figueiredo)
"O cristianismo *pede* o máximo ao homem, que em geral só quer dar o mínimo." (Murilo Mendes)
"O corpo cansado *pedia* ainda o aconchego da cadeira (...)." (Josué Montello)

PERDOAR
1. Conceder perdão (emprego intransitivo)
Eis um homem que *perdoa*.
"Ofenderam-te muito; mas *perdoar* é ser grande." (Rebelo da Silva)
"Deus *perdoa*, e, se não *perdoa*, aceito o inferno." (Camilo Castelo Branco)

2. Remitir, dar absolvição, desculpar (neste caso, a coisa que se perdoa é objeto direto):
Perdoo as tuas dívidas.
"Investiu-os a todos do sacerdócio, conferindo-lhes o poder de *perdoar* os pecados da carne." (C. Neto)
"O mundo não *perdoa* a pobreza, meu filho, ainda que ela seja a auréola de um gênio." (C. Neto)

3. Conceder perdão a alguém (e neste caso a pessoa será objeto indireto):
Já não posso *perdoar*-lhe mais.
"E nunca *lhe perdoarei a* ele." (Garrett)
"Ama a teu inimigo; porque ou ele é mais poderoso que tu, ou menos: se é menos poderoso, *perdoa-lhe a* ele; se é mais poderoso, *perdoa-te a* ti." (Vieira)
"Sebastião José de Carvalho e Melo rara vez *perdoou a*os que o ofenderam." (Rebelo da Silva)
"Queria *perdoar-lhe* o Rei benino,

Movido das palavras que o magoão,
Mas o pertinaz povo e seu destino
– Que d'esta sorte o quis – *lhe* não *perdoão.*" (Camões)

4. Também se poderão utilizar as construções 3 e 4 concomitantemente (sempre com objeto indireto de pessoa):
Perdoarei a falta *a* meu irmão.
"Pedia o prelado que ou el-rei procurasse atraí-lo a si por qualquer modo, *perdoando-lhe* os passados desserviços ou que o mandasse assassinar." (Alexandre Herculano)
"*Perdoa-me* a ousadia, eu to suplico." (Porto Alegre)
"Vi-te de joelhos pedir-lhe a vida, e o de Salzedas *perdoar-ta.*" (Rebelo da Silva)
"e *perdoou* a vida *a* Saul." (Vieira)

Observação 1:
Não convém colocar-se em objeto direto (em acusativo) a pessoa a quem se perdoa, ainda que passos haja que dessa forma procedam. A propósito, foi certamente graças à abundância de tais construções que se passou a aceitar, normativamente, o verbo "perdoar" em frases de voz passiva, embora se trate, como sabemos (q.v. Obs. 2, abaixo), originariamente de VTI quando em relação a pessoas:
"E a abadessa era tão meiga que, talvez conhecendo o seu doloroso romance, *a perdoasse*." (C. Neto)
"(Mas quem sou eu para censurar os culpados? O pior é que não preciso *perdoá-los* (...))" (Clarice Lispector)
"O sertanejo é antes de tudo um paciente. Eu o *perdôo*." (Clarice Lispector)
"Mas imploro ao quati que *perdoe* o homem, e que o *perdoe* com muito amor. Antes de abandoná-lo, é claro." (Clarice Lispector)

Observação 2:
Apesar de se não aceitar, pela norma culta, o objeto direto de pessoa, poderá o objeto indireto da voz ativa passar a sujeito da passiva:
Perdoei *a*os amigos traidores.
Os amigos traidores *foram perdoados* por mim.

Observação 3:
Com objeto direto em forma de oração, deverá esta ser sempre *reduzida* (ver obs. feita acerca disso no verbo *agradecer*); não se dirá, pois:
*Apesar de tudo, perdoei-lhe *que tivesse chegado tão tarde*;
e sim:
Apesar de tudo, perdoei-lhe (o) *ter chegado tão tarde*.
"Perdoou-lhes o *haverem-nos ofendido*." (Epifânio Dias, *Gramática Portuguesa Elementar; apud* Bechara, *Lições de Português pela Análise Sintática*, 15. ed., Rio de Janeiro, 1992, p. 168)

PREFERIR
Possui sempre o significado de dar primazia a algo (ou a alguém).
Pode, contudo, ser construído de duas formas:
1. Emprego transitivo direto e indireto:

Embora se trate tacitamente de uma comparação, não se construirá o verbo em tela com "que" ou "de que", como quem dissesse: "gosto mais disso *do que* daquilo." Não é muito diversa a explicação dada pelos grandes mestres quanto a essa "falsa analogia" (Mário Barreto, por exemplo).

A preposição adequada será, para o objeto indireto, assim como o é para a maioria dos verbos *dandi, dicendi e rogandi*, a preposição *a*:
Preferir pão a doces.

Observação:
O objeto direto dirá respeito à coisa (ou pessoa) a que se dá primazia de fato, ficando ao objeto indireto a característica de revelar aquilo que se porá em segundo plano.

"Basta dizer, como dizia Machado de Assis, que *preferia* nesta sintaxe o subjuntivo *a*o indicativo." (Manuel Bandeira)
"Capitu *preferiu* tudo *a*o seminário." (Machado de Assis)
"(...) eu sempre *preferi* o menos *a*o mais por medo também do ridículo (...)" (Clarice Lispector)
"Guerreiros havia que nos combates com os sarracenos *preferiam* a maça *à* espada." (Alexandre Herculano)
"*A* uma verdade antiga *preferem*, sem hesitar, uma asneira contemporânea." (João Ribeiro)
"*Prefiro* os pássaros da Terra
que são verdes
*a*os negros pássaros do mar,
de asas longas angulosas
e nascidos só para voar...
A estar chorando de saudade
portuguesa
prefiro varar o sertão
que é o meu destino singular.
*A*os velocinos da fábula,
(...)
prefiro o meu Sol da Terra (...)" (Cassiano Ricardo)

Observação:
Nunca se dirá, em linguagem culta, "prefiro antes", "prefiro mais" e outras formas supostamente enfáticas, que não passam, na realidade,

sob o parâmetro estrito da norma, de pleonasmo vicioso, sendo, pois, forma vitanda.
Em literatura, em que a expressão não conhece os mesmos limites da norma, havemos de encontrar – posto que raros – exemplos contrários a quanto se disse:
"Ela *preferia* mil vezes que estivesse chovendo (...)" (Clarice Lispector)
Registre-se, por fim, o correspondente "antes querer", que forma unidade semântica, perfeitamente correto, pedindo, este sim, a construção típica das comparações – "(do) que":
Antes quero isto (*do*) *que* aquilo = prefiro isto *à*quilo.
"Antes chorar *que* rir de modo triste (...)" (Cruz e Sousa)
"Antes isso *que* aceitar misturas perigosas e corruptoras." (Graciliano Ramos)

2. A outra construção possível faz calar-se o objeto indireto:
Prefiro pão.
"*Preferi* outra imaginação." (Clarice Lispector)

QUERER
É verbo de muitos empregos possíveis na língua, sendo os seguintes os mais facilmente encontrados.
1. Na acepção de desejar, buscar, tencionar algo, é transitivo direto:
Quero um copo de água.
"Trabalho contínuo e duro para um organismo, que neste momento está *querendo* repouso." (Rui Barbosa)
"Ora, na esfera de ação, a vitória pertence aos que sabem o que *querem*, tendo a energia de o *querer*." (Rui Barbosa)

2. Significando amar alguém (ou alguma coisa), tendo-lhe(s) estima, é transitivo indireto, aceitando pronome *lhe*:

Quero a meu filho mais que tudo.
Quero-lhe mais que tudo.
"Ele não conhece outra mãe senão a mim, *quero-lhe* por ele e por ela." (Almeida Garrett)
"O cavaleiro morto tinha, como disse, um irmão, que *lhe* queria mais do que *à* própria vida." (Rebelo da Silva)
"*Queria-lhe* muito, mas como *a* irmão." (1) (C. Neto)

Observação:
A preposição *a* neste último exemplo ("...mas como *a* irmão") é, também, para desfazer possível ambiguidade (embora para fazermos tal afirmação devêssemos estar de posse do texto com que lidamos). Como quer que seja, q.v. capítulo de sintaxe, item 2, "Objeto direto preposicional", subitem 2.1.4. Quanto ao exemplo imediatamente anterior a este último, podemos ver na preposição ("...mais do que *à* própria vida") também deslinde de ambiguidade, ambiguidade esta diferente da que se percebe no trecho de C. Neto, embora.
São raros os exemplos em que este verbo, na acepção de *amar*, é transitivo direto.
"*Queria* muito os filhos." (Constâncio)
"*Querendo* com ardor o idioma que falamos." (Rui Barbosa)
Salientou Rocha Lima (GN, 444) a mestria com que explorou Antônio Feliciano de Castilho os dois empregos possíveis do verbo *querer* neste seu trecho:
"Eu *quero*-a e *quero-lhe*."

Observação:
A mesma coisa acontece com o verbo *valer*, que aceita objeto indireto (e pronome *lhe*) se usado na acepção de *socorrer*: *Valeu-lhe* a Providência de Deus.

3. Se usado na terceira pessoa do singular ou do plural do subjuntivo presente (*queira, queiram*) junto a um infinitivo, é fórmula de cortesia, delicadeza – ou ironia:
Queira sair, por gentileza.
"E, visto que estamos à minha porta, *queira* o Sr. Guimarães entrar." (Camilo Castelo Branco)

Observação:
Não devemos, de fato, considerar como imperativo este emprego do verbo *querer*, senão que, em vez disso, conforme dissemos, trata-se de forma de polidez consagrada pelo uso assim dos falantes como dos escritores de boa pena. O imperativo afirmativo do verbo em tela, a rigor, não existe; o negativo, todavia, pode ser – e é – empregado com certa largueza, inclusive em *possíveis* locuções verbais (não é do escopo deste momento a discussão a respeito do que sejam verbos auxiliares...):
"Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada.
Cobrai-a, e *não queirais*, Pastor Divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória." (Gregório de Matos)

4. Pode ser usado, se se reportando a coisas, como similar de "poder" (em geral é este emprego usado em sentenças negativas, isto é, significando "não poder"):
Mas o fogo não *quer* pegar de jeito nenhum.
"O carvão não *quer* arder." (Laudelino Freire)

5. Com sentido de "estar inclinado a algo", "ter tendências"; pode ser usado, aí, tanto para coisas como para pessoas:
O carro *quis* morrer na subida.
"À noite sobrevieram-lhe dores, a tosse parecia *querer* arrancar-lhe os pulmões." (C. Neto)

RESPONDER

1. No sentido de dar resposta, emprega-se:

Com objeto direto para explicitar a resposta:

Ele *respondeu* isto: que viria.

Com objeto indireto para a pergunta:

Ele *respondeu a* todas as perguntas.

"Os mouros foram socorridos por um grosso esquadrão – *respondeu* tristemente o pajem." (Herculano)

"Só um eco *responde*:
onde?"
(Cassiano Ricardo)

"O Faustino teve de *responder à*s próprias perguntas." (M. Torga)

"O homem *respondeu* qualquer coisa de ininteligível." (J. Rodrigues Miguéis)

"*Respondendo a*o ofício de V. Exa...." (Alexandre Herculano)

"Capitu começara a escrever-me cartas, *a* que *respondi* com brevidade e sequidão." (Machado de Assis)

Claro está que poderá haver, sobretudo na regência direta do verbo, construção em voz passiva.

"(...) um violento panfleto contra o Brasil que foi vitoriosamente *respondido* por De Ângelis." (E. Prado)

- Com o mesmo sentido, poder-se-á usar o objeto direto para expressar a resposta e o objeto indireto para exprimir a pessoa a quem se responde (um desses dois complementos poderá, sem embargo, calar-se):

Respondemos *a*os amigos (= lhes) que viríamos.

"*Respondi-lhe* que já tinha lido a receita em qualquer parte." (J. Cardoso Pires)

"Só hoje, tendo sido domingo, *lhe* posso *responder*." (Rui Barbosa)

"Um dia, como eu lhe perguntasse por que não se dedicava à literatura, *respondeu-me* que lhe faltavam sensibilidade e imaginação." (Érico Veríssimo)

- Ainda nesta acepção, usar-se-á a construção intransitiva:

Maria nem sequer *respondeu.*
"Deus, ó Deus, onde estás que não *respondes*?" (Castro Alves)
"*Responde*, demônio, ou morrerás!" (Machado de Assis)
"*Respondia* sem revolta ou renúncia na voz." (M. Torga)
"Nascimento não *respondeu* logo." (H. Sales)

2. Pode assumir o sentido de repetição de som:
Eu falava de um lado, e o vento parecia *responder(-me)* de outro.
"Um galo solitário cantou num quintalejo; logo outros *responderam* dos quintais vizinhos." (Coelho Neto)
"Soou então uma trombeta; centenares delas *responderam* por todos os ângulos do campo." (Alexandre Herculano)
"Fr. José, depois de ter invocado Nossa Senhora do Salvamento, encetou o terço e as monjas *responderam*." (A. Ribeiro)

3. Replicar, revidar em resposta (é comum que apareça a preposição *com*, introduzindo uma adjunto adverbial):
Não *responderei* às suas provocações *com* outras tantas.
"*A* isto os turcos *respondem* com bom gosto." (Frei Domingos Vieira)
"Quase que *lhe respondera* com escárnio." (J. Paço d'Arcos)
"*À* linguagem do deputado o jovem médico *respondeu* com igual franqueza." (Machado de Assis)
"Mal sabes que prazer é o *responder* com a injúria *à* injúria, com o martírio *ao* martírio!" (Alexandre Herculano)

4. Significando fazer as vezes de alguém, responsabilizar-se por alguém, exige a preposição *por*:
Ele não pôde *responder por* si mesmo.
"Parecia que outro personagem *respondia por* ele, a fim de deixá-lo à vontade." (A. M. Machado)

"Nunca me aconteceu *responder* por cântara quebrada." (A. Bessa Luís)

5. Embora de certa forma incomum hodiernamente, possui o verbo em tela a acepção de corresponder, equivaler, exigindo, então, objeto indireto:
O seu ato não *respondeu a*os meus anseios.
"O movimento bem visível da dobradoira era regular, e *respondia a*o movimento quase imperceptível das mãos da velha." (Almeida Garrett)
"Quis puxar as mãos de Capitu, para obrigá-la a vir atrás delas, mas ainda agora a ação não *respondeu à* intenção." (Machado de Assis)

VISAR
1. Com o sentido de apontar uma arma de fogo, mirando um alvo, será transitivo direto:
Visamos a caça e atiramos duas vezes.
"Sem perda de tempo, Jenner disparou um terceiro tiro, e sem demora outro, *visando* o alvo de baixo para cima." (Herberto Sales)
"Outros não *visavam* o amigo, não procuravam os indiferentes." (Orígenes Lessa)
"(...) engatilhava a pistola, *visando* com olhos convulsivos e escarlates o peito do preso." (Camilo Castelo Branco)
"A polícia se desmandava na repressão, *visando* os adversários da situação." (José Lins do Rego)

2. Com o sentido de pôr visto em algum documento, é igualmente transitivo direto:
O funcionário *visou* sem demora o seu passaporte.
"Queria *visar* seu passaporte, e como não podia deixar de ser, sua barba impôs respeito." (Fernando Sabino)

3. No sentido de pretender, ter como objetivo, é, via de regra, transitivo indireto, introduzido por preposição *a*:

Visávamos apenas *a* umas poucas unidades.
"(...) a cura – almejado escopo *a* que *visam* as supremas aspirações do médico." (Francisco de Castro)

Neste tipo de construção, de regência indireta, como vimos, o complemento não será nunca *lhe*, e sim *a ele* (com suas flexões):
Visávamos apenas *a* umas poucas unidades.
Visávamos apenas *a elas*.

É de se notar, contudo, que, a despeito da condenação maciça por que vem passando a construção direta deste verbo, esta tende a se firmar, sobretudo na linguagem coloquial:
Visávamos apenas umas poucas unidades.

É esta a explicação, a propósito, para que se dê a este verbo – transitivo indireto – voz passiva analítica, com consequente aceitação do particípio como adjetivo: "Este emprego não é visado".
"Concentro-me sem *visar* nenhum objeto – e sinto-me tomado por uma luz." (Clarice Lispector)
"O balde de água fria *visava* também uma finalidade concreta." (Miguel Torga)
"E se por acaso *visa* algum bem, será unicamente o seu próprio bem." (Rachel de Queiroz)

Esta é a preferência patente, tanto na linguagem cuidada quanto na coloquial, ao se apresentar o complemento do verbo *visar* em forma de oração reduzida de infinitivo:
Visávamos apenas conseguir umas poucas unidades.
"O ataque *visava* cortar a retaguarda da linha de frente." (Euclides da Cunha)
"*Visou* ele mostrar as correlações existentes." (Osório Duque Estrada)
"Reação que *visava* colocar a sociedade na 'medida do homem'." (T. Ataíde)

Não é por outro motivo a seguinte construção de Jorge Amado:

"Não visava a lucros e, sim, ajudar o próximo."

em que "lucros", sendo substantivo, é precedido de preposição, complementando indiretamente o verbo *visar*, isto é, sendo-lhe objeto indireto, ao passo que "ajudar o próximo", sendo uma oração reduzida, será, por isso mesmo, não precedida de preposição.

Observação:
Não se deve tachar de *indevida* a construção em que haja a preposição *a* antes da oração reduzida, senão que, apenas, de *facultativa* (nem chamamos de relação *livre* para evitarmos certo colapso com a nomenclatura esposada por Cunha-Cintra, em que se reserva este último termo – *livre* – tão somente para as relações com preposição em que tenha havido posvérbio, caso completamente distinto do em pauta):
Visávamos apenas *a* conseguir umas poucas unidades.
"E é de opinião que os conspiradores presos *visavam* provavelmente *a* estabelecer a internacional socialista." (Camilo Castelo Branco)

PARTE 3

DOIS TEXTOS JURÍDICOS

A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA: direito ou dever? de quem?

Em recente obra lançada, *sobre o politicamente correcto*, Manuel Monteiro (MONTEIRO: 2020) afirma que essa linguagem "é uma forma hipócrita de lidar com os verdadeiros problemas". Em entrevista, menciona a existência de petições judiciais contra o Dicionário de Oxford, como exemplo do que seria uma patrulha para que a língua se expressasse segundo esse modelo.

Cremos que aquilo a que se chama de linguagem politicamente correta seja algo muito mais complexo a se analisar, dos pontos de vista social, antropológico, etnológico, com seus reflexos, sempre, no Direito e na Justiça, que, afinal, são a forma positiva em que deveres e direitos se contrastam para o encontro do equilíbrio que molda o próprio equilíbrio social. Sem a chancela de um Direito e uma Justiça atualizados, as convulsões sociais são inevitáveis.

Partamos da obra maior de Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação* (SCHOPENHAUER: 2018), em que o antípoda de Hegel questiona por que, àquela época, estava-se usando o termo "Weib" em vez de "Frau" para designar "mulher". Ele vai muito mais a fundo do que levantar a mera hipótese da hipocrisia para esse ato de renomeação, perguntando se essa preocupação em substituir o nome que se dá às coisas não revela, no fundo, um verdadeiro preconceito em relação à coisa renomeada. Nessa hermenêutica, conclui-se que, de fato, quando se substitui um nome por outro, fica *implicado* (GRICE: 1991) que a coisa renomeada precisa ser *mostrada ou definida* (WITTGENSTEIN: 2014) de

maneira eufemística por ser, ela sim, a coisa, como que indigna de um nome que remeta mais diretamente à sua essência.

Ou seja, na acepção biangular de Teun Van Dijk, por exemplo, a cognição (o pensamento) e a relação social de poder estabelecem mecanismos que apontam quais as realidades que devem ser maquiadas, mascaradas (DIJK: 2009). E, por conclusão silogística, se tais ou quais realidades devem ser mascaradas é porque, voltando a Schopenhauer, está implicado que a coisa em si é indigna de pertencer de modo cru ao mundo e ao "jogo de linguagem" (mais uma vez com Wittgenstein, id. Ib.) das relações hierárquicas de poder, direitos e deveres.

Podemos citar os topônimos (nomes de lugar em geral) como exemplo do complexo de acepções do politicamente correto até aqui mostrado. Ora, sem um significado literal ainda totalmente pleno, ou seja, perdida a "consciência etimológica", como diria Platão (esses significantes toponímicos não são o que em gramaticalização e lexicalização se poderia chamar de vocábulos lexicais ou plenos), os nomes de países, cidades, bairros etc. passam a ser eufêmicos ou disfêmicos pelo significante em si, "mostrado ostensivamente" (repetindo Wittgenstein) e não "ensinados" (id. Ib.), já que é o significante, e não o significado (esvaziado ou perdido) que promove uma descrição utópica ou distópica dos topônimos. Seria uma maneira de demonstrar a sábia hipótese de Schopenhauer alicerçada nos linguistas mais contemporâneos, assim como na clássica e imortal discussão platônica sobre a linguagem e as línguas.

Norman Fairclough, também preocupado com "a ordem do discurso" e "as palavras e as coisas" que Foucault analisa em suas obras homônimas (FOUCAULT: 2004; 2014), chega a dizer que a formação ideológica do discurso é cognitivamente anterior à transformação efetiva do mundo (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). O próprio Saussure, o pai da ciência da linguagem e criador do método estruturalista, já dizia em seu conhecido aforismo: "O ponto de vista precede o objeto". Essa é a tese central de *Discourse in late modernity,*

de Fairclough (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH: id. Ib.), e os autores fornecem vários exemplos em que a mídia é patrulhada para moldar e forjar a sociedade da forma hierarquicamente desejável para as classes hegemônicas, e não as periféricas (ele é um pós-estruturalista, como sabemos), perpetuando, na luta de classes (cf. acepção de Marx) o suposto saber (cf. acepções de Freud e Lacan) das oligarquias sociais, como mostra todo o trabalho da Escola de Frankfurt, principalmente na obra de Marcuse *Eros e civilização* (MARCUSE: 1972), o Arquitexto das revoluções sociais estudantis de 1968 no mundo inteiro, notadamente na França, com seu "defense d´interdire" de maio.

O avesso da psicanálise, de Lacan, contribui também com o jogo (LACAN: 1992). A sua definição de corpo como "substância gozante" perpassa a obra, e, interrogando o método psicanalítico de se chegar, pelo discurso, ao suposto saber da verdade, ele propõe que o discurso revela, antes, um *duvidoso* saber, que remete ao que Manuel Monteiro, na obra citada, distingue como "o benefício da dúvida" como modo salutar de se encarar a realidade, sempre muito fluida e sempre, sobretudo, questionável sobre os postos hierárquicos e ideológicos que de alguma forma precisam ser nomeados. Essa é, afinal, a grande contribuição de Descartes ao pensamento moderno. Quando Descartes estava à beira da morte na Suécia, na corte da lendária Rainha Cristina, há registro de que ele teria dito: "A dúvida está em tudo. Eu não duvido de que vá morrer, mas duvido de que minha obra também o vá. E o que serei eu senão a minha obra?"

Mencionemos as três Escolas de Viena como preocupadas com o que pode e o que não pode (e COMO pode) ser nomeado, e o que se depreende dessas formas de nomeação: a de Freud, centrada no prazer; a de Adler, centrada no poder; e a de Frankl, centrada no sentido da vida (a logosofia). Todas elas são construídas em cima dos discursos, e, por isso, a linguagem, nos três casos, foi o alvo principal de investigações para detecções empíricas e teóricas.

É claro que o politicamente correto (terminologia que por si só já é, muitas vezes, politicamente *incorreta*, diga-se em tempo) pode ocorrer em tentativa de se desfazer o que Pierre Weil, Roberto Crema e Jean-Yves Leloup chamam de "Normose: a patologia da normalidade" (CREMA, LELOUP & WEIL: 2014). Esse conceito e suas implicações conflagram uma verdadeira revolução de Copérnico nas ciências humanas, com vasto campo ainda a ser explorado, e a sua aplicação na análise e na síntese de vários temas começa a adensá-los, trazendo à luz perspectivas até então escondidas.

Basicamente a normose é uma norma proveniente de um paradigma social (cf. acepção de Thomas Kuhn sobre as revoluções científicas e sociais) que já deveria ter sido quebrado, mas que permanece amotinado e preso no âmago da sociedade, em seu consenso, gerando "patogenia, sofrimento e morte", nas palavras de Pierre Weil (CREMA, LELOUP & WEIL: 2014, p. 20).

É o caso, por exemplo, da normose do patriarcalismo, que, ilustrada de modo bem estruturalista, põe o homem e suas representações estereotipadas no centro, e a mulher e suas representações estereotipadas na periferia, criando uma normatividade que, bem o sabemos, gera de fato "patogenia, sofrimento e morte". Daí que o Direito, ao reconhecer a disparidade e a desarmonia das relações sociais, muitas vezes cria leis e mecanismos especiais de proteção a grupos que, no pêndulo social, se mostrem mais vulneráveis, muitas vezes com direitos podados não pela Justiça, mas pela prática do convívio social e das interações do dia a dia.

Nesse entendimento, o que se chama politicamente correto possui muitas vezes o intento e até a vocação de atualizar os paradigmas, quebrando definitivamente algum paradigma que já estava caduco, roto, enferrujado, desmoronando, e auxiliando o Direito na sua percepção de mirar sempre a Justiça. Dentro desse aspecto, a linguagem politicamente correta possui, de fato, o condão de *corrigir* no âmbito *político* (ou seja, das relações sociais em geral) expressões que vinham distorcidas por um

preconceito anterior que as mostrava socialmente com o rótulo linguístico proveniente de tal preconceito.

Na expressão *homossexualismo*, por exemplo, o sufixo -ismo representa um erro até mesmo do ponto de vista morfológico, lexical, gramatical, além de denunciar a forma como o fato em si era visto socialmente há tempos. A questão é que falamos em *sexualidade* humana, com o sufixo -dade, e não em "*sexualismo*" humano. Portanto, todas as palavras derivadas de sexualidade devem ter, para a correção morfológica do vocábulo, o sufixo -dade, e não o sufixo -ismo. Ou seja, o politicamente correto, neste caso, além de acusar um momento pretérito em que a homossexualidade era vista como desvio psíquico e até legal, recebendo, por isso, o sufixo -ismo, revela também o erro lexical, gramatical e morfológico por trás do uso desse mesmo sufixo -ismo, que, para a correção, tanto política quanto gramatical, deve criar o vocábulo *homossexualidade*, assim como se criou *heterossexualidade* (e não "heterossexualismo") e, repita-se, todos os demais vocábulos que derivem da forma vernácula *sexualidade*, e não "sexualismo", inexistente.

Há muitos outros grupos de pessoas que clamam por sua não invisibilidade, e essa questão necessita, antes de tudo, que se nomeiem tais grupos, bem como suas aspirações e direitos. Os grupos vulneráveis da normose do patriarcalismo, há pouco aludidos, são importantes exemplos dessa necessidade. Não fazendo parte do poder normótico, central ou hegemônico, muitos grupos perfazem o que Foucault chamaria de "microfísica do poder" (FOUCAULT: 2014), um poder que se avoluma das periferias para o centro, e não do centro para as periferias, e esse espaço-tempo social necessita, para sua legitimação definitiva, do aval do Ordenamento Jurídico, do Direito, e da efetiva aplicação dessas conquistas por meio dos intérpretes das leis, como os magistrados e os membros do Ministério Público, que fazem sopesar os deveres e os direitos de pessoas que, até pela ausência de nomeação (ou por nomeações estereotipadas), se punham à margem da sociedade, como

cidadãos de “segunda ordem”, como diria Simone de Beauvoir sobre as mulheres em *O segundo sexo* (BEAUVOIR: 2015).

Nesse sentido, o que muitas vezes é criação de nomeações necessita passar antes de tudo pela aprovação do grupo nomeado, ou geralmente tem sua gênese espontânea e autônoma nesses grupos, numa atitude antropológica que não se confunde com suposta patrulha, mas vai ao encontro do que poderia ser chamado de politicamente correto na acepção não caricatural, e, sim, plena desse conceito; qual seja, a função perene das sociedades de corrigir politicamente erros, estereótipos e julgamentos sociais já obsoletos do passado.

Nesses casos, pois, há *política*, porque há relações de prazer, poder e sentido (voltando a citar as três Escolas de Viena), e o modo de nomear essa política deve, zelando pela Justiça e por Ela amparado, ser próximo ao desejável por esses grupos; em outras palavras, deve buscar a *correção política*. Esse complexo atitudinal faz parte do Estado Democrático de Direito, e é absolutamente legítimo para que não se distorçam os direitos e os deveres de grupos que, como estamos analisando neste momento, até há pouco tempo eram invisíveis, como o comprova a lacuna que deixou por um tempo imperar a ausência de nomes que os trouxessem à luz da sociedade e do Direito, criando um momento, já remediado atualmente, de pretérita injustiça social.

Ainda citando Fairclough, sua obra *Discurso e mudança social* vai ao imo desse aspecto (FAIRCLOUGH: 2007). As mudanças sociais ocorrem, e há que nomear ou renomear situações, fenômenos, atitudes, grupos de pessoas etc. com a meta de que toda essa gama de fatos não esteja no ponto cego do Direito. Infelizmente, os analistas críticos do discurso ainda não assimilaram a noção de normose às suas visões, embora, em perífrases e paráfrases, esse conceito esteja totalmente explícito nas suas brilhantes conclusões.

Quando Lewis Carroll faz Alice perguntar a Humpty Dumpty o que significa seu nome, eles obtêm como resposta: "Meu nome significa a forma que eu tenho" (CARROLL: 2020).

Essa resposta supostamente infantil de um livro supostamente meramente lúdico resume toda a questão da nomeação e do politicamente correto, em seus prós e contras, em sua marca de perpetuação hierárquica de poder, prazer, sentido, gozo e verdade. Isso porque, quando o nome e a forma (a coisa nomeada) se encontram num grau de contiguidade bastante relevante, permite-se que se observe o fenômeno nomeado de forma mais justa (contígua), o que fornece ao Direito uma visão mais luminar do fato, coisa ou fenômeno que devem ser observados e julgados. E, muitas vezes, é a esse grau de contiguidade que a linguagem politicamente correta mira.

É claro que pode haver exageros, desvãos, excessos, patrulhas desnecessárias por um tempo. Mas tudo isso faz parte da dinâmica social em seus movimentos tectônicos inevitáveis, que passam muito frequentemente por excessos de zelo, digamos, até que o equilíbrio e a justeza do nome junto à forma (a coisa) sejam novamente instaurados. Trata-se de corrigir as relações, o convívio. Trata-se, em uma palavra, de política no seu estatuto mais legítimo e vital.

A política, afinal, não está apenas nos gabinetes palacianos. A política está, muito antes disso, nas relações sociais das feiras livres e da carnavalização que, por isso mesmo, foram o alvo de interesse de Bakhtin (BAKHTIN, 1984).

Já que mencionamos o grande estudioso Bakhtin (BAKHTIN: id. Ib.), devemos salientar que, conforme nos parece, o humor chamado exatamente de "politicamente incorreto" exerce, com frequência, o mesmo papel de acusar os paradigmas sociais que já deveriam ter sido quebrados, para voltarmos a Thomas Kuhn.

Ou seja, na acepção polifônica que o humor traz consigo, as vozes que constroem o dialogismo num episódio "politicamente incorreto" podem convergir para acusar a mesma ausência de atualização e contiguidade entre os fatos contemporâneos e as formas que a sociedade tem de vê-los e nomeá-los.

Sobre os *limites* desse tipo de humor, entretanto, haveríamos de adentrar em outro espaço de discussão, dada a amplidão do tema.

Deixamos registrado apenas que um possível limite deveria ocorrer, sempre, de acordo com o bom senso e, por ser arma que propugna pela justiça social e pela justiça identitária, o principal critério para esse possível limite deveria ser espontâneo e ter como baliza não ofender frontalmente e grosseiramente instituições, fatos, grupos, fenômenos, modos de pensamento, pois, repita-se, é exatamente contra as ofensas e o sofrimento normótico impingidos por setores que detêm o poder hegemônico que o humor "politicamente incorreto", assim como a própria linguagem politicamente correta, lutam, unidos não por aparente paradoxo ou dicotomia, mas, sim, por subjacente união, complementaridade e convergência de metas.

Os nomes e os discursos, com suas normas de coerção e CORREÇÃO, sugerem a existência de fatos, situações e coisas (cf. Foucault) que muitas vezes incomodam os egos normóticos em seus estágios de Tântalo. O que é "político" e o que é "correto", portanto, nascem de cognições que pendulam entre o significante e o significado, ora tentando politicamente corrigir um, ora o outro, num jogo de linguagem que constrói a ordem do discurso, mas que constrói, sobretudo, o *discurso da ordem*.

OS JUIZADOS ESPECIAIS E SUA FUNÇÃO ATEMPORAL DE ACESSO AMPLO À JUSTIÇA

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, podemos averiguar o êxito da implementação dos Juizados Especiais, a partir da Lei Federal n. 9.099 de 26 de setembro de 1995. Os vinte e cinco anos que avultam e sobressaem daquela então promissora proposta de alternativa jurisdicional ora se consagram como verdadeira revolução no campo jurídico brasileiro.

Muitos aspectos poderiam ser sintetizados da iniciativa. O próprio FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais – denota o entusiasmo perpetuado pelo desenlace benéfico da referida Lei de 1995. Sua índole desformalizada, sincrética, amplamente democrática, sumariíssima, fomentadora da mediação e conciliação, indutora da resolução pacífica dos conflitos, tudo isso descongestionou os estoques processuais e, como consequência, trouxe alívio aos sujeitos cidadãos participantes da Justiça em seu fundo e forma mais apreciáveis.

No que se refere à sociologia, é correto falarmos que o direito, quando do êxito dos Juizados Especiais, logrou atingir o que se enlaça com as questões de cultura de massa.

Isso porque os Juizados Especiais revelaram arraigada vocação para inclusão extensa e intensa da população brasileira, aumentando de forma estatisticamente comprovada o acesso à Justiça, condição fundamental para que se possa falar na existência de um Estado Democrático de Direito.

Entendemos, numa abordagem jusfilosófica e científica do direito, que os aspectos antropológicos e discursivos da sociedade propiciam um panorama a um tempo amplo e profundo, dentro dos limites compreendidos pela extensão exígua desta análise, do caráter civilizatório que a Justiça e seus mecanismos e dinâmicas operam.

Assim, ombreada às questões de cultura de massa, amparadas por esses Juizados, procedemos à análise da antropologia num de seus aspectos não apenas teóricos, como também práticos ou aplicados: todo o arcabouço de que esta ciência humana se vale para construir pontes que perpassem os aspectos inclusivos da sociedade. Para tanto, é mister que nos valhamos da pesquisa sobre itens da pauta como a chamada "normalidade", que se espelha na norma jurídica; o caminhar dessa "normalidade" em direção a seu desgaste, presente no quase inexplorado conceito psicossocial de normose (CREMA; LELOUP; WEIL, 2001; CAETANO, 2020), e, por fim; a atualização de novas "normalidades" hauridas da presentificação da vida real, cambiante em seu equilíbrio dinâmico, o que requer atualizações das próprias normas do direito a fim de que estas abarquem, sempre, não apenas uma parte (hegemônica) da sociedade, mas também a população que, doravante, sai do campo periférico de acesso à Justiça, galgando cidadania jurisdicional.

Nossa proposta, neste capítulo, será a breve apreciação dos caracteres de conteúdo e expressão discursivos, que causam os fenômenos sociais, dos sujeitos culturais e jurídicos que compõem o amplo mosaico da Justiça. Para isso, reitere-se, nosso ponto de partida será a antropologia, a compreensão do supracitado conceito de normose no campo desta ciência humana, e a subsequente análise de algumas consequências do reconhecimento da importância desse conceito no campo social e, mais especificamente, jurídico.

Mas também nos abrigamos na análise discursiva de outro meio de inclusão ampla que promana das sociedades: a discursividade dialógica em seu estatuto de comunicação de massa, com as dialéticas presentes nessa realidade.

Se existe uma ciência que se encampa no rol das ciências complexas é a antropologia: o estudo do ser humano dos pontos de vista psíquico, social, cultural. Buscaremos, aqui, perquirir as questões que dizem respeito à inclusão social em seus aspectos antropológicos. Essa nossa investigação se justifica pelo fato mesmo de haver articulação

notória da antropologia com o direito. Sobretudo quando nos referimos aos Juizados Especiais, cuja campanha primeira, como salientamos, assenta-se sobre a questão de encarar as ferramentas inclusivas necessárias para se dar guarida à maior parte possível da população. Nesse aspecto, salientaremos tópicos culturais e discursivos que marcam a inclusão aludida, tratando de questões específicas da relação dialógica da imprensa como argumento de autoridade com o grande público a ser incluído no saber social.

2 NORMALIDADE, NORMA E NORMOSE: reflexões sobre a inclusão e a cultura de massa

A relação entre ser humano e cultura desafia o senso comum em sua ilusão de que o pensamento cartesiano pretensamente contempla as suas sutilezas infinitas. O sono dogmático que Kant (2004) acusou não pode repousar na antropologia e nos seus desdobramentos inevitáveis àquelas sociedades que se amparam no direito como forma de vivência e convivência.

Antes de remeter diretamente à obra de Umberto Eco, um dos pináculos desta discussão (ECO, 1993), cremos ser necessária uma brevíssima incursão na origem dos pensamentos que opõem a cultura de massa, e a autoridade (a norma jurídica, aplicada pelo juiz), na circunstância da evocação do caráter irretorquível, por exemplo, do *Magister dixit* dos escolásticos em relação ao grande estagirita (ARISTÓTELES, 1983), autoridade das autoridades naquele contexto.

Essa oposição, como sabemos, remonta às discussões sobre o papel da pessoa enquanto ser crítico ou acrítico diante da informação que seu meio de convívio lhe proporciona, seja ela denotativa ou conotativa. Em outras palavras, questiona-se há muito tempo, nas searas da filosofia em geral e da filosofia da ciência (epistemologia) em particular, indo-se à prática da filosofia do direito, se a informação que avança sobre a pessoa encontra nesta um ser ativo ou passivo, em dialogismo com aquela informação ou como mero receptáculo diante de um monólogo inconteste.

Isso está intrinsecamente ligado ao fator de inclusão que a cultura e comunicação de massa propicia em seu diálogo. Falamos aqui das discursividades plurais que emanam de todas as camadas ou células sociais. Essa discussão se potencializa quando a democracia clama pela inserção e integração de todos os sujeitos, como alto-falante referencial das massas, nunca desvestida de apelo e manifestação psíquica em suas *normalidades* inerentes a certos espaços e tempos. No outro vórtice da dialética, as instituições democráticas, como *mass media*, se valem da voz das autoridades, que se representa na norma, inclusive a jurídica, também atrelada a um espaço e um tempo específicos. Como essa dualidade dialógica se sintetiza num ambiente de apreço e zelo à democracia, criando a inclusão ímpar de que o instituto dos Juizados Especiais é ao mesmo tempo consequência e uma das causas fundamentais?

Teríamos nesse encontro das vastas camadas da população com as vozes de autoridade, sob a campânula da democracia, o que podemos conceber como um gênero discursivo derivado ou indireto, para citarmos a Teoria dos atos de fala, da Pragmática. Ou seja, um ato de fala que não deve ser consumido como se se tratasse de um gênero direto. Não se pode conceber esse fluxo dialógico como se a informação fosse um ato de fala constativo: que pode ser submetido à verificabilidade, de onde só se pode afirmar "sim" ou "não". Num nível de conteúdo e expressão, trata-se de um enunciado performativo, que pretende "to do things with words" (AUSTIN, 1962), indo além da mera verificabilidade e atingindo uma ação que se pretende alcançar, sendo proferido, geralmente, no plano da expressão, em primeira pessoa, no presente do indicativo e na voz ativa. Essa mudança de perspectiva, em que o papel do Juizado é "fazer coisas com as palavras", é de caráter profundamente cultural e civilizatório, pois a autoridade – que emana do povo – volta-se ao povo num dosificado clima democrático, porquanto inclusivo.

Não se pode falar de democracia sem se compreenderem os fatores de inclusão, autoridade, aceitação, diálogo, mudança.

Toda essa discussão nasceu com a dialética socrática (até mesmo antes dela), levada à pátina da literatura por seu aluno desobediente: Platão. Entre o plano das ideias e o plano das coisas em si, pairava o fantasma do *simulacro*. Este pode ser muito bem decalcado, *mutatis mutandis*, à mediação performativa diante da ideia da autoridade que se expressa.

Os grandes personagens de diálogos de Sócrates-Platão a esse respeito são o "Protágoras" e o "Górgias", é claro (PLATÃO, 1997). Sofistas, ambas as personalidades (ou autoridades) foram confrontadas com a existência possível (e provável, em Sócrates-Platão) de uma Verdade. *Aletheia* ou *Logos*. *Veritas*, como se conclama no apanágio de Harvard. Assim, "o homem como medida de todas as coisas", em Protágoras, era cruamente contrastado com o *Logos* socrático-platônico, esmaecendo. Górgias, ao menos, era mais franco em sua forma de retórica sofista, recusando uma "virtude universal" (*Arete*, em idioma ático), e relativizando-a de acordo com as classes sociais que perfaziam a Pólis. É nisso que Górgias, mas não Protágoras, se assemelha aos filósofos cínicos, como Antístenes e Diógenes.

Prosseguindo a tríade grega, com Sócrates e Platão, o fundador do Liceu, Aristóteles de Estagira, já estudava a retórica como forma de obter "meios de prova". Segundo ele, como é consabido, esses meios se iniciavam com o *Logos* (um rastro de verdade) de seu Mestre Platão, mas imediatamente se desdobravam em *Ethos* (a adesão a uma forma de discurso relativamente estável que encampa certo grupo de pessoas ou audiência) e *Pathos* (a capacidade enunciativa de convencer aquela audiência pretendida). Tratamos do assunto em outros artigos e, mais detidamente, em recente livro nosso (CAETANO; CHINI, 2020).

Saltando alguns séculos, encontramos em Marx (1988) e em sua dialética a distinção entre a "massa crítica" e a "massa de mais-valia", uma forma importante de relacionar a recepção dos enunciados, perpassada pelo modo de produção capitalista. Segundo Marx, esses dois *Ethi* recuperam, sistematizam e repassam a informação (denotativa ou

conotativa) em função de seu papel socioeconômico numa estrutura herdada da Revolução Industrial Inglesa: burguesia e proletariado.

Chegamos, finalmente, aos tipos “apocalípticos” e aos “integrados” que nomeiam a obra de Umberto Eco.

Como sabemos, o pensador polímata Umberto Eco sistematizou a relação entre informação (cultural ou referencial) e espectador (ECO, 1993), indo ao zênite da discussão que, como mostramos, se iniciou antes mesmo de Sócrates e foi explicitamente ancorada com Marx, Freud e a Escola de Frankfurt. Ou seja, toda a discussão entre cultura de massa e cultura aristocrática ou, como temos falado aqui, cultura crítica.

O “apocalíptico” de Umberto Eco, como sabemos, se metonimiza na figura do “super-homem”, não apenas o de Nietzsche (*Übermensch*), mas também o da *DC Comics*, surgido em 1938 numa revista em quadrinhos para a massa social. O super-homem de Nietzsche não se distancia tanto do personagem com músculos de aço da indústria cultural. Surgido em 1881, em *Assim falou Zaratustra*, o pensador persa a quem Nietzsche dá voz inquire e exorta: “Eu vos ensino o super-homem. O homem é algo a ser superado. Que fizestes para superá-lo?” (NIETZSCHE, 1998, p. 112).

Num caso e noutro, trata-se do protótipo metafórico (na acepção da Linguística cognitiva) do ser humano que, tendo ou não procedência da massa, dela se destaca, passando a não mais fazer parte de seu suposto rebotalho. O super-homem de Nietzsche nasce da massa humano-terráquea, despertando do “sono dogmático” e da “normose”, na sua acepção fundamental, e também na que provém de parte significativa de nossas investigações sobre o tema, mantendo uma normalidade/norma vigente. Ao passo que o super-homem da DC Comics já é aristocrata de nascença, pois veio do fictício planeta Krypton, onde foi chamado como Kal-El. O super-homem é o apocalíptico, a antecâmara consoladora da nossa possibilidade de ascendermos sobre a massa normótica e dotarmos de volume a nossa voz de autoridade. Em outros termos, é também a

possibilidade de mudança de uma norma/normalidade que tenha se tornado normose, porque está desgastada.

Mas isso pode empurrar-nos a todos ao simulacro dos velhos e bons fundadores da Academia: Sócrates e Platão.

O "integrado", por seu turno, é aquela metonímia que demonstra que a massa se posicione antes como espectador que goze da libação acrítica do banquete discursivo.

Cabe aqui, portanto, uma explicitação do conceito de normalidade desgastada, ou normose:

> Cabe resumir a normose, aqui (...), como: *um conjunto de pensamentos e comportamentos que são sistematizados dentro de um consenso e aprovação social, tornando-se a "norma", o "normal" e a "normalidade", que são até mesmo incentivados dentro desse âmbito, e que, no entanto, são patogênicos, isto é, levam a "sofrimentos, doenças e mortes"*, como sintetiza Pierre Weil nesses três substantivos. (CAETANO, 2020, p. 132)

Os teóricos da mídia, ao criarem o conceito de "aldeia global", tão equivocadamente equiparado, por vezes, aos conceitos de "globalização" (o avanço do turbocapitalismo) e o controverso "globalismo", notam que, à teoria da informação, por exemplo, com sua "Cibernética" (do grego, "aquele que pilota"), foi acrescido um número incalculável e extremamente impreciso de dados, sons, vozes, imagens, símbolos, ícones, signos. Eles postulam que o que as *mass media* fornecem são sempre dados, e nunca informações; em outros termos, são elementos de enunciado (dados) cuja interpretação é que gera enunciação (informação).

Ou seja, no meio das normalidades presentes nas sociedades, há aquelas que são normóticas. Isso são dados, que devem transformar-se em informação à prática legiferante, a fim de que esta mude para

atualizar-se a novas normalidades. Todo esse movimento se concretiza na norma jurídica e, em diálogo com o povo, nos próprios atos democráticos do juiz.

Ao utilizar o argumento de autoridade, a dialética democrática não deve apelar ao que supostamente seria um argumento teológico. Afinal, os especialistas, na condição prototípica de “apocalípticos”, e não de “integrados”, fornecem a crível “informação” lastreada pelo *Magister dixit*, como vimos. No plano da expressão, por isso mesmo, retornamos isotopicamente ao ponto, exprimem-se em primeira pessoa, no presente do indicativo e na voz ativa, com asserções que se supõem irretorquíveis em toda a sua tessitura, devido ao grau de verificabilidade de que se municiam.

É necessário, portanto, exercer e exercitar o senso crítico mais do que em muitos outros casos. O especialista fornece dados que são descritivos e, portanto, dignos de reconhecimento e até reverência.

Mas pode-se partir do verificável e empírico para o especulativo que circunda os meios de massa – de mais-valia ou crítica? Então, numa democracia madura, a constituição de massa crítica é fundamental para o equilíbrio da balança dialética de todas as instituições. E esta é a condição de existência dos Juizados Especiais, único mecanismo jurisdicional no Brasil em que a pessoa se apresenta diretamente à Justiça como porta-voz de si mesma, falando e dizendo, com grau distenso de formalidade, ao juiz, de quem promana o argumento de autoridade, acerca de suas necessidades.

É interessante a metáfora que a obra *Sapiens: uma breve história da humanidade* (HARARI, 2012) usa para descrever algumas tradições culturais por certo ângulo. Ele as compara a um parasita que se hospeda no corpo da sociedade e vai se expandindo até matar essa sociedade. Aí a tradição cultural-parasita morre junto, é claro.

Porém, como sabemos, uma sociedade só se ergue como civilização a partir do momento em que compartilha valores, o que vem a ser a gênese da cultura.

O ser humano traz consigo, imanentemente, um lado individual e outro social (aqui pareado ao conceito de "universal"), que Hegel sumariza nesta passagem:

> Na substância universal, porém, o indivíduo não só tem essa forma da subsistência de seu agir em geral, mas também seu conteúdo. O que ele faz é o gênio universal, o etos de todos. Esse conteúdo, enquanto se singulariza completamente, está em sua efetividade encerrada nos limites do agir de todos. O trabalho do indivíduo para prover suas necessidades é tanto satisfação das necessidades alheias quanto das próprias; e o indivíduo só obtém a satisfação de suas necessidades mediante o trabalho dos outros. (HEGEL, 1992, p. 223)

Portanto, vale uma questão aqui: tratar-se-ia, assim, de um paradoxo? A mesma cultura (de caráter intrinsecamente coletivo) que é condição de nascimento de uma civilização levará ao colapso dessa mesma civilização?

Isso ocorre quando a tradição cultural se transforma em normose, que causa mais prejuízos do que benefícios, por evidenciar-se numa norma obsoleta. E essa é, então, a trajetória da normose: ela é uma parasita que sobrevive no corpo de uma sociedade, até torná-la excludente, no que se chama em direito de "letra morta".

Obviamente, a normose morre junto com esse dano momentâneo ao direito e à sociedade.

O direito possui relação direta com esses elementos, uma vez que detém importantíssimo papel de sintetista das normas (fatos) sociais vigentes, com o fito expresso de transformá-las em norma juspositiva, isto é, inserida no corpo do Ordenamento Jurídico de um determinado

espaço e tempo – seja a Constituição, sejam outras leis, sentenças, peças, jurisprudências, doutrinas, exegeses, hermenêuticas.

É evidente que algumas tradições culturais já não são mais autônomas e legítimas, mas, sim, parasitárias, porquanto obsoletas, e assentadas numa heteronímia desconcertante e incoerente, um impropério ao estado de direito de qualquer civilização coetânea. É um desses instantes em que o direito e a sociedade entram em descompasso. Esse fator necessita de urgentes calibragens, sem as quais não se conseguirá atingir a inclusão ampla de acesso à Justiça, que os Juizados Especiais ampliaram ainda mais, como temos dito.

Ou seja, certas normas de berço cultural tornam-se exatamente o oposto do conceito etnológico e antropológico mais digno de cultura, numa prova de que a distinção da polissemia que esse conceito encerra pode ser a chave para a compreensão do paradoxo. Em outras palavras, quando uma tradição cultural normótica começa a fazer naufragar uma civilização, é exatamente a cultura em seu estado vivente e puro que permite que essa mesma civilização se salve do naufrágio, seja pela reinvenção de si mesma, seja pelos novos caminhos encontrados no esteio da sua cultura mais perene, pois é daí que se averiguarão os costumes que servirão de base à legislação do futuro, muitas vezes urgente no próprio presente.

Então retomamos isotopicamente a questão: todas as tradições culturais são verdadeiramente tradições culturais que devem irrefletidamente ser deixadas de lado, sem questionamento?

O fato é que muitas vezes se trata de tradições culturais que, não repentinamente, mas aos poucos, transformaram-se em imensas normoses. “Normais” desgastados e patogênicos.

E seu destino, como comprova a antropologia (mais até do que a história), é o naufrágio.

Esse naufrágio leva consigo a civilização que navegava nesse navio. E outra civilização nasce, às vezes dos escombros da civilização naufragada. A cultura faz naufragar e a cultura faz renascer.

Como na dialética hegeliana, as sociedades se sustentam sobre pilares de conservação (tese) e inovação (antítese), e da fricção entre uma e outra, nasce uma *síntese*, que desmorona o que já não possui razão para prosseguir, tanto no seu lado conservativo quanto nas falaciosas "inovações" que, porventura, não passem de meros modismos, invencionices ou novidades para serem consumidos e descartados. A síntese é o julgamento do que há de justo na conservação e o que há de justo na inovação. São forças que os filólogos clamaram à física newtoniana para criar a metáfora sociológica de força centrípeta (conservação) e força centrífuga (inovação). É uma mecânica social infraqueável.

O berço de uma civilização se dá com a coerência ética e estética que a cultura propicia. E essa cultura (ou parte dela) tende a se enregelar e transformar-se em tradição cultural. E, quando essa tradição cultural se calcifica, torna-se uma normose, que aponta a tumba da mesma sociedade que nasceu daquela ética e estética. A partir daí, é questão de cronometrar o seu declínio.

O direito entra nessa equação. A frase do jurista uruguaio Eduardo Couture é francamente lembrada: “Teu dever é lutar pelo Direito, mas, no dia em que encontrares em conflito o direito e a justiça, luta pela justiça”. Isso porque a “normalidade” desgastada que é intrínseca à normose não pode mais ser normatizada a partir do momento em que se constata a obsolescência de antigos “normais” (COUTURE, 1979, p. 11).

O direito, assim, é dinâmico pelo fato de que persegue a Justiça. Como um nauta que navega guiado pelas constelações, que permitiria que se repetisse a frase de Leonardo da Vinci: “Não há como voltar atrás quando a meta são as estrelas”.

A clássica obra *Declínio e Queda do Império Romano* (GIBBON, 1989) tornou-se tão icônica justamente por ter sido provavelmente a primeira que, com outras palavras, apontou que o Império Romano se esfacelou por causa da sua então normose guerreira, beligerante, expansionista. E, prefaciando páginas de horror da nossa história recente, o autor aponta a existência de antissemitismo dentro da sociedade romana

clássica, o que se figurou terrivelmente ainda no trágico episódio de *shoah* do holocausto judaico, em pleno século XX. Tudo isso já se tornara, à época do Senado de Roma, um erro ético e estético, típico das normoses. O declínio foi apenas questão de tempo. Um poderoso império de mais de mil anos se desmantelou como uma torre de areia.

Em grande parte do mundo de hoje, sobretudo na camada ocidental, ou seja, a porção da civilização humana moderna que vive sob o zênite do direito, vemos que mesmo os temas humanistas antes considerados complexos e até muito controversos têm granjeado um lugar ao Sol da Justiça. As normoses estão mais evidentes, o que tem tornado a tarefa de aplicar o direito cada vez mais dinâmica.

Mesmo quando atuais normalidades não são ainda aceitas em determinadas comunidades, o que observamos é que o número da não aceitação se dá por uma margem mínima, extremamente estreita e acirrada, não mais no que antes se daria por ampla e confortável extirpação sumária. Trata-se da explicitação de que a normose já foi detectada. Agora é questão de tempo para que ela saia de campo, fazendo história e marcando o direito com letras novas.

Não é mais com tanto espaço e folga de denegação que temas antes altamente polêmicos são olhados cara a cara. O divórcio com possibilidade de novo casamento, o voto feminino, a ética com os chamados animais irracionais, a defesa de grupos que são colocados em guetos, como os idosos, os negros, os homossexuais, a inclusão anticapacitista; e muitos outros pontos são conquistas recentes da história humana, que não se consumaram de forma unânime, mas, efetivamente, se consumaram.

O que antes levava a milhares de anos de interminável cacofonia de vozes estridentes como ferroadas, salivando tinta e ódio, no nascer de um Sol, aparentemente de forma repentina (sem que o seja, na verdade), mostra que mesmo um nó cego se desfaz e (com a licença do trocadilho) precisa enxergar a vida como ela é.

A Justiça, afinal de contas, é um sentimento, uma sensação, uma intuição, um raciocínio, perpassando as quatro funções psíquicas de Jung (1971). E, na raiz dos fatos sociais, quem dilapida uma normose, mesmo que milenar, é o sentido da Justiça que perpassa todo o psiquismo de um indivíduo e, indo além dele, de uma sociedade.

É a velha metáfora da sabedoria dos anciãos do deserto que observam que "os cães latem, mas a caravana passa". É essa margem cada vez mais estreita e quase insustentável que deixa aflorar a raiz da normose que já se descortinou e que já dá sinais da sua própria morte, enquanto parasita, e da morte do corpo social que a alimenta, que muito tenazmente renasce do aprendizado do reconhecimento dessas antigas normalidades desgastadas.

Costumamos dizer que a vida, segundo a antropologia, é comparável ao "Bolero" de Ravel: uma melodia simples e linear, com um toque de tambor (mais especificamente a caixa clara) em ritmo marcial impassível, aparentemente dá voltas sem sair do lugar; mas, sem que se perceba muito claramente, o que acontece é uma evolução sistemática que eleva a linha melódica, somando-se-lhe outras vozes que dão timbres e cores novas àquela primeira melodia. E essa melodia, que parece estática e imutável, nos conduz a um caleidoscópio de prismas, numa pletora de cores que cria uma paleta de tons e semitons que, no fim, envolvem tudo e todos, sem deixar ninguém injustamente no gueto, incluindo-os na grande melodia humana. Assim é o compasso da harmonia da Justiça.

Então, quando a tradição cultural se torna normose, essa parasita mata de inanição o organismo social que a nutria. O direito precisa estar atento a isso na medida em que é vocacionado à inclusão cada vez mais ampla de pessoas às suas ferramentas de Justiça.

E, queiramos ou não, um novo corpo societário civilizatório surge, e necessita da cultura em sua base para ter coesão, a qual se transformará em tradição cultural, que tende a se transformar em normose, e, no fim da

linha, em parasita. O direito está sempre muito ativo nessa mudança inconteste. Mesmo que isso aconteça no passar das gerações humanas, pois às vezes uma única geração não estará pronta para enfrentar e derrubar esses paradigmas, por mais insustentáveis que eles sejam.

Não é sem beleza poética que nós, os epistemólogos, soemos dizer que, de berço em berço e de túmulo em túmulo, as sociedades, tal qual os idiomas e o direito com seu Ordenamento Jurídico que as sustentam, vão se transformando para adequarem-se à realidade, não à abstração da obsoleta "letra morta", ineficaz e ineficiente.

No famoso binômio epistemológico, dizemos que às ciências naturais cabe o *erklären* (explicar), ao passo que às ciências humanas cabe o *verstehen* (compreender). A congregação das ciências constitui, portanto, a equanimidade que viceja do sentimento de Justiça.

É com a união das ciências, tanto as naturais quanto as humanas, que se nota que o método científico é sobreposto na tríade "pesquisa-teoria-teste". E que, portanto, as sociedades, suas tradições culturais e suas normoses são tanto *explicáveis* quanto *compreensíveis*. É nesse aspecto inerente à ciência e à epistemologia que o direito pode perfeitamente ser concebido como uma ciência.

Suas hipóteses são endossáveis quando suas teorias passaram por testes que as comprovaram ou se mostraram não refutáveis. E isso se dá quando há adequação de normas a normalidades reais, concretas, eficazes, inclusivas, democráticas, civilizatórias. Essa é a contribuição da epistemologia à explicação e compreensão da sociedade como elemento das ciências naturais, mas também cultural e civilizacional, elemento das ciências humanas. A ciência do direito é arquitetada, portanto, sobre o mesmo arcabouço das suas ciências pares e possui como fiel da balança a observação arguta de normoses que podem criar normas inférteis e infrutíferas socialmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antropologia mostra que o naufrágio em um ideal ou normalidade obsoleta, embora dê a alguns a ilusão da chegada, nada mais é do que um naufrágio. Se não observarmos os sinais de submersão de certas tradições culturais que não mais se legitimam, caso das normoses, permitiremos que a sociedade como um todo aderne junto, porque haverá um peso excessivo de pessoas e direitos excluídos. É preciso estender-lhes o navio de um direito que conduza ao continente da Justiça. A passagem de uma normalidade social, refletida na norma jurídica, à normose, ou normalidade desgastada, deve ser frequentemente averiguada para que o direito e a Justiça estejam sempre em sincronia.

Nesse aspecto, o papel consolidado dos Juizados Especiais tem-se mostrado cada vez mais realista, fundamental e, podemos dizer, humanista. Ao permitir o acesso direto do cidadão à Justiça, os Juizados Especiais têm cumprido com justificada celebração sua vocação dialógica, inclusiva, democrática, cultural e civilizatória, expandindo seu valor antropológico e social àquelas pessoas que, antes, viam toldado o direito de amplo acesso à Justiça. A exclusão desse acesso é, evidentemente, uma normose a ser constantemente enfrentada.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. **Grammatica histórica da língua portugueza**. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

ALMEIDA, Napoleão M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1952.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Dos argumentos sofisticos. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 197 p.

AZEREDO, José Carlos de. **Dicionário Houaiss de conjugação de verbos**. São Paulo: Publifolha, 2012.

AUSTIN, J. L. **How to do things withg words.** Oxford: Oxford University Press. 1962. 712 p.

________. **A coesão textual**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

________. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_________. "A Língua Portuguesa e a leitura: convergências no ensino e na vida". *In*: OLIVEIRA, Ieda. **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil – com a palavra o educador**. Rio de Janeiro: Difusão Cultural do Livro, 2011.

________. **A nova ortografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.

________. “A propriedade de expressão em Monteiro Lobato: vida e palavra”. *In*: HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). **Língua Portuguesa, educação & mudança**. Rio de Janeiro: Europa, 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Lisboa: Quetzal Editores, 2015.

CAETANO, Marcelo Moraes; CHINI, Alexandre. **Argumentação jurídica**: indo além das palavras. Brasília: OAB Editora, 2020.

CAETANO, Marcelo Moraes. **Caminhos do texto**. **Produção e interpretação textual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

CAETANO, M.M. **Em busca do novo normal**: reflexões sobre a normose em um mundo diferente. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020, 181 p.

CÂMARA JR. Joaquim Matoso. **Dicionário de Filologia e Linguística**. Rio de Janeiro. J. Ozon, 1957.

CARROLL, Lewis. **Alice in wonderland**. Welbeck Estate: Award publications LTD, 2020.

CHOULIARAKI, Lillie & FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edingburgh: Edinburgh University Press, 1999.

________. “**Competing motivations**”. In: J. HAIMAN (ed.). Iconicity in syntax. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 343-365, 1985.

________. Cooperative principle. In: Mey, Jacob (Ed.), **Concise Encyclopedia of Pragmatics**. Elsevier, Amsterdam, 1998b, p. 176-179.

COUTURE. E. **Os mandamentos do advogado.** 3. Ed. Tradução: Ovidio A. Baptista da Silva e Carlos Otávio Athayde. Porto Alegre: Editora SAFE, 1979. 78 p.

CREMA, Roberto, LELOUP, Jean-Yves & WEIL, Pierre. **Normose**: a patologia da normalidade. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva. **Sintaxe Histórica Portuguesa**, 3. ed., Livraria Clássica Editora, s/d.

DIK, Simon. **The Theory of functional Grammar**. Deordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publication, 1989.

DIJK, Teun van. **Discurso y poder**. Madrid: Gedisa, 2009.

________. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1965.

________. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

DUBOIS, J. W. "**Beyond definiteness**: the trace of identity in discourse. *In* W. CHAFE (ed.) The pear stories. Norwood: Ablex, p. 203-274, 1980.

DUCROT. Oswald. **Le Dire et le Dit. Paris** : Minuit, 1980.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. Tradução: Pérola de Carvalho. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 386 p.

________. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 2005.

________. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

________. **Ensino de português**: fundamentos e objetos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

________. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

________; & JONHSON, M. [1980] **Metáforas da vida cotidiana**. (Coords). trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_________ & KÖNIG. "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited". *In*: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (orgs.) **Approaches to gramaticalization**, vol. 1. Johm Benjamins Publishing Company, 1991.

________ & PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (orgs). **Língua e transdisciplinaridade**. Editora Contexto: São Paulo, 2002.

________ & TRAUGOTT, E. [1993] **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FABRI, Kátia. **Da diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos**. Dissertação de mestrado. UFU, Uberlândia (MG), 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. "Critical and descriptive goals in discourse analysis". **Journal of Pragmatics** 9, 1985, p. 739–793.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2007.

FERRAZ, Maria José. **Ensino de língua materna**. **O essencial sobre Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e Coerência Textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, J. L. "A semiótica discursiva". In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FOCAS, Júnia Diniz. "Dialética e argumentação: as categorias aristotélicas e o discurso". *In*: EMEDIATO, Vander; MACHADO, Ida Lúcia; NONEGE, William (Orgs.). **Análise do Discurso**: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2006.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004.

FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de morfologia**, 4. ed., Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1997.

________. "From cognition to Grammar. Evidences from African languages". *In*: TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B (orgs.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamin, p. 149-188, 1991b.

_______. **Fundamentos da Estilística**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

GARCIA, Othon M. [1967] **Comunicação em prosa moderna**. 15. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

GARDINER, Alan. **The theory of Speech and Language**. 2. ed. Oxford, 1951.

GAZDAR, Gerald. **Pragmatics**: Implicature, Presupposition and Logical Form. Academic Press, 1979.

________. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade" *In*: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. **Linguística e ensino do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

GILES, Howard. **Accent mobility**: a model and some data. Anthropological Linguistics 15, 1973.

GÓIS, Carlos. **Sintaxologia** (3 volumes), 10. ed. Edição e propriedade do autor,1951.

_________. **Gramática e Interação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

________. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_________. **Gramática del español**. Trad. Antonio Quillis. Madrid: Alcalá, 1970.

________. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

________. [1921] **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

________. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2010.

________. **Gramática normativa da língua portuguesa**: um guia completo do idioma. Brasília: OAB Editora, 2020.

________. **Gramática secundária da língua portuguesa**. Ed. Ver. e coment. por Evanildo Bechara. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1927].

________. **Grammaticalization**: Synchronic Variation and Dyachronic Change. Lingua e Stile, v. 20, n. 3, 1985, p. 303-318.

GRAMMONT, Maurice. **Traité de phonétique**, 2. ed., Paris, Delagrave, 1939.

GRICE, Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

GRICE, Herbert Paul. "Further notes on logic and conversation". *In*: COLE, Peter (Ed.). **Syntax and Semantics**, vol. 9. Academic Press, New York. 1978.

GUARDA, Estevão da. **Cantiga de Escárnio e Maldizer**, 437. Disponível em: http://cipm.fcsh.unl.pt. Acesso em 10 jan. 2011.

GUIRAUD, Pierre. **Semântica**. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GUMPERZ, John. **Discourse Strategies. Cambridge University Press**, Cambridge, 1982.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. Tradução: José Paulo Paes. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro, 1989. 521 p.

HALLIDAY, M.A.K. "**Estrutura e função da linguagem**". *In*: LYONS, John. Novos horizontes em linguística. São Paulo: Cultrix, p. 134-160, 1976.

HALLIDAY, M.K & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HARARI, Y.N. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM. 538 p.

HAUY, Amini Boainain. **Vozes verbais. Sistematização e exemplário**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

HAWKING, Stephen. Breve história do tempo. Do Big Bang aos buracos negros. Tradução de Ribeiro da Fonseca. **Prefácio de Carl Sagan**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1994.

HEGEL. **Fenomenologia do espírito.** Tradução: Paulo Meneses. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1972, 271 p.

HEGEL. **Phänomenologie des Geistes**. Berlin, Guttenberg Spiegel, 1807.

HEINE, B. *et al*. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B.; REH, M. **Patterns of grammaticalization in African Languages**. AKUP-47, Cologne: Universitätzu Köln, Institut für SAPRACHWISSENSCHAFT, 1984.

HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago, 1991a.

HEINE, Bernd & KUTEVA, Tania. **World lexicon of grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HJELMSLEV, L. **Prolegomena to a theory of language**. Madison: The University of Wisconsin Press, [1943], 1963.

HEMAIS, B. & BIASI-RODRIGUES, B. "A proposta sócio-retórica de John Swales para o estudo de gêneros textuais". *In*: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 108-129.

HÉNAULT, Anne. **História concisa da Semiótica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

HENRIQUES, Claudio Cezar. "**A Nomenclatura Gramatical Brasileira – quantos anos ela tem?**" Rio de Janeiro, Inst. de Letras/UERJ – Texto mimeografado para distribuição interna, 2005.

HERCULANO, Alexandre. **O bobo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.

HOPPER, P. **On some principles of grammaticalization**. Amsterdam/Filadéffia: John Benjamins, 1991.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss**. houaiss.uol.com.br/.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas** (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Tradução Zeljiko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

ILARI, Rodolfo. "**O estruturalismo linguístico**: alguns caminhos". *In* MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João W. Semântica. São Paulo: Ática (Série Princípios), 1992.

________. **Iniciação à filologia portuguesa**, 2. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.

________. "**Intertextualidade e interdiscursividade**". *In* BRAIT, Beth. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

________. **Introdução à Linguística I**: Objetos Teóricos e Introdução à Linguística II: Princípios de Análise. São Paulo: Contexto. 2002.

________. **Introdução à semanálise**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

________. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

________. **Investigações Filosóficas**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1999.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique Générale**. Paris: Editions de Minuit, 1963.

JESPERSEN, Otto. **La syntaxe analytique** (tradução de Anne-Marie Léonard), Paris, Les éditions de minuit, 1971.

JOSEPH, Miriam. **The Trivium**: The Liberal Arts of Logic, Grammar, and Rhetoric. Paul Dry Books, 2002.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

JUNG, C.G. **Tipos Psicológicos**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971. 616 p.

KANT. I. **Kritik der reinen Vernunft.** 2. ed. Berlin: Project Guttemberg, 2004. 181 p.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura** [Kritik der reinen Vernunft]. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KEHDI, Valter. **Formação de palavras em português**. 2. ed., São Paulo: Ática, 1997.

KENEDY, Eduardo. “Gerativismo”. *In*: Mario Eduardo Toscano Martelotta (Org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 127-148.

KOCH, Ingedore. [1993] **A interação pela linguagem**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

KORZYBSKI, A. **Science and sanity**, Lakeville, Conn.: The International Non-Aristotelian Library, 1958.

KRISTEVA, Julia. "A expansão da semiótica", in KRISTEVA, Julia, REY-DEBOVE, Josette, UMIKER, Donna J. Umiker. **Ensaios de semiologia**, vol. I, Problemas Gerais, Linguística, Cinésica.

KUHN, Thomas S. "The structure of scientific revolutions" *In*: NEURATH, Otto *et al*. **Foudations of the unity of science**. Chicago, The University of Chicago Press, 1970.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KURYLOWICZ, J "**The evolution of grammatical categories**". *In*: Esquisses linguistiques II. Munique: Fink, p. 38-54, [1965] 1975.

LACAN, Jacques. **O avesso da psicanálise**. O seminário. Livro 17. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN. J. "Lituraterra". *In*: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAKOKK, R. "If´s, And´s and But´s about conjunction". In: FILLMORE, C. LANGENDOEN, D. (eds.). **Studies in linguistique semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**, 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

________. **La révolution du langage poétique**. Seuil, 1974.

LEECH, Geoffrey, THOMAS, Jenny. Pragmatics. **The state of the art. Lancaster Paper in Linguistics 48**. University of Lancaster, 1988.

LEHMANN, C. "Grammaticalization and related changes in contemporary german." *In*: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds.). **Approaches to Grammaticalization**, v. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, p. 37-80, 1991.

LEITÃO, Luiz Ricardo. "Nomenclatura gramatical brasileira – 50 anos: um desafio das letras em uma experiência periférica de (pós-) modernidade". *In*: **Língua Portuguesa**: descrição e ensino. PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves & VALENTE, André Crim. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LEONI & KERLAKHIAN. "**Só pro meu prazer**". Disponível em: http://letras.terra.com.br/leoni/101923/. Acesso em: 8 nov. 2011.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LICHTENBERK, F. "On the gradualness of grammaticalization". *In*: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). **Approaches to grammaticalization**, v. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamin Publishing Company, p. 37-80, 1991.

________. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo, Cultrix, 2010.

________. **Linguistique générale. Introduction à la linguistique théorique**. Traduction de F. Dubois-Charlier et D. Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do português**: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte, Ed. Vigília Ltda., 1986.

________. Logic and conversation. *In*: Cole, Peter, Morgan, Jerry L. (Eds.), **Syntax and Semantics**, vol. 3. Academic Press, New York, 1975.

________. "Lógica e conversação". "Logic and Conversation", parte das William James Lectures (1967), de H.P. Grice. A tradução deste artigo foi feita por João Vanderley Geraldi. Foi publicada no volume IV, intitulado **Pragmática – Problemas, Criticas, na coleção Fundamentos Metodológicos da Linguística**, organizada por Marcelo Dascal, em 1982, no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. 1982.

________. **Logique, structure, énonciation. Lectures sur le langage. Paris**: Minuit, 1989.

LONGHIN, Sanderléia R. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 2003.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo. Parábola Editorial: 2004.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática resumida**: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. 8. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

LYONS, John. **As ideias de Chomsky**. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg, São Paulo: Editora Cultrix, 1970, p. 28-82.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A moreninha**. Disponível em: http://o bjdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/a_moreninha.pdf. Acesso em: 1° nov. 2013.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Quincas Borba**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

MACIEL, Maximino. [1894] **Grammatica descriptiva**. 12. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves, 1931.

MAGNE, A. **A Demanda do Santo Graal**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970, vol. II (Edição fac-similar).

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar, 2006.

MARCONDES, Danilo. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita**. **Atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e psicanálise**. Tradução Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira e Isabel Loureiro. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MARTELOTTA, Mário E. et al. "Gramaticalização e discursivização de assim". *In*: MARTELOTTA, Mário E. *et al*. **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. Tradução de Jorge de Morais Barbosa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985 [1970].

________. **Estudios de sintaxis funcional**. Madrid: Gredos, 1978.

MARX, Karl. **O Capital.** Tradução: Ricardo Musse. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. 2. 420 p.

MARX. K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural: 1982.

MATOS, Gregório de. **Obra Poética**, de Gregório de Matos, 3. ed. Editora Record: Rio de Janeiro, 1992.

MATOS, Lucia Helena Lopes de. **A metáfora e a intertextualidade**: uma realização multicultural na Língua Portuguesa. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. [1991] **O português arcaico**: fonologia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MAURER Jr., Theodore. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

________. **Meaning in Interaction**: An Introduction to Pragmatics. Longman, London, 1995.

MEILLET, A. "L´Evolution des Formes Grammaticales". *In*: **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librarie Honoré Champion, 1948 [1912].

MEILLET, A. & VENDRYÈS, J. **Traité de grammaire comparée des langues classiques**. Paris: Librarie Honoré Champion, 1940.

MELO, Gladstone Chaves de. **Ensaio de estilística da língua portuguesa**, Rio de Janeiro, Padrão, 1976.

MEY, Jacob L. **Poet and peasant. A pragmatic comedy in five acts**. Journal of Pragmatics. V. 11, p. 281–297, 1987.

________. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MIGUEL WISNICK, José. “**Mais simples**”. *In*: http://www2.uol.com.b r/zizipossi/discografia/disc_mais2.htm. Acesso em: 18 nov. 2010.

________. [1991] **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

________. [1994] **O português arcaico**: morfologia e sintaxe. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

________. [1997] **O texto e a construção dos sentidos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

________. **Moderna gramática brasileira**: edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2002.

MONTEIRO, José Lemos. **A Estilística**: manual de análise e criação do estilo literário. Petrópolis: Vozes, 2005.

MONTEIRO, Manuel. **Sobre o politicamente correcto**. Lisboa: Objectiva, 2020.

________. **Morfologia portuguesa**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1987.

NEBRIJA. Antonio de. **Gramática de la lengua castellana**. Madrid: Editora Nacional, 1980.

________. **Neologia na mídia e na literatura**: percursos linguístico-discursivos. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEWMEYER, F. J. "**Deconstruction grammaticalization**". Language Sciences, v. 23, p. 187-229, 2001.

NICHOLS, J. "**Functional Theories of Grammar**". Annual review of anthropology, v. 43, p. 97-117, 1984

NICHOLS, J. & TIMBERLAKE, A. "**Grammaticalization as retextualization**" *In*. E. TRAUGOTT & B. HEINE. Approaches to grammaticalization, v. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamin Publishing Company, p. 129-146, 1991.

NIETZSCHE, F. **Die Geburt der Tragödie – Aus dem Geist des Musik**. Cambridge, Cambridge literary (german edition), 2008.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Trad. Mario da Silva. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1998. 240 p.

________. **Novo Manual de análise sintática**, 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959.

OITICICA, José. **Manual de análise**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

OLIVEIRA, Fernão de. A “**Grammatica” de Fernão d’Oliveira. Apreciação, texto reproduzido da 1. edição** (1536) de Olmar Guterrez da Siveira, Rio de Janeiro, 1954.

________. “O coordenador interfrasal mas – invariância e Variantes”. *In*: **Revista ALFA**, v. 28, p. 21-42. São Paulo, 1984.

________. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

________. **Para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical**. 4. ed. Rio de Janeiro, AGIR, 1959.

________. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão, 1977.

PARINI, Jay. **A arte de ensinar**. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

PAUL, H. **Princípios fundamentais da história da língua**. Trad.: M.L. Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1886].

PEIRCE, **Charles Sanders**: Collected papers of C. S. Peirce, Harvard University Press, 1932-1963.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Expositiva. Curso Superior**. 100. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “A apropriação da realidade sob a ótica da Língua Portuguesa” – *In*: HENRIQUES, Claudio Cezar e PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. **Língua e Transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002.

PERELMAN, Chaïm. “Argumentação”, *In*: **Enciclopédia Einaudi**, Volume 11. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, p. 234-265.

PERINI, Mário. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1989.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. “A língua como objeto da Linguística.” *In*: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Linguística**: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

PLATÃO. **O sofista.** Porto: Sousa e Almeida, s/d.

PLATÃO. **Górgias.** Tradução de Manoel de Oliveira Pulquério. Lisboa. Edições 70. 1997. 580 p.

PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial**. 2. ed. Petrópolis. Ed. Vozes LTDA. 1973a.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. Nova York, Harper & Row, 1968.

POTTIER, Bernard. “Problema relativo a los adverbios em –mente”. *In*: **Linguística moderna y fililogía hispânica**. Madrid: Gredos, 1968.

________. **Pragmatics. An Introduction**, 2nd ed. Blackwell, Oxford, 2001.

_________. **Philosophische Grammatik**. Frankfurt, Suhrkamp, 1984b.

________. **Princípios de linguística geral**, 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

________. “**Polifonia textual e discursiva**”. In BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz (orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. São Paulo: EdUSP, 2003.

________. **Polylogue**. Paris, Seuil, 1977.

________. “Presupposition and conversational implicature”. *In*: COLE, Peter (Ed.). **Radical Pragmatics**. Academic Press, New York, 1981.

PRETI, Dino. **Sociolinguística**. Os níveis da fala. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

________. **Prolégomènes à une théorie du langage**. Traduite du danois par Uma Canger, avec la collaboration d´Annick Wewer. Paris: Les éditions de minuit, 1966.

________. “Problemas de ethos”. *In*: **Cenas da enunciação**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006, p. 52-71.

________. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.

_________. “**Que é linguagem**”, em A. Ponzio. La revolución bajtiana: el pensamiento de Bajtin y la ideología contemporánea. Madrid, Cátedra, 1998.

RAMAT, A.G. & HOPPER, P. **The limits of grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

RAMOS, Graciliano. **Insônia**. Rio de Janeiro: São Paulo, Record, 1997.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Teixeira e Irmão, 1885 [1881].

________. **Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências**. Lisboa: Bertrand, 1973.

RIMBAUD, Arthur. **Une saison en enfer**. Bruxelles: Alliance Typographique, 1873 [1873].

ROCHA, Ana Paula. "A gramaticalização de 'todavia' em português". *In*: **Memórias do XIV Congresso Internacional ALFAL**, vol. I. Monterrey, México, 2005.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, 33. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.

ROSA. Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Filósofos na tormenta**. Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado. "**Gêneros textuais e ensino de língua portuguesa**". Iconeletras, vol. 4. Disponível em: http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume4/adriana_santos.pdf. Acesso em: 9 out. 2013.

SALOMÃO, Maria Margarida M. O Papel da Gramática na Construção do Sentido. *In*: VALENTE, André C. (org.). **Língua, Linguística e Literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANT'ANNA, Nilce. **Introdução à estilística**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. ["Coleção primeiros passos"] São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Marielle Sandalovski. “Papa João Paulo II clama por socorro: a semiótica plástica em capas da Veja” *In*: **Revista PJ:Br – ECA-USP**, São Paulo, 2006, número 7. Disponível em: http://www.eca .usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_a.htm. Acesso em 26 jul. 2012.

SAPIR, E. **A linguagem. Introdução ao estudo da fala**. Tradução e apêndice de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo, Editora Perspectiva, 1980.

SARANGI, Srikant, SLEMBROUCK, Stef. **Non-cooperation in communication**: a reassessment of Gricean cooperation. Journal of Pragmatics 17, 1992, p. 117-154.

SARTRE, Jean Paul. **L´être et le néant**. Paris, Gallimard, 1943.

SAUSSURE. Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 9. ed. São Paulo. Cultrix. 1984.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. “Reflexões sobre a pesquisa em mudança linguística”. *In*: **D.E.L.T.A**., vol. 10, nº Especial, 1994, p. 223-246.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SEARLE, J. R. **Speech Acts**. Cambridge. Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Camilo Rosa, HORA, Demerval da (orgs.). **Funcionalismo e Gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia, 2004.

SILVA DIAS, Augusto Epiphanio da. **Syntaxe Histótica Portuguesa**. 3. Ed. Lisboa. Livraria Clássica Editora, 1938.

SILVEIRA, Sousa da. **Fonética sintática**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

________. **Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1997.

SJOESTEDT, Marie-Louise. **L´aspect verbal et les formations à afixe nasal en celtique**. Paris, Librarie Honoré Champion, 1926.

________. **Studies in the Way of Words**. Harvard University Press, 1989.

SWALES, John M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWEETSER, Eve. “Grammaticalization and Semantic Bleaching”. *In*: **Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society.** Eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H, 1988.

SZCZESNIAK, Konrad. “Linguística: novos estudos reacendem polêmica entre pensamento e linguagem. O retorno da hipótese de Sapir-Worf”. *In*: **Ciência hoje**. Edição de abril de 2005. Disponível em: http://ultra.cto.us.edu.pl/~kport/sapir-ch.pdf. Acesso em 27 jul. 2012.

TAMALANCOS, Fernão Paes. **Cantiga de Escárnio e Maldizer**, 007. Disponível em: http://cipm.fcsh.unl.pt. Acesso em: 17 ago. 2010.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 6. ed. São Paulo, Editora Ática, 1999.

TEIXEIRA, Lúcia. “A práxis enunciativa num auto-retrato de Tarsila do Amaral”. *In*: OLIVEIRA, Ana Claudia de (Org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker, 2004.

_________. **Tempos linguísticos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_________. **Teoria da análise sintática**, 3. ed. Rio de Janeiro, 1956.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1969.

________. **The philosophy of grammar**, London, 1929.

THOMAS, Jenny. “Conversational maxims”. *In*: MEY, Jacob (Ed.). **Concise Encyclopedia of Pragmatics**. Elsevier, Amsterdam, 1998a, p. 171–175.

________. **Thougts on grammaticalization. A programmatic sketch**. Colônia: Arbeiten des Köllner Universalien – Projekts 48, 1982.

TODOROV, Tzvetan. **Estruturalismo e poética**, 2. Ed. Tradução de José Paulo Paes, São Paulo, Editora Cultrix, 1971.

TORRENT, Tiago T. “**O Homem vai botar uma casa para mim morar**” – Uma abordagem sociocognitivista e diacrônica da construção de dativo com infinitivo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

TOSI, Renzo. **Dicionário de sentenças latinas e gregas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática. Ensino Plural**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAUGOTT, E. "From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization". *In*: LEHMMAN, C. & MALKIEL (orgs) **Amsterdan studies in the theory and history of linguistic science**, n. 24, 1982, p. 245-271.

________. Três gramáticas de referência para os estudos do português. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, 2. semestre, p. 41-47, 2011.

VALENTE, André C. (org.). **Língua, Linguística e Literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

VAN DIJK, Teun. **Studies in the pragmatics of discourse**. Berlin/New York: Mouton, 1981.

VAXELAIRE, Jean-Louis. **Les noms propres. Une analyse lexicologique et historique**. Paris: Honoré Champion, 2005.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 14, 06 abr. 2005.

VENDRYÈS, J. **Le langage. Introduction linguistique à l´histoire**. Paris, Éditions Albin Michel, 1950.

_________. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis, Editora Vozes, 1973b.

VIANNA, Edila. "A pesquisa sociolinguística: a Teoria da Variação." **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, 2. semestre, p. 49-57, 2011.

VOGT, C & DUCROT, O. **De magis a mas**: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. Linguagem, Pragmática e Ideologia. 2. ed. aum. São Paulo: Hucitec, 1989.

VOLOSHINOV, V.N. **Il linguaggio come pratica sociale**. Saggi 1926-30. Bari, Dedalo, 1980.

WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia**. Tradução de Rogério Bettoni. Porto Alegre: L&PM, 2013.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2002.

WEINRICH, V, LABOV, W & HERZOG, M. "Empirical foundations for a Theory of language". *In*: LEHMAN, W.P & MALKIEL Y. (eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin & London: University of Texas Press. 1968.

WILLIANSON, Jon. "**Abduction and its Distinctions**". Abduction, reason, and science: processes of discovery and explanation. Review of Lorenzo Magnani, Kluwer Academic / Plenum Publishers: British Journal for the Philosophy of Science, p. 1-7, 2001. Disponível em: http://www.kent.ac.uk/secl/philosophy/jw/2001/magnani_review.pdf. Acesso em: 18 nov. 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophische Bemerkungen**. Frankfurt. Suhrkamp, 1984ª.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

________. **Whose Language? A Study of Linguistic Pragmatics**. John Benjamins, Amsterdam & Philadelphia.

ULMANN, Stephen. **Semântica. Uma introdução à ciência do significado**. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

________. "Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos". *In*: CHRISTIANO, Maria Elizabeth, GONÇALVES, Sebastião, LIMA-HERNANDES, Maria Célia, CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina, CARVALHO, Cristina dos Santos. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite, LIMA-HERNANDES, Maria Célia, CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs). **Introdução à Gramaticalização. Em homenagem a Maria Luiza Braga**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_________. **Um estudo textual discursivo do verbo no Português do Brasil**. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 1991.

_________. **Zettel**. Frankfurt, Suhrkamp, 1984c.

ZURARA, E. **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses**. Edição de Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.